

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 91, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 107/2020
OF 110/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 146, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Novo do Sul , Estado do Espírito Santo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.978, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária São Miguel, no município de Santos Dumont - MG;
- 2 - Portaria nº 2.986, de 12 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Liberdade Acreunense, no município de Acreúna - GO;
- 3 - Portaria nº 3.554, de 12 de agosto de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação, Cultural e Social de Capanema, no município de Capanema - PA;
- 4 - Portaria nº 3.613, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Nepomuceno, no município de Nepomuceno - MG;
- 5 - Portaria nº 6.160, de 1º de dezembro de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Rádio Positiva FM, no município de Planaltina de Goiás - GO;
- 6 - Portaria nº 6.218, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Cultural Comunitária Rádio Livre, no município de Ipiatuba - BA;
- 7 - Portaria nº 74, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA, no município de Araújo - MG;
- 8 - Portaria nº 146, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, no município de Rio Novo do Sul - ES;
- 9 - Portaria nº 412, de 9 de maio de 2016 - Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social de Tupi Paulista, no município de Tupi Paulista - SP;
- 10 - Portaria nº 534, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio FM Comunitária Cidade Progresso, no município de Pendências - RN;
- 11 - Portaria nº 544, de 9 de maio de 2016 - Associação Batatense Cultural - ABC, no município de Batatais - SP;
- 12 - Portaria nº 786, de 9 de maio de 2016 - Associação Educativa de Radiodifusão Santa Cruz, no município de Santa Cruz das Palmeiras - SP;
- 13 - Portaria nº 1.020, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Independente Pro-Melhoramento de Nova Fátima, no município de Hidrolândia - GO;
- 14 - Portaria nº 1.613, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural A Gazeta de Radiodifusão Comunitária, no município de Jaboticabal - SP;
- 15 - Portaria nº 1.820, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Cultural de Comunicação Esperança e Vida, no município de São João da Boa Vista - SP;
- 16 - Portaria nº 1.831, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro São Jorge, no município de Francisco Sá - MG;

- 17 - Portaria nº 1.942, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim, no município de Potirendaba - SP
- 18 - Portaria nº 593, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural de Três Fronteiras, no município de Três Fronteiras - SP;
- 19 - Portaria nº 1.091, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Aliança, no município de São Gonçalo - RJ;
- 20 - Portaria nº 1.836, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Rádio Liberdade FM, no município de Itaqui - RS;
- 21 - Portaria nº 1.922, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Riacho das Almas, no município de Riacho das Almas - PE;
- 22 - Portaria nº 1.972, de 7 de junho de 2017 - Associação da Rádio Comunitária Redenção FM, no município de Redenção do Gurgueia - PI;
- 23 - Portaria nº 1.991, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso, no município de São Sebastião do Paraíso - MG;
- 24 - Portaria nº 3.169, de 20 de dezembro de 2017 - ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social, no município de Itupeva - SP;
- 25 - Portaria nº 3.363, de 28 de setembro de 2017 - Associação Cultural Comunitária Simonense, no município de São Simão - SP;
- 26 - Portaria nº 5.227, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte, no município de Diamante do Norte - PR;
- 27 - Portaria nº 6.162, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária de Arte, Cultura e Informação de São Pedro (ACARCISP), no município de São Pedro - SP;
- 28 - Portaria nº 6.734, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Cultural, Educacional e Ambiental do Município de Paulistas, no município de Paulistas - MG;
- 29 - Portaria nº 6.737, de 16 de janeiro de 2018 - Associação dos Trabalhadores de Guimarães, no município de Guimarães - MG;
- 30 - Portaria nº 7.011, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Rádio Comunitária de Juripiranga, no município de Juripiranga - PB;
- 31 - Portaria nº 7.013, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho, no município de Crato - CE;
- 32 - Portaria nº 7.147, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Centro de Assistência Social e Educacional John F. Kennedy (CASE), no município de Belo Oriente - MG;
- 33 - Portaria nº 7.237, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Cultural Encruzilhadense, no município de Encruzilhada do Sul - RS;
- 34 - Portaria nº 7.243, de 16 de janeiro de 2018 - Rádio Comunitária de Amparo Social, no município de Anagé - BA;
- 35 - Portaria nº 711, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Rio Jaguaribe, no município de Russas - CE;

36 - Portaria nº 733, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Cultural Comunitária Estação de Franco da Rocha, no município de Franco da Rocha - SP;

37 - Portaria nº 1.033, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Pedra Pintada, no município de Itacoatiara - AM;

38 - Portaria nº 1.263, de 14 de março de 2018 - Associação de Radiodifusão para Comunicações Comunitária do Sítio Areias do Município das Correntes, no município de Correntes - PE;

39 - Portaria nº 2.171, de 2 de maio de 2018 - Associação Comunitária de Jitaúna, no município de Jitaúna - BA; e

40 - Portaria nº 2.629, de 12 de junho de 2018 - Sociedade de Amparo e Educação a Infância de Cruz, no município de Cruz - CE.

Brasília, 18 de março de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Antonio Carlos', is written over a horizontal line.

Port. 146/16



EM nº 00211/2019 MCTIC

Brasília, 19 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.014914/2013-47, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, inscrita no CNPJ nº 02.309.551/0001-67, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 18 de Agosto de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rio Novo do Sul, estado do Espírito Santo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16495/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 146, de 01 de Fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 146/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014914/2013-47 e nº 53660.000718/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0913555** e o código CRC **BE665806**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 33981/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, processo nº 53000.014914/2013-47.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 19/09/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4648691** e o código CRC **621429E8**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.014914/2013-47

(Processo de Outorga nº 53660.000718/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul**, sediada na localidade de **Rio Novo do Sul / ES**, tem validade até 18/08/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 22 de abril de 2013.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL

Rua Ostácio Mota S/Nº- Lot- Café Sereia Rio Novo do Sul-ES Cep-29290-000

Instituição Filantrópica Registrada sob nº 01 – Lº B – Fls 01, Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES

– CNPJ- 02 309 551/0001-67 – Reconhecida de Utilidade Pública Municipal Lei Municipal nº - 0113/97 e

Estadual Lei Estadual nº- 9361/2009, Autorizada Ministério das Comunicações processo nº-

536600007181998.Site. WWW.mensagemfm.com.br Telefone 28 3533 0046.



Ofício RCMFM

Em 05 de março de 2013.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 014914/2013-47

SEAPA/SCF

02/04/2013-10:19

Considerando que o Município de Rio Novo do Sul vem sendo beneficiado com os relevantes serviços de comunicação em sua área de atuação, principalmente na divulgação diária de utilidade pública, e,

Considerando que a emissora possui Licença para funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária com validade até 18/03/2013, requeremos respeitosamente junto a este Órgão a renovação/e ou informação de qual o procedimento legal para obter a referida renovação.

Certo da habitual atenção de Vossa Senhoria renovamos votos de estima e consideração.


Danilo Rodrigues Arariba


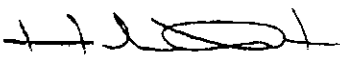
Presidente

RG 735 015 - ES

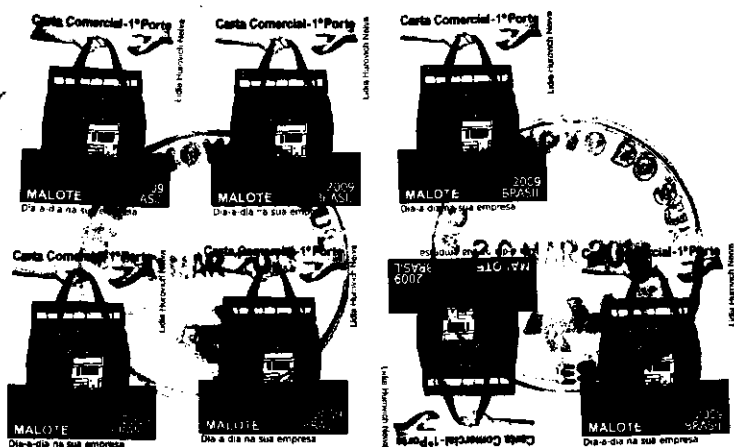
**AO ILMO SR. SECRETÁRIO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA
BRÁSILIA – DF.**

SEAPC
134.2



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL				
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA		Nº: 2		
LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA				FLS: 001/001		
NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO - RADIO COMUNITARIA MENSAGEM FM - CNPJ: 02.309.551/0001-67				Nº DA ENTIDADE 50011346094		
Nº DA ESTAÇÃO 631394605	SERVIÇO Rádiodifusão Comunitária	NAT. SERV. *****	LATITUDE 20S520600	LONGITUDE 40W561600		
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA OSTÁCIO MOTTA S/N		DISTRITO *****				
BAIRRO CENTRO		MUNICÍPIO RIO NOVO DO SUL			UF ES	
CIDADE DA OUTORGA : NOME FANTASIA : FREQUÊNCIA : HORÁRIO FUNCIONAMENTO : INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ESTÚDIO		Rio Novo do Sul/ES ***** 87,9 MHz :05:00 a 24:00 - Dom. e Sáb. ZYL418		Número Processo : 536600007181998		
ENDEREÇO : MUNICÍPIO : TRANSMISSOR PRINCIPAL CÓDIGO : TRANSMISSOR AUXILIAR CÓDIGO :		RUA OSTÁCIO MOTTA S/N CENTRO Rio Novo do Sul Montel Sistemas de Comunicação Ltda. 0916060312 ***** *****		CANAL : RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : PERP MÁXIMA :		200 1.00 KM ***** W
ANTENA FABRICANTE : GANHO : DESCRIÇÃO : COTA BASE DA TORRE :		MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA. 0.00 dBd PLANO TERRA ***** m		LOCALIDADE : UF : MODELO : POTÊNCIA : MODELO : POTÊNCIA :		***** ES MTFM98 25,000 W ***** ***** W
		MODELO : POLARIZAÇÃO : ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO :		MTDIP 100/1 Vertical 21.0 m		
A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RÁDIO DIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.						
IMPRESSA EM 01/02/2010						
OBSERVAÇÕES 02.309.551/0001-67		Licenciada Em 17/03/2004		VÁLIDA ATÉ 18/08/2013		
		 Helio Costa Ministro das Comunicações				

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços
Departamento de Out
Esplanada dos mi
Anexo Oeste, Sal
Brasília, DF



es

de Comunicação Eletrônica

Orgão de Serviços

interiores, Bloco R, 3º andar,
nº 300, 70044-900



606

14914/13 REN

ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL

Rua Ostácio Mota S/Nº- Lot- Café Sereia Rio Novo do Sul-ES Cep-29290-000
Instituição Filantrópica Registrada sob nº 01 – Lº B – Fls 01, Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES
– CNPJ- 02 309 551/0001-67 – Reconhecida de Utilidade Pública Municipal Lei Municipal nº - 0114/2012 e
Estadual Lei Estadual nº- 9361/2009, Autorizada Ministério das Comunicações processo nº-
536600007181998.Site. WWW.mensagemfm.com.br Telefone 28 3533 0046.

DA: Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul-ES.

Processo: 536600007181998.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53660 068916/2013-56

AO: Exmo Senhor Ministro das Comunicações.

RECIBO Nº

26/11/2013-09:49

A Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, devidamente inscrita no CNPJ nº 02 309 551/0001-67 com sede à Rua Ostácio Mota s/nº, na cidade de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, Cep 29290-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 377 datada de 31/07/2000 e Decreto Legislativo nº 551 publicado no Diário Oficial da União de 18/08/03, Vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência requerer a renovação da Outorga para execução do serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo 26 de setembro de 2013.


DANIL RODRIGUES ARARIBA

PRESIDENTE

CPF 892 430 647 20

RG 735 015 ES

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

Rec. em 27/09/2013, por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

DANIL RODRIGUES ARARIBA

Em testemunho da verdade

Carlos Felipe Carvalho de Oliveira - Esc - admin

022582.XAA1305.00007

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Emit.: R\$3,73 Tx.Fls.: R\$0,56 Total: R\$4,29



ANEXO II

(Anexo XII à Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 2011)



RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
7 - último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;
8 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Daniel Rodrigues Arariba
(assinatura do representante legal da entidade)

Endereço para correspondência: RUA JOAQUIM ALVES S/Nº, na cidade de RIO NOVO DO SUL, Estado ESPIRITO SANTO, CEP 29290-000.

Telefone para contato: 0XX-28-3533 1753.

Correio eletrônico (e-mail) DANIELSILVAWDE@GMAIL.COM.

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº 27
Rec. em 27/09/2012, por SEMELHANÇA(s) firma(s) de:
DANIL RODRIGUES ARARIBA
Em testemunho da verdade
Carlos Felipe Corralho de Oliveira - Esc - admin
022582.XAA1365-0006
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emi.: R\$3,73 Tx.Fis.: R\$0,55 Total: R\$4,29





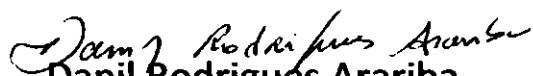
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL
Rua Ostácio Mota S/Nº- Lot- Café Sereia Rio Novo do Sul-ES Cep-29290-000
Instituição Filantrópica Registrada sob nº 01 – Lº B – Fls 01, Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES
– CNPJ- 02 309 551/0001-67 – Reconhecida de Utilidade Pública Municipal Lei Municipal nº - 0113/97 e
Estadual Lei Estadual nº- 9361/2009, Autorizada Ministério das Comunicações processo nº-
536600007181998.Site. WWW.mensagemfm.com.br Telefone 28 3533 0046.

.....

DECLARAÇÃO

Processo- 536600007181998

Declaro para os devidos fins junto ao Ministério das Comunicações em conformidade com SUBITEM 20,3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011, que a Emissora Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul-ES encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

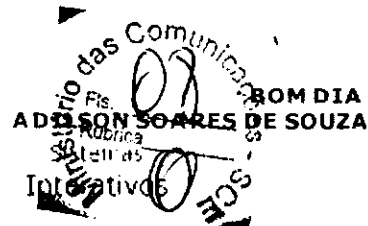

Danil Rodrigues Arariba
Presidente
RG 735 015 - ES

Cartório de Registro Civil e Tabellionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
Rec. em 27/09/2013, por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
DANIL RODRIGUES ARARIBA
Em testemunho da verdade
Carlos Felipe Corrêa de Oliveira - Esc - admin
022562.XAA1308.00006
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emi.: R\$3,73 Tx.Fls.: R\$0,56 Total: R\$4,29



ANATEL

Menu Principal ▾



BOLETO » Nada Consta menu ajuda

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO - RADIO COMUNITARIA MENSAGEM FM

CNPJ: 02.309.551/0001-67

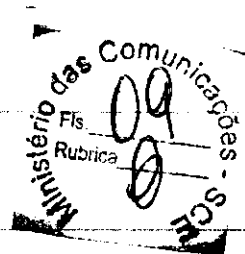
Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:12:52 do dia 25/11/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/12/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
02.309.551/0001-67
ATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
23/12/1997

NOME EMPRESARIAL
RADIO COMUNITARIA MENSAGEM

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R MAJOR CAETANO

NÚMERO
S/N COMPLEMENTO

CEP
29.290-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO NOVO DO SUL

UF
ES

SITUAÇÃO CADASTRAL
TIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **25/09/2013** às **09:42:11** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 25/09/2013



Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária FM de Rio Novo do Sul realizada aos (18) dezoito dias do mês de setembro do ano de (2012) dois mil e doze em conformidade com o Estatuto Social artigo 9º parágrafos e emendas na sede da Instituição situada à Rua Ostácio Motta s/nº Bairro Café Sereia Rio Novo do Sul-ES. As dezenove horas foi feita a primeira convocação e as dezenove e trinta horas a segunda e ultima convocação conforme edital de convocação fixado na sede da instituição e divulgado durante a programação no prazo legal. Constatada quorum suficiente com a presença dos seguintes associados Danil Rodrigues Arariba, Silvia Cristina Peçanha dos Santos Arariba, Daniel da Silva, Graciane Moreli da Silva, Sebastião Luiz Garcia, Adelson Gomes da Silva, Rogério do Amaral, Jorge Penaforte Menegardo, Fernanda Lorencine Pascoal, Marinete Menegardo, Meire Gleci Menegardo e Romildo Gomes da Silva, constatada a ausência dos seguintes Associados Aloisan Pereira Peixoto, Jurcelino Ferreira, Valdicéia da Conceição Ferreira e Inaldo Polonini Moreli. O Senhor Presidente saudou e agradeceu a todos pela presença e declarou aberta a Assembléia Geral Extraordinária convocada para este dia tudo em conformidade com o Estatuto e Edital de Convocação Publicado no local de costume e divulgado durante a programação da Emissora. Em seguida procedeu a leitura do competente edital e anunciou a ordem do dia que estatutariamente constou com a seguinte pauta: **eleição da Diretoria Executiva**. Em seguida solicitou do Secretário que fizesse a leitura do ato que constituiu a Comissão Eleitoral dentro do prazo legal que ficou assim constituída: **Rogério do Amaral, Graciane Moreli da Silva e Marinete Menegardo** sob a presidência do primeiro. A Seguir passou a direção dos trabalhos para o Presidente da Comissão Eleitoral Senhor Rogério do Amaral declarando impedido a partir deste momento de presidir a presente reunião por se tratar de estar concorrendo o cargo de Presidente. O Senhor Rogério do Amaral auxiliado pelas demais membros da Comissão saudou a todos e fez a leitura do registro da candidatura da Chapa denominada de **CHAPA 01 COMPOSTA PELOS SEGUINTESS ASSOCIADOS Danil Rodrigues Arariba para Presidente; Daniel da Silva Vice Presidente, Graciane Moreli da Silva Tesoureira Sebastião. Luiz Garcia Secretário; Adelson Gomes da Silva Diretor de Patrimônio.** Em

[Handwritten signatures and names at the bottom of the page:]
Danil Rodrigues Arariba, Graciane Moreli da Silva, Marinete Menegardo, Rogério do Amaral, Adelson Gomes da Silva, Sebastião Luiz Garcia, Daniel da Silva, Aloisan Pereira Peixoto, Jurcelino Ferreira, Valdicéia da Conceição Ferreira, Inaldo Polonini Moreli.

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº 27

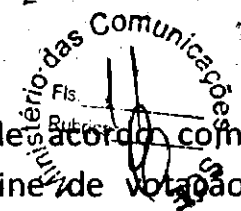
AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou fe. 27/09/2013
Em testemunho da Verdade
Carlos Felipe Carraro de Oliveira - Esc - admin
022562.XAA1305.00015

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emi.: R\$2,07 Tx. Fis.: R\$0,31 Total: R\$2,38



seguida chamou nominalmente a cada associado de acordo com a assinatura de presença para que se dirigisse a cabine de votação e exercesse o voto momento em que foi feito democraticamente a eleição da Diretoria Executiva da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul. A seguir convidou o **Senhor Jorge Penaforte Menegardo e a Senhora Fernanda Lorencine Pascoal** para fiscalizarem a apuração ficando eleita com (11) onze votos a favor a Chapa (01) um e um voto em branco ficando assim constituída: **Presidente: Danil Rodrigues Arariba, brasileiro, Servidor Público Municipal, documento de identidade nº: 735 015-ES, CPF- 892 430 647 20, residente e domiciliado a Rua Ana Rosa Fernandes s/nº, Bairro Borsoi Rio Novo do Sul-ES, Cep- 29 290-000. Vice- Presidente Daniel da Silva, brasileiro Técnico de instalação em Internet, CPF 082 708 327 07, RG 2 345 813-ES residente e domiciliado à Rua Capitão Bley 17, centro, Rio Novo do Sul-ES. Secretário Sebastião Luiz Garcia, brasileiro Funcionário Publico, residente e domiciliado à Rua Projetada s/nº Rio Novo do Sul-ES; CPF 688 506 897 72; RG 502 584-ES. Tesoureira Graciane Moreli da Silva, brasileira, auxiliar de serviços gerais, residente e domiciliada à Rua Capitão Bley, centro, Rio Novo do Sul-ES; CPF 106 139 017 97; RG 2 345 773 ES; Diretor de Patrimônio Adelson Gomes da Silva, Brasileiro, Mecânico, residente e domiciliado à Rua Getulio de Oliveira s/nº, centro, Rio Novo do Sul-ES; CPF- 707 657 667 87; RG 609 479 ES.** Declarando empossa a presente Diretoria Executiva para um mandato de ~~05~~ cinco anos. Fraqueada a palavra aos presentes após ser empossado o Presidente Danil Rodrigues Arariba assumiu a direção dos trabalhos e agradeceu em nome dos demais membros da Diretoria Executiva a todos pela confiança depositada em seu nome prometendo honrar com carinho e determinação o cargo que a si foi confiado principalmente com a parceria da comunidade entre elas Associações de classe, de moradores e religiosas garantindo aos ouvintes uma melhor programação recheada de entretenimento, cultura e utilidade pública. Nada mais havendo o Senhor Presidente agradeceu a todos e encerrou a presente assembléia. E para constar foi lavrado esta ata lida e assinada pelos presentes após sua aprovação



Danil Rodrigues Arariba
Jorge Penaforte Menegardo
Fernanda Lorencine Pascoal
Daniel da Silva
Sebastião Luiz Garcia
Graciane Moreli da Silva
Adelson Gomes da Silva

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou fe. 27/09/2013
Em testemunho da verdade

Carlos Felipe Carvalho de Oliveira - Esc - admin
022582.XXA1308.00016

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Emit.: R\$2,07 Tx.Fls.: R\$0,31 Total: R\$2,38





DIRETORIA ELEITA PARA UM MANDATO DE (05) CINCO ANOS DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL-ES.

Presidente: Danil Rodrigues Arariba, brasileiro, Servidor Público Municipal, documento de identidade nº: 735 015-ES, CPF- 892 430 647 20, residente e domiciliado a Rua Ana Rosa Fernandes s/nº, Bairro Borsoi Rio Novo do Sul-ES, Cep- 29 290-000.

Vice- Presidente Daniel da Silva, brasileiro Técnico de instalação em Internet, CPF 082 708 327 07, RG 2 345 813-ES residente e domiciliado à Rua Capitão Bley 17, centro, Rio Novo do Sul-ES.

Secretário Sebastião Luiz Garcia, brasileiro Funcionário Público, residente e domiciliado à Rua Projetada s/nº Rio Novo do Sul-ES; CPF 688 506 897 72; RG 502 584-ES.

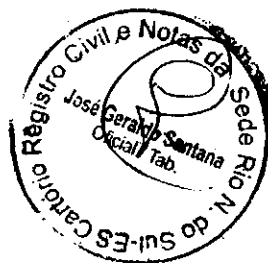
Tesoureira Graciane Moreli da Silva, brasileira, auxiliar de serviços gerais, residente e domiciliada à Rua Capitão Bley, centro, Rio Novo do Sul-ES; CPF 106 139 017 97; RG 2 345 773 ES;

Diretor de Patrimônio Adelson Gomes da Silva, Brasileiro, Mecânico, residente e domiciliado à Rua Getulio de Oliveira s/nº, centro, Rio Novo do Sul-ES; CPF- 707 657 667 87; RG 609 979 ES.


DANIL RODRIGUES ARARIBA

PRESIDENTE

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
AUTENTICACAO DO ANVERSO
Esta copia confere com o original apresentado. Dou fe. 27/09/2013
Em testemunho da verdade
Carlos Felipe Cavallaro de Oliveira - Esc - admin
022582.XAA1305.00017
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emi.: R\$2,07 Tx.Fis.: R\$0,31 Total: R\$2,38



ESPAÇO EM BRANCO

RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

"É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação,
independente de censura ou licença."
(Item IX, Art. 5 - Constituição Brasileira)



Fls. _____
Rubrica _____

Capítulo Primeiro: DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE E DIREITOS DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS

Art. 1º - A Rádio Comunitária MENSAGEM FM, Fundada em 19/05/97, com sede à Rua Major Caetano s/n, Centro, Rio Novo do Sul-ES é uma associação civil de objetivos culturais, apartidária, democrática e sem fins lucrativos.

Art. 2º - A Rádio Comunitária MENSAGEM FM tem por finalidade:

- Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do Direito de Comunicar;
- Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- Obter junto ao poder público autorização para execução de serviços de radiodifusão, de caráter local;
- Executar serviços de radiodifusão de acordo com o disposto neste estatuto e, à luz da legislação pertinente, quando aplicável;
- Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;
- Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão, observada a legislação vigente;
- Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos;
- Organizar um arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral;
- Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários.

Art. 3º - Poderá associar-se às atividades da Rádio Comunitária MENSAGEM FM qualquer pessoa, independente de cor, raça, sexo, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste estatuto.

Art. 4º - São direitos dos associados:

- Ter voz e voto nas assembléias da Entidade;
- Ter voz para fazer denúncias fundamentadas no que tange ao interesse de toda a comunidade;
- Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à Diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião de Diretoria.
- Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade, ou através de convênio.

Art. 5º - Será considerado associado à Rádio Comunitária MENSAGEM FM todo e qualquer cidadão ou entidade que se identifique junto ao cadastro do quadro de associados desta Entidade (rádio), desde que seja morador (cidadão) ou tenha sede (entidades) nas áreas atingidas pela transmissão.

Parágrafo Primeiro - O associado que faltar a duas assembléias gerais ordinárias consecutivas, justificadas ou não, será desligado sumariamente e sem aviso, do quadro de associados.

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou fe. 27/09/2011

Em testemunho da verdade

Carlos Felipe Carvalho de Oliveira - Esc - admin

022562-X-1305.00022

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Eml.: R\$2.07 Tx.Fls.: R\$0.31 Total: R\$2.38



Parágrafo 2º - Uma vez afastado, seu reingresso somente poderá ocorrer a partir de um pedido por escrito à Diretoria, que poderá ou não aprovar.

Capítulo Segundo: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

Art. 6º - São órgãos da Rádio Comunitária MENSAGEM FM: Assembléia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Comunitário.

Art. 7º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no último trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da Diretoria Executiva e discussão de assuntos gerais de interesse da Entidade e/ou das comunidades envolvidas.

Parágrafo Primeiro - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Fundadores ou por pelo menos dez associados, através de abaixo-assinado. A convocação deverá ser feita com pelo menos oito dias de antecedência, através de edital afixado na sede e estúdios da entidade, com divulgação de pelo menos 04 chamadas diárias durante a programação da rádio e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas e fixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais, onde constarão o dia, o local, horário e pauta da reunião.

Parágrafo 2º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados presente.

Art. 8º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou seu substituto legal.

Art. 9º - A Diretoria será eleita para mandato de dois anos, em AGE convocada para este, através de votação aberta nas chapas inscritas, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos.

Parágrafo primeiro - A AGE com fim eleitoral deverá ser convocada com pelo menos trinta dias de antecedência, utilizando os mesmos meios de divulgação previstos no Art. 7º, parágrafo primeiro.

Parágrafo 2º - A inscrição das chapas deverá ser feita até quinze dias antes da data marcada para a realização da AGE, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral.

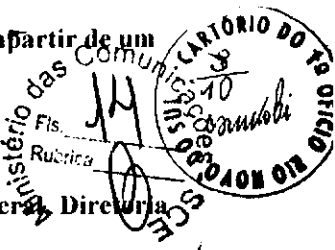
Parágrafo 3º - Quaisquer pedidos de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela própria AGE.

Parágrafo 4º - Somente poderão ser eleitos os associados que tenham pelo menos 02 anos de filiação e, somente poderão votar os associados que tenham pelo menos 01 ano de filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 10º - A Diretoria Executiva será composta de onze cargos, a saber:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário Geral
- Segundo Secretário
- Tesoureiro
- Segundo Tesoureiro
- Diretor de Operações
- Vice-Diretor de Operações
- Diretor Cultural e de Comunicação Social
- Vice-Diretor Cultural e de Comunicação Social
- Diretor de Patrimônio

Parágrafo Primeiro - Havendo vacância do cargo titular o vice assume imediatamente. No caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, deverá ser imediatamente convocada a AGE para eleição de nova diretoria.



Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou fe. 27/09/2013

Em testemunho da verdade

Carlos Felipe Gerymano de Oliveira - Esc - admin

022582.X7A1305.00023

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Eml.: R\$2,07 Tx.Fis.: R\$0,31 Total: R\$2,38



Parágrafo 2º - A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do Diretor em duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.

Art. 11º - A Diretoria poderá ser substituída no todo ou em parte pela AGE convocada com este fim específico, nas formas do Art. 7º, parágrafo 1º, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da Diretoria, será eleita uma Comissão Diretora Provisória, composta por três sócios fundadores, que administrará a entidade até a eleição da nova diretoria, nos moldes do Art. 9º deste Estatuto.

Art. 12º - O Conselho Comunitário será composto de no mínimo 05 representantes da comunidade e terá como função a fiscalização da programação da emissora.

Art. 13º - O presente estatuto poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante convocação da AGE, na forma prevista no Artigo 7º.

Capítulo Terceiro - ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 14º - Caberá à Diretoria Executiva, coletivamente:

- a) Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG.
- b) Convocar as AG.
- c) Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Presidente, ou nos casos que julgar conveniente.
- d) Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;
- e) Prestar contas bimestralmente ao Conselho de Fundadores e anualmente à AGO.
- f) Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remuneração;
- g) Autorizar a aquisição de equipamentos;
- h) Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da Entidade.
- i) Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implantados e/ou administrados pela Entidade.

Art. 15º - Caberá a cada diretor, individualmente:

- a) Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- b) Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- c) Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- d) Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

Art. 16º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões de Diretoria e Assembléia Geral;
- b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) Responder em juízo pela Entidade; (⇒ EMENDADO)
- d) Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;
- e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral.

Art. 17º - Caberá ao Vice-Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº 27

AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou fe. 27/09/2013

Em testemunho da verdade

Carlos Felipe Carvalho de Oliveira - Esc - admin

022582 XAA1205.00021

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Eml.: R\$2,07 Tx.Ele.: R\$0,31 Total: R\$2,38



- b) Substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
c) Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

Art. 18º - Caberá ao Secretário Geral:

- a) Secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões da AG, lavrar e assinar, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
b) Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente;
c) Manter o cadastro de associados atualizado;
d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

Art. 19º - Caberá ao Segundo Secretário:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
b) Substituir o Secretário Geral em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;

Art. 20º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob seu controle toda a movimentação financeira da Entidade;
b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
c) Apresentar os balancetes à Diretoria.
d) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas diversas da Entidade.

Art. 21º - Caberá ao Segundo Tesoureiro:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;
b) Substituir o Tesoureiro em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 22º - Caberá ao Diretor de Operações:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;
b) Implementar e supervisionar a programação da Rádio, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

Art. 23º - Caberá ao Vice-Diretor de Operações:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;
b) Substituir o Diretor de Operações em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 24º - Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;
c) Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como estatuto, regimentos internos e outros.

Art. 25º - Caberá ao Vice-Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;
b) Substituir o Diretor de Cultura e de Comunicação Social em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Cartorio de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

AUTENTICACAO DO ANVERSO

Esta copia confere com o original apresentado. Dou fe. 27/09/2013

Em testemunho _____ da verdade

Carlos Felipe Carvalho de Oliveira - Esc - admin

022582.XA-4395.00020

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Eml.: R\$2,07 Tx.Fis.: R\$0,31 Total: R\$2,38



Art. 26º - Caberá ao Diretor de Patrimônio:

- a) Manter sob seu controle todo o patrimônio da Entidade, quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;
- b) Implementar o arquivo histórico da Entidade.

Art. 27º - O quorum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria Executiva é de seis membros (50% mais um). Em caso de empate nos processos de votação o assunto deverá ser repetido à próxima reunião - ordinária ou extraordinária - onde tentar-se-á a solução do impasse.

Capítulo Quarto: RECEITAS E DESPESAS

Art. 28º - A receita da Entidade advirá:

- a) Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;
- b) Da contribuição mensal dos associados;
- c) De verbas provenientes de subsídio oficial;
- d) De patrocínio do comércio local;
- e) De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim.

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade.

Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela Diretoria Executiva que poderá aceitá-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior.

Parágrafo 3º - Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após Solicitação por escrito ou por força judicial.

Art. 29º - As despesas da Entidade podem ser:

- a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos, discos, fitas, CD, e outros;
- b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;
- c) Comissão para agenciadores de patrocínios do comércio local, em percentagem definida pela diretoria;
- d) Patrocínios a projetos ou atividades com fins comunitários.

Parágrafo 1º - Nenhum membro da Diretoria poderá ser remunerado, com exceção do Diretor de Operações que, a critério da Diretoria Executiva, poderá receber pró-labore, caso se faça necessária sua profissionalização.

Parágrafo 2º - A contratação de funcionários dependerá da aprovação da Diretoria Executiva.

Parágrafo 3º - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais.

Capítulo Quinto: PROGRAMAÇÃO MÍNIMA DA RÁDIO

Art. 30º - Minimamente, a programação da Rádio deverá constar de:

- a) Tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para a divulgação de seus trabalhos e reivindicações de quaisquer condições, observada apenas a adequação de horário na programação;
- b) Reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro das especificações técnicas definidas pelo Direito de Programação. Esse espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;
- c) Proibição de uso de qualquer horário com fins político-partidários, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atin-

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº 27

AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou fe. 27/08/2013.

Em testemunho da verdade

Carlos Felipe Carvalho de Oliveira - Esc - adm

022582.XAA1385.00010

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Eml.: R\$2,07 Tx.Fls.: R\$0,31 Total: R\$2,38



gidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela Rádio, por escrito a todos protocolado. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da lei;
d) Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria Executiva.



Capítulo Sexto: DISSOLUÇÃO

Art. 31º - A dissolução desta Entidade ocorrerá apenas por decisão da AG convocada conforme o previsto no Artigo 7º, parágrafo 1º.

Parágrafo 1º - Ponto de pauta obrigatório na AG convocada para a dissolução da Entidade deverá ser a prestação de contas, verificada pelo Conselho Comunitário até a data da Assembléia.

Parágrafo 2º - O patrimônio da Entidade deverá ser doado a outras entidades de atividades afins, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia.

Parágrafo 3º - Caso haja dívidas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado o saldo conforme previsto no Parágrafo 1º deste Artigo.

Capítulo Sétimo: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 32º - Caberá à Assembléia Geral eleger uma diretoria Provisória, com mandato de um ano, cabendo a essa Diretoria:

- Registrar o presente Estatuto, na forma da lei;
- Estabelecer um plano de metas para os primeiros três anos de existência da Entidade;
- Organizar o cadastro de associados;
- Montar a emissora de radiodifusão FM;
- Associar-se à entidade estadual ou distrital de radiodifusão comunitária;
- Manter intercâmbio com a ABRAÇO e outras entidades de radiodifusão comunitária existentes no Brasil e/ou em outros países.

Rio Novo do Sul, ES 19 de maio de 1997.

Adelson Gomes da Silva
Presidente.

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou fe. 27/09/2013

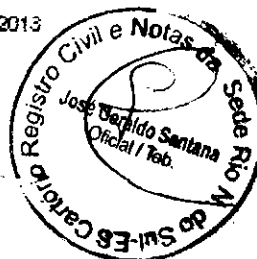
Em testemunho da verdade

Carlos Felipe Carvalho de Oliveira - Esc - admin

022582.X.A.N.305.00014

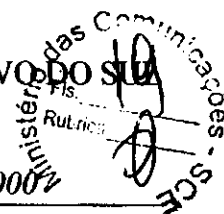
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Eml.: R\$2,07 Tx.Fls.: R\$0,31 Total: R\$2,38



ESPAÇO EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL
Utilidade Pública Municipal Lei Municipal nº: 0113/97
CNPJ- 02 309 551/0001-67
Rua Volpato S/N, centro Rio Novo do Sul-ES, Centro Cep-29290-0002



EMENDA AO ESTATUTO.

A Assembléia Geral aprovou e os artigos 9º, 10º e 16º que passarão a ter a seguinte redação.

Art.9º- O Mandato da Diretoria Executiva será de 05 (cinco) anos a contar de 20 de janeiro de 2008.

Art.10º- A Diretoria Executiva será Composta de 05 cargos, a saber: Presidente, Vice-presidente, Secretário Geral, Tesoureiro e Diretor de Patrimônio.

Art-16º- C)- Responder em juízo pela entidade, autorizar ou não atos administrativos da rádio, fiscalizar e coordenar a programação, suspender de imediato qualquer programa que esteja ferindo dispositivos legais, autorizar ou não qualquer pedido de inserção na programação da rádio, coordenar e fiscalizar carga horária e trabalho do quadro de funcionários, nomear o Diretor de Programação que poderá receber pró-labore de acordo com a Diretoria Executiva.

Rio Novo do Sul- ES, 15 de janeiro de 2008.


DANIL RODRIGUES ARARIBA
PRESIDENTE

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
Rec. em 27/03/2013, por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
DANIL RODRIGUES ARARIBA da verdade
Em testemunho
Carlos Felipe Carvalho de Oliveira - Esc - admin
022582.XAA-305.00024
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Eml.: R\$3,73 Tx. Fis.: R\$0,56 Total: R\$4,29



02.309.551/0001-67

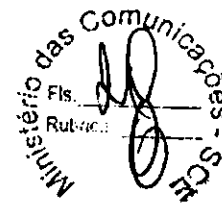
Associação de Rádio Comunitária

Mensagem FM

Rua: Volpato S/N Centro

CEP 29.290-000

Rio Novo do Sul - ES



Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul-ES

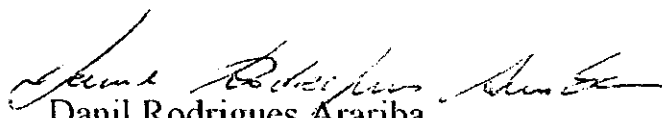
ALTERAÇÃO DE ESTATUTO N.º: 001/2006

Faço saber que a Diretoria Executiva apresentou e Assembléia Geral em conformidade com o artigo 13º aprovou a seguinte alteração do Estatuto.

Art. 10º- A Diretoria Executiva será composta de 05(cinco) cargos, a saber: Presidente, Vice-presidente, Secretário Geral, Tesoureiro, Diretor de Patrimônio.

Fica extinto da Diretoria Executiva o cargo de Diretor Artístico.

Fica criado o cargo de DIRETOR DE PROGRAMAÇÕES de livre nomeação e/ou exoneração da Diretoria Executiva, que a critério da mesma receberá pró-labore, com valores fixados.



Danil Rodrigues Arariba

Presidente

Rádio Mensagem FM

Danil Rodrigues Arariba

Presidente

R G 735015 - ES

Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou fe. 27/09/2013

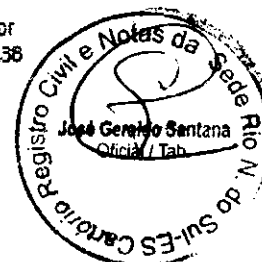
Em testemunho da verdade

Carlos Felipe Carvalho de Oliveira - Esc. - admin

022552.XAA1305.0013

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Emit.: R\$2,07 Tx.Fls.: R\$0,31 Total: R\$2,38



ESPAÇO EM BRANCO

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Processo- 536600007181998

O Conselho Comunitário da Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul no uso de suas atribuições ATESTA que vem acompanhado periodicamente a programação veiculada pela emissora e apresenta o seguinte relatório:

- 01- Programação veiculada pela emissora – **regular**
- 02- Reserva de tempo disponível na programação para transmissão de conteúdos noticiosos- **regular.**
- 03- Transmissão de apoio cultural- **regular.**
- 04- Intercâmbio com associações comunitárias da área abrangente e sociedade legalmente constituída para promoção da cultura nacional e regional – **regular.**

É o nosso relatório 23 de setembro de 2013.

Valdicéia da Conceição Ferreira

Valdicéia da Conceição Ferreira

Alexandre Scheidegger
Alexandre Scheidegger da Conceição

Adelson Gomes da Silva
Adelson Gomes da Silva

Jorge Penaforte Menegardo
Jorge Penaforte Menegardo

Graciane Moreli da Silva
Graciane Moreli da Silva

Graciane Moreli da Silva

Rogério do Amaral
Rogério do Amaral

das Comunicações
22

ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL
Rua Ostácio Mota S/Nº- Lot- Café Sereia Rio Novo do Sul-ES Cep-29290-000
Instituição Filantrópica Registrada sob nº 01 – Lº B – Fls 01, Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES
– CNPJ- 02 309 551/0001-67 – Reconhecida de Utilidade Pública Municipal Lei Municipal nº - 0113/97 e
Estadual Lei Estadual nº- 9361/2009, Autorizada Ministério das Comunicações processo nº-
536600007181998.Site. WWW.mensagemfm.com.br Telefone 28 3533 0046.

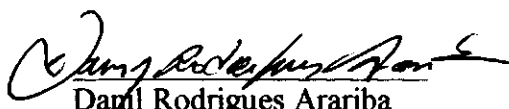
.....

DA: Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul-ES.

Declaração

Eu, Danil Rodrigues Arariba, representante legal da Associação de Radio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, venho solicitar vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga.

Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo 26 de setembro 2013


Danil Rodrigues Arariba
CPF: 892.430.647-20
Presidente



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 08 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Damacena Ferreira, Arquivista**, em 08/08/2014, às 15:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0077139** e o código CRC **6913A01F**.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 892.430.647-20

Nome da Pessoa Física: DANIL RODRIGUES ARARIBA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **09:13:07**: do dia **12/08/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **A7C2.93D1.A9FB.9BF9**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 082.708.327-07

Nome da Pessoa Física: DANIEL DA SILVA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **09:14:13** do dia **12/08/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **46A6.BA63.A75D.1DEC**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 688.506.897-72

Nome da Pessoa Física: SEBASTIAO LUIZ GARCIA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **09:15:05**: do dia **12/08/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **0C34.DD24.E828.62F4**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 106.139.017-97

Nome da Pessoa Física: GRACIANE MORELI DA SILVA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **09:16:11** do dia **12/08/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **0970.D4B7.AFBD.DC27**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 707.657.667-87

Nome da Pessoa Física: ADELSON GOMES DA SILVA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **09:17:13** do dia **12/08/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **C556.32B8.D176.4FA1**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



■ Município

História

Mapa do Município

Conheça Rio Novo do Sul

■ Câmara Municipal

Vereadores

Mesa Diretora

Comissões

Legislatura

Estrutura Organizacional

Servidores

Setores Administrativos

Galeria de Fotos

■ Produção Legislativa

Projetos em Tramitação

Indicações

Requerimentos

Moções

Atas

■ Legislação

Legislação Municipal

Legislação Estadual

Legislação Federal

■ Transparência

Licitação

Contratos

Prestação de Contas

Orçamento do Poder

Concursos em Andamento

Parlamentares ES

Deputados Estaduais

Deputados Federais

Senadores

Servidor

Apresentação do Servidor



Nome: DANIL RODRIGUES ARARIBA

Tel: (28) 3533-1753

Email: danilrodrigues.camararionovo.es.gov.br ([Enviar Email](#))

Cargo: Diretor Administrativo (Comissionado)

Atribuições:

Câmara Rio Novo Do Sul
Rua Joaquim Alves s/nº - Centro - Rio Novo do Sul/ES
CEP 29290-000-Telefax (0**28) 3533 – 1753 (28) 3533-1705

DANIL RODRIGUES ARARIBA

Nome: DANIL RODRIGUES ARARIBA **Tel:** (28) 3533-1753 **Email:** camararns@hotmail.com (Enviar Email) **Cargo:** Diretor Administrativo (Comissionado)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 7126/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.014914/2013-47**

Processo de Outorga nº: 53660.000718/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Rio Novo do Sul/ES**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que o Estatuto Social, foi devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas, em atendimento ao disposto no subitem 8.1, alínea "b" da Norma Complementar nº 01/2011.

II. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 9º, ao disposto no item 8.2, alínea "h", subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18 da Lei nº 9.612/1998, conforme transcrito a seguir. Além de que, o Estatuto Social ainda deverá conter, conforme Norma nº 1/2011:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

d) estar registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos

termos do art. 116, inciso I, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo que qualquer alteração efetuada deverá estar averbada junto àquele Registro;

e) conter a denominação, os fins e o **tempo de duração da entidade** e, ainda, quando houver, o fundo social;

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.2) o cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial; e

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao **máximo de 4 (quatro) anos**, sendo admitida uma recondução;

i) indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

a) estabeleçam os critérios para ingresso e exclusão dos associados;

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o **direito de votar e ser votado** para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas

sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;

h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Lei nº 9.612/1998

*Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir **patrocínio, sob a forma de apoio cultural**, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.*

III. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

IV. Comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que a Ata de Eleição datada de 18/09/2012, foi devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmada em Pessoas Jurídicas, em atendimento ao disposto no subitem 8.1, alínea "c" da Norma nº 1/2011.

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

*21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, **relatório resumido contendo a descrição da grade de programação**, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.*

VII. Diante da documentação constante dos

autos de seu processo, constatou-se que a Entidade indicou, por meio de alguns documentos, denominações que variam umas das outras, conforme abaixo indicado:

- No registro do CNPJ consta como denominação da entidade: Rádio Comunitária Mensagem;

- No Estatuto Social consta como denominação da entidade: Rádio Comunitária Mensagem FM;

- No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e nas declarações apresentadas, consta a seguinte denominação da entidade: Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul.

Desta forma a entidade deverá definir qual a sua real denominação da entidade e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente.

- No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e nas declarações apresentadas consta como endereço da sede: Rua Ostácio Mota, s/n, Rio Novo do Sul/ES;

- No registro do CNPJ e no Estatuto Social consta o seguinte endereço da sede: Rua Major Caetano, s/n - Centro, Rio Novo do Sul/ES.

Desta forma a entidade deverá definir qual o seu real endereço da sede e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto no **art. 11 da Lei 9612/98**, vez que **o Presidente da entidade, senhor Danil Rodrigues Arariba, é detentor de cargo comissionado na Câmara Municipal de Rio Novo do Sul/ES, conforme site da Câmara [\(0080503\)](#)**, motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** os itens apontados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do artigo 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 03/09/2014, às 13:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 04/09/2014, às 09:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0080510** e o código CRC **916230C2**.



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 -
São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 7000/2014/SEI-MC

São Paulo, 12 de agosto de 2014

Ao Senhor

DANIL RODRIGUES ARARIBA

Representante Legal da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio
Novo do Sul

Rua Joaquim Alves, s/n

CEP: 29290-000 / Rio Novo do Sul - ES

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53000.014914/2013-47.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 7126/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 03/09/2014, às 13:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0080856** e o código CRC **BD4C0F99**.

JH 880 499 244 BR**Rastreamento**

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10, SEDEX 12 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
15/09/2014 13:20 RIO NOVO DO SUL / ES

15/09/2014
13:20
RIO NOVO DO SUL / ES

Objeto entregue ao destinatário

15/09/2014
08:56
RIO NOVO DO SUL / ES

Objeto saiu para entrega ao destinatário

08/09/2014
15:12
SAO PAULO / SP

Objeto postado

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Ofício nº 7000/2014/SEI-MC

São Paulo, 12 de agosto de 2014

Ao Senhor

DANIL RODRIGUES ARARIBA

Representante Legal da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul

Rua Joaquim Alves, s/n

CEP: 29290-000 / Rio Novo do Sul – ES

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.014914/2013-47.

TAIRE

TAIRE

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION
15/09/14

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

PSY

JUCIARA GIOVANELI

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

de

Ag. Correios Leonel Ribalro

Matr: 8.273.403-0

Ag. Correios - Uid/Coletor

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS)

(REGISTRO DO OBJETO)

JH 88049924 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TF

DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

:

h

:

h

:

t

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

HO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHAL, S/N - B. V. 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA
FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8880
CEP: 05.311-000 - SÃO PAULO-SP

CIDADE / LOCALITÉ

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

BRASIL

HO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHAL, S/N - B. V. 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA
FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8880
CEP: 05.311-000 - SÃO PAULO-SP

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DELEGADO DA DELEGACIA REGIONAL DO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM SÃO PAULO – THIAGO GALVÃO

53900.021607/2014-50
13/10/14
(0191370)

REFERÊNCIA: Ofício n.º 7000/2014/SEI-MC

ASSUNTO: Esclarecimento à Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC, relativa à
análise do processo n.º 53000.014914/2013-47

A RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n.º 02.309.551/0001-67, fundada em 19 de maio de 1997, devidamente registrada no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, em 22 de dezembro de 1999, sob o n.º 50, Livro "A" – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por determinação judicial, que deu por encerrado o Registro Anterior realizado em 26 de junho de 1997, sob n.º 01, Livro "B" – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, situada na Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES), através do seu representante legal, **DANIL RODRIGUES ARARIBA**, brasileiro nato, casado, servidor público municipal, com domicílio na Rua Joaquim Alves, 01, centro, Rio Novo do Sul/ES, inscrito no CPF sob o n.º 892.430.647-20, vem com o devido respeito à presença de Vossa Senhoria, em atendimento ao Ofício supracitado, bem como à Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC, expor e ao final requerer o que se segue:

SÍNTESE DOS FATOS:

Em análise ao Processo de Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47 da Rádio Comunitária Mensagem FM, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rio Novo do Sul/ES, a Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo observou a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instruiu o Requerimento, além de prestação de esclarecimentos aos itens

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

apontados na Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

DO MÉRITO:

Passando para o mérito dos itens apontados na Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC, passíveis de saneamento, a Requerente passa a esclarecer item por item, providenciando a juntada dos documentos pendentes, a fim de atender os subitens 8.1 e 20.3, da Norma n.º 1/2011:

Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC:

Item 2.I- *"Comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que o Estatuto Social foi devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas, em atendimento ao disposto no subitem 8.1, alínea "b", da Norma Complementar n.º 01/2011", cuja certidão cartorária comprovando o registro do Estatuto Social da Associação e suas alterações segue em anexo em 04 (quatro) laudas.*

2

Item 2.II- *"Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 9.º, ao disposto no item 8.2, alínea "h", subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18, da Lei n.º 9.612/1998, conforme transcrito a seguir.*

Lei n.º 9.612/1998

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

A pendência descrita neste Item já foi sanada em Assembleia Geral Extraordinária da Associação realizada em 09 de fevereiro de 2010 e registrada no Cartório do 1º Ofício em 08 de março de 2010, onde o Artigo 28, "d" do estatuto passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. [...]

d) patrocínio sob forma de apoio cultural;

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

E a alínea “c”, do artigo 29, foi excluída do Estatuto Social. Cumprindo-se assim as exigências acima apontadas, tudo conforme comprova certidão cartorária em anexo.

Vale esclarecer, que por ocasião da reforma do Estatuto Social da Associação será dada melhor redação aos dispositivos, sempre levando em consideração a Norma n.º 1/2011 e o Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002).

Item 2.II (continuação)- Além de que, o Estatuto Social ainda deverá conter, conforme Norma n.º 1/2011:

8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

d) estar registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos do artigo . 116, inciso I, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo que qualquer alteração efetuada deverá estar averbada junto àquele Registro;”

3

Conforme comprova certidão em anexo, a Associação encontra-se devidamente registrada no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, em 22 de dezembro de 1999, sob o n.º 50, Livro “A” – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por determinação judicial, que deu por encerrado o Registro Anterior realizado em 26 de junho de 1997, sob n.º 01, Livro “B” – Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Conforme mesma certidão, todas as alterações feitas no Estatuto Social, bem como o registro das Diretorias Eleitas encontram-se averbadas às margens do respectivo termo.

“8.2.e) conter a denominação, os fins e o tempo de duração da entidade e, ainda, quando houver, o fundo social;

Conforme consta do Estatuto Social, documento anexo, a Requerente possui denominação (Rádio Comunitária Mensagem FM - Art. 1.º, do Estatuto) e sua finalidade encontra-se elencada no artigo 2.º, do Estatuto.

Entretanto, o Estatuto Social da Associação, quando à época de sua elaboração, não previu o tempo de duração da entidade, razão pela qual se compromete desde já a proceder todos os atos necessários para corrigir tal omissão.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

Para tanto, será necessário uma adequação ao Estatuto, que por si só já necessita de outras alterações para se adequar ao Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002, bem como à própria Norma 1/2011.

Ocorre que para realização desses atos, a Associação deverá seguir o rito do Estatuto em vigor, convocando Assembleia Geral Extraordinária e respeitando os prazos de publicação de Edital, além de submeter a reformulação e consolidação do novo Estatuto à apreciação de advogado, que deverá analisar e visar todos atos, conforme lei dos Registros Públicos, bem como ao tabelião do cartório de registro de pessoas jurídicas, o que demandará um lapso de tempo maior do que concedido no Ofício em referência acima.

Razão pela qual, requer a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias para sanar todas as pendências apontadas na Nota Técnica.

Vale ressaltar que a Diretora Executiva da Rádio Comunitária Mensagem FM já está tomando as providências cabíveis para realização da Assembleia Geral Extraordinária, cujo objeto de pauta são as pendências apontadas na Nota Técnica, bem como a adequação ao Código Civil (Lei 10.406/2002). Segue em anexo Cópia do Edital de Convocação para a Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 22 de outubro de 2014.

4

“8.2.g) indicar entre os seus objetos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme legislação vigente;

As finalidades da Rádio Comunitária Mensagem FM encontram-se elencadas no artigo 2.º, do Estatuto, estando entre as finalidades, em sua alínea “d”, *“Executar serviços de radiodifusão de acordo com o disposto neste estatuto e, à luz da legislação pertinente, quando aplicável”*, atendendo, pois, a exigência deste item.

Esclarece que por ocasião da Reforma do Estatuto, a Associação estará melhorando a redação destes dispositivos, adequando-os ao Código Civil Brasileiro e à Norma n.º 1/2011.

“8.2.h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.2) o cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial; e

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com
www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;

Os artigos 9.º e 10 do Estatuto (que sofreram emendas, estando estas averbadas às margens do seu Registro – Certidão Anexa), indicam o modo de constituição dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade.

Já os artigos 14 do Estatuto e seguintes estabelecem as atribuições da Diretoria Executiva e dos respectivos cargos.

Após emenda ao artigo 10 do Estatuto (Certidão anexa), a Diretoria Executiva passou a ser composta de 05 cargos, a saber: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro e Diretor de Patrimônio.

Conforme dispõe o Artigo 16, alínea “c”, **“competete ao Presidente responder em juízo pela entidade...”**, logo, poderá ele representar a Associação tanto passiva quanto ativamente em juízo; O Artigo 16, alínea “b”, dispõe sobre a representação extrajudicial.

5

Quanto ao limite máximo do mandato, a Associação, por ocasião da reformulação do Estatuto e da Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, estará se adequando ao disposto neste item.

“8.2.i) indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei n.º 10.406, 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

As condições apontadas neste item já foram adequadas ao novo Código Civil, conforme se verifica das emendas feitas ao artigo 7.º, § 2.º, que incluiu as alíneas “a”, “b” e “c”, averbadas às margens do Registro da Associação, conforme certidão Cartorária em anexo.

Art. 7º. [...]

§ 2º. A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados presente.

a) A Assembleia Geral ocorrerá para avaliação e prestação de contas da Diretoria, para alterações estatutárias ou destituição dos Dirigentes bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

b) para as deliberações que se referem à destituição dos administradores e alteração do estatuto é exigida deliberação da Assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo *quorum* mínimo deverá contar da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos, bem como os critérios de eleição dos administradores.

c) A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente por um quinto dos Associados.

"8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

- a) estabeleçam os critérios para ingresso e exclusão dos associados;*
- b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;*
- c) assegurem a todos os associados, pessoas físicas, em dia com suas obrigações estatutárias, o **direito de votar e ser votado** para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;*
- d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes, inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;*
- g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;*
- h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos arts. 59 e 60, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.*

6

Os critérios para ingresso do associado encontra-se no artigo 5.º do Estatuto Social, que também será objeto de reforma no Estatuto Social, **assim**

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

como serão criados os critérios de exclusão do associado, que hoje inexistem.

As alíneas acima descritas, "b", "c", "d" e "g" também serão objetos de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária e serão incluídas por ocasião da reforma do Estatuto Social, a fim de atender todas as exigências legais.

Quanto às competências da Assembleia Geral, alínea "h", no que se refere às disposições constantes dos arts. 59 e 60, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, estas já foram sanadas por ocasião da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 09 de fevereiro de 2010 e averbada no Cartório do 1.º Ofício em 08 de março de 2010 (AV:7-50), que incluiu as alíneas "a", "b" e "c" ao § 2.º, do artigo 7.º, do Estatuto Social, que passou a vigorar com a seguinte redação, já descrita acima também (Item 8.2.i):

Art. 7º. [...]

§ 2º. A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados presente.

7

a) A Assembleia Geral ocorrerá para avaliação e prestação de contas da Diretoria, para alterações estatutárias ou destituição dos Dirigentes bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário.

b) para as deliberações que se referem à destituição dos administradores e alteração do estatuto é exigida deliberação da Assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo *quorum* mínimo deverá contar da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos, bem como os critérios de eleição dos administradores.

c) A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente por um quinto dos Associados.

Item 2.III- "As alterações estatutária promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação". Segue em anexo Certidão Cartorária comprovando as alterações estatutárias feitas até a presente data.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

Item 2.IV- “Comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que a Ata de Eleição datada de 18/09/2012, foi devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmada em Pessoas Jurídicas, em atendimento ao disposto no subitem 8.1, alínea “c”, da Norma n.º 1/2011”. **Segue Certidão cartorária comprovando o registro da Ata de Eleição datada de 18/09/12, bem como cópia da própria Ata.**

Item 2.V- “Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma n.º 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2”. **Todos os diretores são brasileiros NATOS, conforme comprovam os documentos em anexo.**

Item 2.VI- “Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1, da Norma n.º 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.”

8

“21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, **relatório resumido contendo a descrição da grade de programação**, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.”

Segue em anexo, o último relatório do Conselho Comunitário, nos termos do item acima, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

Item 2.VII- “Diante da documentação constante dos autos de seus processo, constatou-se que a Entidade indicou, por meio de alguns documento, denominação que variam uma das outras, conforme abaixo indicado:

- No registro do CNPJ consta como denominação da entidade: Rádio Comunitária Mensagem;
- No Estatuto Social consta como denominação da entidade: Rádio Comunitária Mensagem FM;

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com
www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

- No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e nas declarações apresentadas, consta a seguinte denominação da entidade: Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul.

Desta forma a entidade deverá definir qual a sua real denominação e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente."

Realmente essas divergências existem, mas conforme determina a Legislação em vigor, hoje, a denominação correta é a que consta no Estatuto Social, Rádio Comunitária Mensagem FM, pois é a denominação que consta do registro de pessoas jurídicas.

Ocorre que com a decisão judicial prolatada em 22 de dezembro de 1999, o MMº Juiz determinou que a Rádio Comunitária Mensagem FM (antes registrada sob o n.º 01, Livro B – Pessoas Jurídicas – Radiodifusão) e todos os seus atos anteriormente registrados e averbados fossem registrados no livro destinado às Associações, para que se adequasse às exigências legais.

9

A partir daí, começaram a se referir à Rádio Comunitária Mensagem FM como ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, sem promover a devida adequação da denominação no Estatuto e respectivo registro, o que também constará da pauta da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 22 de outubro de 2014, especialmente convocada para sanar todas as pendências apontadas na Nota Técnica que dependem da aprovação da Assembleia Geral, por se tratar de tramitação legal disposta no próprio estatuto.

Após aprovação em Assembleia, será feita a devida alteração no respectivo CNPJ.

[...]

- No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e nas declarações apresentadas consta como endereço da sede: Rua Ostácio Motta, s/n, Rio Novo do Sul/ES;

- No CNPJ e no Estatuto Social consta o seguinte endereço da sede: Rua Major Caetano, s/n, Centro, Rio Novo do Sul/ES.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

Desta forma a entidade deverá definir qual o seu real endereço da sede e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente."

Antigamente, a Rádio Comunitária Mensagem FM era situada no endereço Rua Major Caetano, s/n, Centro, Rio Novo do Sul/ES. **Atualmente, o endereço da Rádio é Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul/ES.**

Oportunidade em que esclarece que todos os documentos serão retificados, especialmente, o CNPJ, que será providenciado logo após a realização da Assembleia Geral, já que esta deverá definir a denominação a ser usada pela entidade, ocasião em que serão feitas todas as retificações necessárias.

Item 3- "Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

10

*I- Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações-partidárias, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9.612/98, vez que o **Presidente da entidade, senhor Danil Rodrigues Arariba, é detentor de cargo comissionado na Câmara Municipal de Rio Novo do Sul/ES, conforme site da Câmara (0080503), motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.***

A Requerente não mantém qualquer vínculo que a sujeite à gerência, administração, domínio, comando ou orientação de outra entidade, muito menos possui quaisquer compromissos ou relações-partidárias com qualquer partido ou político que seja.

A Requerente é ímpar no que faz e respeita na íntegra os objetivos e finalidades descritos no Estatuto Social, sendo uma associação civil de objetivos culturais, APARTIDÁRIA, DEMOCRÁTICA e sem fins lucrativos.

No que se refere ao Presidente da Requerente, **Senhor Danil Rodrigues Arariba**, este realmente é servidor público municipal, EFETIVO, tendo sido nomeado para o cargo efetivo de Assistente Administrativo em 07 de dezembro de 1998, sendo que, logo após a sua nomeação, em 28 de dezembro

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

de 1998, foi nomeado ao cargo comissionado de Diretor Administrativo, no qual está até a presente data, conforme comprova Certidão e demais documentos em anexo.

Vale ressaltar, que o fato de o Presidente da Rádio/Requerente ser servidor público municipal não configura que a associação está submetida gerência, administração, domínio, comando ou orientação de outra entidade, nem possui compromissos com partido políticos ou quaisquer partidários, estando a Requerente aberta a quaisquer pessoas desde que concordem com os dispositivos do seu Estatuto Social e respeitem os seus objetivos e finalidades.

Conforme disciplina o **Artigo 3.º, do Estatuto Social** da Rádio Comunitária Mensagem FM, "Poderá associar-se às atividades da Rádio Comunitária Mensagem FM qualquer pessoa, independente de cor, raça, sexo, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste estatuto".

Já o **§ 4.º, do Artigo 8.º, do Estatuto Social**, dispõe que "somente poderão ser eleitos os associados que tenham pelo menos 02 anos de filiação e, somente poderão votar os associados que tenham pelo menos 01 ano de filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias".

11

CONCLUSÃO, qualquer pessoa, independente da sua condição pessoal e social, poderá ser associada à Rádio Mensagem Comunitária Mensagem FM e, conseqüentemente, desde que tenha dois anos de filiação, poderá ser eleita a quaisquer dos seus cargos, desde é claro, que esteja em dia com suas obrigações estatutárias.

Isto posto, ficam comprovados que os indícios apontados no Item 3 não procedem, não merecendo serem levados em consideração como fator impeditivo do pedido de renovação da outorga.

Insta constar, que por ocasião da Reforma do Estatuto, o § 4º, do Artigo 8º, do Estatuto Social da Rádio Comunitária Mensagem FM, também sofrerá alteração, no sentido de que qualquer associado poderá votar e ser votado, independentemente, do tempo de filiação.

DIANTE DE TODO O EXPOSTO, verificou-se que muitas são as adequações a serem feitas no Estatuto Social da Rádio Comunitária Mensagem FM, bem como em seus documentos, o que demanda um lapso temporal superior ao estabelecido no Ofício nº 7000/2014/SEI-MC.

Até porque para fazer as alterações já citadas acima, é necessária a deliberação da Assembleia Geral, respeitando os prazos de convocação

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

constantes do Estatuto Social, bem como, a necessidade de prazo para que advogado analise os termos do Estatuto a ser consolidado e reformado, visando todas as suas laudas e documentos, conforme determina a legislação em vigor; Deve-se ainda levar em consideração o prazo para registro junto ao Cartório do 1.º Ofício, que não é feito no mesmo dia, já que a atual Oficiala, corretamente, analisa com rigor ato por ato e só procede ao registro depois de atendidas todas as exigências legais.

Além das adequações necessárias à Norma 1/2011, também há necessidade do Estatuto Social da Rádio Comunitária Mensagem FM se adequar a alguns dispositivos do Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002, o que demanda atenção e tempo para que todos os dispositivos legais sejam observados.

Assim sendo, solicito a Vossa Senhoria a prorrogação do prazo estabelecido no Ofício nº 7000/2014/SEI-MC **por mais 30 (trinta) dias**, para que todas as exigências formuladas na Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC sejam atendidas.


Requer a compreensão de Vossa Senhoria pela não extinção da outorga da Requerente, haja vista, que todas as suas finalidades legais vêm sendo cumpridas e a Associação é de grande importância para o Município e seus munícipes, tendo sido declarada tanto no município de Rio Novo do Sul (Lei n.º 113/97), quanto no Estado do Espírito Santo (Lei n.º 9.361/2009) como de Utilidade Pública, e vem servindo toda a comunidade, alcançando o anseio de todo cidadão domiciliado na área de execução do serviço.

12

Neste termos

Pede e espera deferimento.

Rio Novo do Sul/ES, 08 de outubro de 2014.


DANIL RODRIGUES ARARIBA
PRESIDENTE DA RÁDIO COMUNITÁRIA
MENSAGEM FM



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997


CNPJ nº 02.309.551/0001-67

ANEXOS:

- 1- Cópia do Ofício n.º 7000/2014/SEI-MC;
- 2- Cópia da *Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC, relativa à análise do processo n.º 53000.014914/2013-47*;
- 3- Certidão emitida pelo Cartório do 1.º Ofício de Rio Novo do Sul/ES (4 laudas frente e verso);
- 4- Cópia da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Rádio Comunitária Mensagem FM realizada em 18 de setembro de 2012;
- 5- Cópia do Ofício n.º. 001/97, de 09/06/97 e cópia do Estatuto Social da Associação (sem as emendas, que constam da certidão cartorária) (7 laudas);
- 6- Declaração do Presidente da Rádio Comunitária Mensagem FM informando que todos os diretores são brasileiros natos, acompanhada dos respectivos documentos pessoais dos diretores, devidamente autenticados (6 laudas);
- 7- Parecer do Conselho Comunitário da Rádio Comunitária Mensagem FM, com relatório resumido contendo a descrição da grade de programação (2 laudas);
- 8- Certidão de associados da Rádio Comunitária Mensagem FM, certificando que o Presidente da Rádio não possui laços com políticos ou detentores de cargos políticos, não causando influência em sua administração na Instituição (1 lauda);
- 9- Certidão do Presidente da Câmara Municipal de Rio Novo do Sul/ES, com os seguintes anexos: Decreto Legislativo n.º 004/98, Portaria n.º 007/98, Portaria n.º 007/2009 e Portaria n.º 008/2013 (5 laudas);
- 10- Cópia da publicação do Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária para a Assembleia Geral, que será realizada em 22/10/14, feita no Diário Oficial do Município de Rio Novo do Sul/ES;
- 11- Cópia das publicações do Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária para a Assembleia Geral, que será realizada em 22/10/14, feitas em comércios do município e na sede própria da Instituição (7 laudas);
- 12- Cópia da Lei Municipal n.º 113/97, de 11 de agosto de 1997;
- 13- Cópia da Lei Estadual n.º 9.361, de 14 de dezembro de 2009.

13

Rio Novo do Sul/ES, 08 de outubro de 2014.


DANIL RODRIGUES ARARIBA
PRESIDENTE DA RÁDIO COMUNITÁRIA
MENSAGEM FM

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com
www.mensagemfm.com.br

Recebido em 15/09/2014



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 7000/2014/SEI-MC

São Paulo, 12 de agosto de 2014

Ao Senhor

DANIL RODRIGUES ARARIBA

Representante Legal da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul

Rua Joaquim Alves, s/n

CEP: 29290-000 / Rio Novo do Sul - ES

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.014914/2013-47.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 7126/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 03/09/2014, às 13:50, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0080856** e o código CRC **BD4C0F99**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 7126/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: 53000.014914/2013-47

Processo de Outorga nº: 53660.000718/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Rio Novo do Sul/ES**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que o Estatuto Social, foi devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas, em atendimento ao disposto no subitem 8.1, alínea "b" da Norma Complementar nº 01/2011.

II. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 9º, ao disposto no item 8.2, alínea "h", subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê, que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18 da Lei nº 9.612/1998, conforme transcrito a seguir. Além de que, o Estatuto Social ainda deverá conter, conforme Norma nº 1/2011:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

d) estar registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos do art. 116, inciso I, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo que qualquer alteração efetuada deverá estar averbada junto àquele Registro;

e) conter a denominação, os fins e o tempo de duração da entidade e, ainda, quando houver, o fundo social;

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.2) o cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial;

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;

i) indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

a) estabeleçam os critérios para ingresso e exclusão dos associados;

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão

domiciliado na área de execução do serviço;

*c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o **direito de votar e ser votado** para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;*

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;

h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Lei nº 9.612/1998

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

III. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

IV. Comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que a Ata de Eleição datada de 18/09/2012, foi devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmada em Pessoas Jurídicas, em atendimento ao disposto no subitem 8.1, alínea "c" da Norma nº 1/2011.

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos

moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

VII. Diante da documentação constante dos autos de seu processo, constatou-se que a Entidade indicou, por meio de alguns documentos, denominações que variam umas das outras, conforme abaixo indicado:

- No registro do CNPJ consta como denominação da entidade: Rádio Comunitária Mensagem;
- No Estatuto Social consta como denominação da entidade: Rádio Comunitária Mensagem FM;
- No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e nas declarações apresentadas, consta a seguinte denominação da entidade: Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul.

Desta forma a entidade deverá definir qual a sua real denominação da entidade e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente.

- No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e nas declarações apresentadas consta como endereço da sede: Rua Ostácio Mota, s/n, Rio Novo do Sul/ES;

- No registro do CNPJ e no Estatuto Social consta o seguinte endereço da sede: Rua Major Caetano, s/n - Centro, Rio Novo do Sul/ES.

Desta forma a entidade deverá definir qual o seu real endereço da sede e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente.

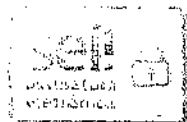
3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/98, vez que o **Presidente da entidade, senhor Danil Rodrigues Arariba, é detentor de cargo comissionado na Câmara Municipal de Rio Novo do Sul/ES, conforme site da Câmara (0080503)**, motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

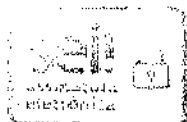
CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** os itens apontados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do artigo 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

A consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 03/09/2014, às 13:50, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 04/09/2014, às 09:07, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0080510** e o código CRC **916230C2**.

ΣΥΜΠΛΗΡΩΣ

DANIL RODRIGUES ARARIBA

Nome: DANIL RODRIGUES ARARIBA Tel: (28) 3533-1753 Email: camararus@hotmail.com (Enviar Email) Cargo: Diretor Administrativo (Comissionado)





ESTATUTO - RESUMO.

ASSOCIAÇÃO - Rádio comunitária Mensagem FM, fundada em 19 de maio de 1997, com sede à Rua Major Caetano s/nº, centro, nesta Cidade, é uma associação civil de objetivos culturais, apartidária, democrática e sem fins lucrativos. Tem por finalidade contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação; contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades; obter junto ao poder público autorização para execução de serviços de radiodifusão de caráter local; executar serviços de radiodifusão de acordo com o disposto no estatuto e à luz da legislação pertinente; coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais, e nacionais; promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão; prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidade sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos; organizar um arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral; e promover sempre o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários. São órgãos da Rádio Comunitária Mensagem FM: Assembléia Geral; Diretoria Executiva e Conselho Comunitário. Assembléia Geral: órgão máximo de decisão, será convocada uma vez ao ano sempre no último trimestre, para avaliar trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da Diretoria Executiva, e discursão de assuntos gerais de interesse da Entidade. A Diretoria será eleita para mandato de dois anos, em AGE convocada para este fim, através de votação aberta nas chapas inscritas, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos. A Diretoria Executiva será composta de onze cargos - Presidente - Vice-Presidente - Secretário Geral - 2º Secretário - Tesoureiro - 2º Tesoureiro - Diretor de Operações - Vice-Diretor de Operações - Diretor Cultural e de Comunicação Social - Vice Diretor Cultural e de Comunicação Social - Diretor de Patrimônio. Atribuições da Diretoria Executiva: Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG; Convocar as AG; Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Presidente, ou nos casos que julgar conveniente; elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos; Prestar contas bimestralmente ao Conselho de Fundadores e anualmente à AGO; Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remuneração; autorizar a aquisição de equipamento; efetivar a realização de convênios que se engradrem nos objetivos da Entidade; Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implantados e/ou administrados pela Entidade. A receita da Entidade advirá: Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador; Da contribuição mensal dos associados; De verbas provenientes de subsídio oficial; De patrocínio do comércio local; De campanha e outras atividades para este fim. A dissolução desta entidade ocorrerá por decisão da AG convocada conforme o previsto no Artigo 7º, parágrafo 1º do Estatuto. O patrimônio da Entidade deverá ser doado a outras entidades de atividades afins com caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia, caso haja dívidas na dissolução estas deverão se pagas com a venda do patrimônio. As demais disposições ora em resumo permanecem arquivadas neste Cartório, representadas neste ato pelas cópias reprográficas ordenadas de 01 a 56, anexadas inseparavelmente ao corpo desta. REGISTRO ANTERIOR: Registrado sob o nº 01 de ordem, Livro B, fls. 01, em 26 de junho de 1997 e posteriores averbações, neste Cartório. OBSERVAÇÃO: A abertura deste registro da Associação Rádio



LIVRO

50

Comunitária Mensagem FM, e de todos os atos registrados e averbados sob o registro anterior acima citado, ocorreu em função do requerimento da associação para que se adequasse às exigências legais, e deferimento favorável do MMº Juiz Substituto Dr. Carlos Eduardo Ribeiro Lemos desta Comarca. Rio Novo do Sul-ES., 22 (vinte e dois) de dezembro de 1999. (mil novecentos e noventa e nove). =/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=

OFICIAL: *Ademir da Silva Pinto*
Ademir da Silva Pinto

AV: 1-50

DATA: 08 de outubro de 2003.

De acordo com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, realizada em 29 (vinte e nove) de maio de 2002 (dois mil e dois), mediante fixação de Editais e chamadas diárias no Rádio, foi feita a eleição da nova Diretoria e do Conselho Fiscal, assim definidos: **PRESIDENTE:** Adelson Gomes da Silva; **VICE-PRESIDENTE:** Emerson Scherrer Bezerra; **SECRETÁRIO:** Alzimar Ferreira Nunes; **SEGUNDO SECRETÁRIO:** Alexandre Venâncio de Souza; **TESOUREIRO:** Josimar Scherrer Bezerra; **SEGUNDO TESOUREIRO:** Jacson de Souza Rohr; **DIRETOR TÉCNICO:** Almir Cintra; **VICE-DIRETOR TÉCNICO:** Luiz Carlos Alves; **DIRETOR CULTURAL E COMUNICAÇÃO:** Eliomar Passos dos Santos; **VICE-DIRETOR CULTURAL E COMUNICAÇÃO:** Inaldo Polonini Moreli; **DIRETOR DE PATRIMÔNIO:** Alzerino da Silva Nunes; **CONSELHO COMUNITÁRIO: MEMBROS:** Romildo Gomes da Silva, Jucerlino Ferreira, Mário Ressonni Dias, Rogério Amaral, Anildo da Silva Arariba; **CONSELHO FISCAL:** Emerson Scherrer Bezerra, Alexandre Venâncio de Souza, Frederico Cezário Moraes Scheidegger. Apresentou Ofício Nº 031/2003, em data de 02 de outubro de 2003, solicitando a averbação da Ata. Idênticos Documentos encontra-se em via arquivada em Cartório. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul/ES., 08 (oito) de outubro de 2003 (dois mil e três). =/=/=/=/=/=/=/=

OFICIALA: *Julia Elisabeth Bottecchia Barcelos*
Julia Elisabeth Bottecchia Barcelos

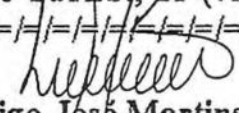
AV: 2-50

DATA: 08 de outubro de 2003.

De acordo com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação Rádio Comunitária FM de Rio Novo do Sul, realizada no dia 1º (primeiro) de outubro de 2003, foi feita eleição da Diretoria Executiva e conforme aprovação, alteração de alguns artigos do Estatuto: 1 - A Assembléia Geral altera o Art. 10º, que estabelece a composição de cargos da Diretoria Executiva, que fica assim: "Art. 10º - A Diretoria Executiva será composta de 06 (seis) cargos, a saber: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro, Diretor Artístico e Diretor de Patrimônio." - Os parágrafos deste Artigo continuam com o mesmo teor. 2 - A Assembléia Geral altera o Art. 21º, que fica assim: "Art. 21º - Diretor Artístico - Caberá ao Diretor Artístico manter sempre organizada a programação da Emissora, bem como fazer com que os locutores cumpram suas obrigações com zelo; A função de Diretor Artístico estará sempre sob a supervisão da Diretoria Executiva, que também poderá lhe conferir outras atribuições." 3 - A Assembléia Geral torna sem efeito os Artigos 19º, 22º, 23º, 24º e 25º do Estatuto, por estarem unicamente ligados às mudanças sofridas no Art. 10º. A DIRETORIA EXECUTIVA fica assim composta de 06 (seis) cargos, que se seguem abaixo: **PRESIDENTE** - Qualificação descrita no Art. 16 do Estatuto. **VICE-PRESIDENTE** - Qualificação descrita no Art. 17º do Estatuto. **SECRETÁRIO GERAL** - Qualificação descrita no Art. 18º do Estatuto. **TESOUREIRO** - Qualificação descrita no Art. 20º do Estatuto. **DIRETOR ARTÍSTICO** - Qualificação descrita no Art. 21º do Estatuto. **DIRETOR DE PATRIMÔNIO** - Qualificação descri-

AV: 4-50**DATA: 21 de fevereiro de 2005.**

De acordo com a Ata nº 77 da Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, realizada em 20 (vinte) de janeiro de 2005 (dois mil e cinco), a qual fica arquivada neste Cartório, tendo como Pauta: Eleição do Presidente, Vice-Presidente, ficando assim constituída: **PRESIDENTE:** Danil Rodrigues Arariba e **VICE-PRESIDENTE:** Jucerlino Ferreira. Idênticos documentos encontram-se arquivados neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul/ES, 21 (vinte e um) de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco). =/=

SUBSTITUTO LEGAL:

Rodrigo José Martins Hoffman
AV: 5-50**DATA: 21 de fevereiro de 2005.**

De acordo com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, realizada em 24 (vinte e quatro) de janeiro de 2005 (dois mil e cinco), a qual fica arquivada neste Cartório, tendo como pauta a eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Comunitário e Conselho de Ética, para mandato de 03 (três) anos, ficando assim constituída: **SECRETÁRIO:** Frederico Cesário Moraes Scheidegger; **TESOUREIRO:** Aloisam Pereira Peixoto; **DIRETOR DE PATRIMÔNIO:** Alzerino da Silva Nunes; **DIRETOR ARTÍSTICO:** Alexandre Venâncio de Souza; **CONSELHO FISCAL:** Alzimar Ferreira Nunes, Inaldo Polonini Morelli e Jacson de Souza Rohr; **CONSELHO COMUNITÁRIO:** Mário Ressonni Dias, Valdelino Grancieri, Jorge Penaforte Menegardo, Marinete Menegardo Zambi do Espírito Santo e Daniel da Silva; **CONSELHO DE ÉTICA:** Frederico Cesário Moraes Scheidegger, Jucerlino Ferreira, Inaldo Polonini Morelli, Emerson Scherrer Bezerra e Alzerino da Silva Nunes. Idênticos documentos encontram-se arquivados neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul/ES, 21 (vinte e um) de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco). =/=

SUBSTITUTO LEGAL:

Rodrigo José Martins Hoffman
AV: 6-50**DATA: 12 de fevereiro de 2008.**

De acordo com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, realizada no dia 10 (dez) de janeiro de 2008 (dois mil e dois), a qual fica arquivada neste Cartório, foi realizada a eleição da Diretoria Executiva, do Conselho Comunitário, bem como Emenda do Estatuto, a saber: **A Assembléia Geral aprovou e os artigos 9º, 10º e 16º que passarão a ter a seguinte redação: Art. 9º - O Mandato da Diretoria Executiva será de 05 (cinco) anos a contar de 20 de janeiro de 2008. Art. 10º - A Diretoria Executiva será composta de 05 cargos, a saber: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro e Diretor de Patrimônio. Art. 16º-C) Responder em juízo pela entidade, autorizar ou não atos administrativos da rádio, fiscalizar e coordenar a programação, suspender de imediato qualquer programa que esteja ferindo dispositivos legais, autorizar ou não qualquer**

crita no Art. 26º do Estatuto. DIRETORIA EXECUTIVA eleita em 01 de outubro de 2003, para mandato de 03 (três) anos. **PRESIDENTE:** Adelson Gomes da Silva, brasileiro, casado, mecânico de automóveis, residente à Rua José Francisco de Oliveira, s/nº - centro - Rio Novo do Sul/ES, RG 609.979-ES (Assinatura legível). **VICE-PRESIDENTE:** Emerson Scherrer Bezerra, brasileiro, casado, balconista, residente à Rua Zeferino Neto, nº 01 - centro - Rio Novo do Sul-ES, RG 1.311.485-ES (Assinatura ilegível); **SECRETÁRIA GERAL:** Danielle de Souza da Silva Bezerra, brasileira, casada, estudante, residente à Rua Zeferino Neto, 01 - centro - Rio Novo do Sul/ES, RG 119.413.11-0/RJ (Assinatura legível); **TESOUREIRO:** Josimar Scherrer Bezerra, brasileiro, casado, auxiliar de escritório, residente à Rua Estrada de São Caetano, s/nº - centro - Rio Novo do Sul/ES, RG 1.109.169-ES (Assinatura ilegível); **DIRETOR ARTÍSTICO:** Alexandre Venâncio de Souza, brasileiro, casado, eletricitista, residente à Rua Volpato, s/nº - centro - Rio Novo do Sul/ES, RG 035.718.777-64 (Assinatura ilegível); **DIRETOR DE PATRIMÔNIO:** Alzerino da Silva Nunes, brasileiro, casado, comerciante, residente à Rua Mirandolina de Oliveira, 28 - centro - Rio Novo do Sul/ES, RG 201.251-ES e CPF 420.707.917-34 (Assinatura ilegível). A Assembléia Geral elege em 01/10/2003, o Conselho Fiscal, para o Mandato de 03 (três) anos, sempre eleito junto a Diretoria Executiva: 1 - Jucerlino Ferreira, brasileiro, casado, comerciante, residente à Rua Antônio Brandão, 13, Bairro Santo Antônio - Rio Novo do Sul/ES, CPF 494.062.727-68; 2 - Eliomar Passos dos Santos, brasileiro, casado, Pintor Autônomo, residente à Rua Antônio Brandão, s/nº - Bairro Santo Antônio - Rio Novo do Sul/ES, RG 962.262-ES; 3 - Jacson de Souza Rohr, brasileiro, solteiro, balconista, residente à Rua Luiz Huller, s/nº - Centro - Rio Novo do Sul/ES - CPF 085.078.107-80 e RG 1.722.228/ES. **CONSELHO COMUNITÁRIO:** MÁRIO RESSONI DIAS; ROGÉRIO AMARAL; FREDERICO CESÁRIO MORAES SCHEIDEGGER; ANILDO DA SILVA ARARIBA; JACSON DE SOUZA ROHR. Apresentou Ofício nº 031/2003 solicitando a averbação da Diretoria Executiva em data de 02 de outubro de 2003. Idênticos documentos encontra-se em via arquivada em Cartório. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul/ES., 08 (oito) de outubro de 2003 (dois mil e três). =/= /=/ OFICIALA;

Julia Elisabeth Bottecchia Barcelos
 Julia Elisabeth Bottecchia Barcelos

AV:3-50

DATA: 21 de fevereiro de 2005.

De acordo com a Ata nº 64 da Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 14 (quatorze) de abril de 2004 (dois mil e quatro), a qual fica arquivada neste Cartório, o **PRESIDENTE:** Adelson Gomes da Silva pede o seu afastamento do seu cargo, passando a ser assumido pelo seu **VICE-PRESIDENTE:** EMERSOM SCHERRER BEZERRA, bem como o **TESOUREIRO:** Josimar Scherrer Bezerra. Idênticos documentos ficam arquivados neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul/ES., 21 (vinte e um) de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco). =/= /=/ **SUBSTITUTO LEGAL:**

Rodrigo José Martins Hoffman
 Rodrigo José Martins Hoffman

DATA 12 de fevereiro de 2008

pedido de inserção na programação da rádio, coordenar e fiscalizar carga horária e trabalho do quadro de funcionários, nomear o Diretor de Programação que poderá receber pró-labore de acordo com a Diretoria Executiva. E conforme aprovação, ficando assim constituída: **PRESIDENTE:** Danil Rodrigues Arariba brasileiro, casado, funcionário público municipal, inscrito no CPF sob o nº 892.430.647-20 e portador do RG nº 735.015/ES, residente na Rua Projetada, s/nº, Borsoi; **VICE-PRESIDENTE:** Jucerlino Ferreira, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 494.062.727-68 e portador do RG nº 368.512/ES, residente na Rua Antônio Brandão, s/nº, Bairro Santo Antônio; **SECRETÁRIO GERAL:** Sebastião Luiz Garcia, brasileiro, divorciado, funcionário público municipal, inscrito no CPF sob o nº 688.506.897-72 e portador do RG nº 502.584-SSP/ES, residente na Rua Volpato, nº 33, centro; **TESOUREIRO:** Daniel da Silva, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 082.708.327-07 e portador do RG nº 2.345.813-SPTC/ES, residente na Rua Duque de Caxias, s/n - centro; **DIRETOR DE PARTIMÔNIO:** Adelson Gomes da Silva, brasileiro, divorciado, mecânico, inscrito no CPF sob o nº 707.657.667-87 e portador do RG nº 609.979/ES, residente na Rua Abess Alli, s/n, todos residentes neste município de Rio Novo do Sul/ES. **CONSELHO COMUNITÁRIO:** Jorge Penaforte Menegardo, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 479.511.177-49 e portador do RG nº 403.100/ES, residente na Rua Duque de Caxias, s/n; Valdicéia da Conceição Ferreira, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 007.783.697-90 e portadora do RG nº 983.993-ES, residente na Rua Antônio Brandão, s/nº; Adelson Gomes da Silva, já acima qualificado; Graciane Moreli da Silva, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 106.139.017-97 e portadora do RG nº 2.345.773-SPTC/ES, residente na Rua Duque de Caxias, s/nº; Rogério Amaral, brasileiro, casado, autônomo, inscrito no CPF sob o nº 605.520.186-00 e portador do RG nº M-4.654.633/MG, residente na Rua Luiz Uller, s/nº, centro, todos residentes em Rio Novo do Sul/ES. Apresentou os seguintes documentos: Requerimento datado de 15 (quinze) de janeiro de 2008 (dois mil e oito) assinado pelo Presidente e com Firma Reconhecida; Ata Digitada da Assembleia Geral Extraordinária; Cópia da Emenda do Estatuto; Declaração de que respeitou o prazo previsto para o Edital de convocação dos associados; Cópia dos CPF e RG dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário. Idênticos documentos encontram-se arquivados neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul/ES., 12 (doze) de fevereiro de 2008 (dois mil e oito). =/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=

SUBSTITUTO LEGAL:



Rodrigo José Martins Hoffman

AV:7-50

DATA: 08 DE MARÇO DE 2010. ..

De acordo com a Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, ocorrida aos 09 (nove) dias do mês de fevereiro de 2010 (dois mil e dez), que fica arquivada neste Cartório, foram realizadas Emendas ao Estatuto da Associação, em atendimento ao Ofício n.º 227/2010/RADCOM/DOS/SSCE-MC, datado de 14 de janeiro de 2010, com a eleição do Conselho Comunitário, conforme se segue: O Art.12º: passa a vigorar com

a seguinte redação: **Art. 12º** - O Conselho Comunitário será composto por (06) seis membros, a saber: Um Presidente, Vice-presidente, Secretário e 03 (três) membros; acrescido do parágrafo 1º, parágrafo 2º e parágrafo 3º com as seguintes redações:

Parágrafo 1º - Os Membros do Conselho Comunitário deverão ser representantes de entidades da Comunidade local tais como: Associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Parágrafo 2º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da Outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como na sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por Lei.

Parágrafo 3º - A Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Emenda ao Estatuto Social **Capítulo 7º**, conforme disposições constantes do art. 59 *caput* e parágrafo único, artigo 60 para associações comunitárias, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, passando o **parágrafo 2º** do referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

A) A Assembléia Geral ocorrerá para avaliação e prestação de contas da Diretoria, para alterações estatutárias ou destituição dos Dirigentes bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário. B) para as deliberações que se referem à destituição dos administradores e alteração do estatuto é exigida deliberação da Assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo *quorum* mínimo deverá contar da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos, bem como os critérios de eleição dos administradores. C) A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente por, um quinto dos Associados. Emenda ao Estatuto Social, a **letra "d" do artigo 28** passando a vigorar com a seguinte redação: d) patrocínio sob forma de apoio cultural. Emenda ao Estatuto Social, **excluindo a letra "c" do artigo 29**. Feita a eleição do **CONSELHO COMUNITÁRIO**, com o mandato igual ao da Diretoria Executiva, ficou assim constituído: Presidente:

Adelson Gomes da Silva, representante da Associação de Moradores de Quarteirão de Santana. Vice-Presidente: Jorge Penaforte Menegardo, representante da Associação Empresarial de Rio Novo do Sul; Secretária: Graciane Moreli da Silva, representante da Associação Sul Espírito Santense das Igrejas Adventistas do 7º dia;

Membros: Rogério do Amaral, representante da Liga desportiva Rionovense; Valdiceia da Conceição Ferreira, representante da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora da Penha; Alexandre Scheidegger da Conceição, representante da Igreja Universal do Amor de Deus. Todas as emendas foram aprovadas por unanimidade dos Associados Presentes, dando-se por encerrada a Assembléia. Apresentaram-se os seguintes documentos: requerimento datado de 11 (onze) de fevereiro de 2010 (dois mil e dez) assinado pelo Presidente e com firma reconhecida; ata digitada da Assembléia Geral Extraordinária, constando as Emendas ao Estatuto e

DATA 08 de março de 2010

RIO NOVO DO SUL - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pollyana Viera de Oliveira
OFICIAL

a nova composição do Conselho Comunitário, subscrita por todos os presentes nas duas folhas que a compõem; cópia do Ofício nº 227/2010 do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica; cópia do edital de convocação para a Assembléia constando nome e cargo dos convocados, bem como a assinatura dos que se fizeram nela presentes; cópia da licença para funcionamento de estação de radiodifusão comunitária conferida pelo Ministério das Comunicações; comprovante de inscrição e de situação cadastral, emitido pela Receita Federal do Brasil; encaminhamento referente ao novo membro eleito do Conselho Comunitário, Alexandre Scheidegger da Conceição, acompanhado de cópias do Cadastro de Pessoas Físicas, Registro Geral de Identidade e Título Eleitoral do mesmo, estando já arquivadas neste Cartório cópias dos documentos pessoais referentes aos demais componentes do dito Conselho. Idênticos documentos encontram-se arquivados neste Cartório. O referido é verdade e dou fé.

Emolumentos: 61,45 (sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos); FUNEPJ: 6,14 (seis reais e quatorze centavos); FARPEN: 5,21 (cinco reais e vinte e um centavos).

Rio Novo do Sul/ES, 08 (oito) de março de 2010 (dois mil e dez). /-/-/-/-/-/-/-/-/-/-/-/-

OFICIALA: Pollyana Vieira de Oliveira
Pollyana Vieira de Oliveira

AV: 8-50

DATA: 10 de outubro de 2012.

Procede-se a esta averbação de ofício para o fim de fazer constar a qualificação do membro eleito para o Conselho Comunitário Sr. Alexandre Scheidegger da Conceição, tal seja: brasileiro, portador da carteira de identidade nº 09.882.539-1 e do CPF nº 027.713.407-20, residente na Rua Pedro Marinato, s/nº, Bairro São José, Rio Novo do Sul/ES, estando os demais componentes do dito Conselho, já qualificados. O CNPJ da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, conforme comprovante de inscrição e de situação cadastral referido é: 02.309.551/0001-67. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul/ES, 10 (dez) de outubro de 2012 (dois mil e doze)./=

OFICIALA: *Pollyana Vieira de Oliveira*
Pollyana Vieira de Oliveira

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização
023093 ZTJ120200614

Emolumentos:	R\$0,00	Taxas:	R\$0,00	Total:	R\$0,00
--------------	---------	--------	---------	--------	---------

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

AV: 9-50

DATA: 10 de outubro de 2012.

De acordo com a Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, realizada no dia 18 (dezoito) de setembro de 2012 (dois mil e doze), após convocação no prazo devido, verificado o quórum legal, procedeu-se à eleição e posse da Diretoria Executiva, para um mandato de 05 (cinco) anos, que ficou assim constituída: **Presidente: Danil Rodrigues Arariba**, já qualificado, porém com residência e domicílio alterados para: Rua Ana Rosa Fernandes, s/nº, Bairro Borsoi, Rio Novo do Sul/ES; **Vice-Presidente: Daniel da Silva**, já qualificado, porém com residência e domicílio alterados para: Rua Capitão Bley, nº 17, centro, Rio Novo do Sul/ES, e a profissão alterada para Técnico de Instalação em



internet; **Tesoureira: Graciane Moreli da Silva**, já qualificada, porém com residência e domicílio alterados para: Rua Capitão Bley, centro, Rio Novo do Sul/ES, e a profissão alterada para auxiliar de serviços gerais; **Secretário: Sebastião Luiz Garcia**, já qualificado, porém com residência e domicílio alterados para: Rua Projetada, s/nº, Rio Novo do Sul/ES; **Diretor de Patrimônio: Adelson Gomes da Silva**, já qualificado, porém com residência e domicílio alterados para: Rua Getúlio de Oliveira, s/nº, centro, Rio Novo do Sul/ES. As referidas qualificações constam da AV: 6-50. **Apresentaram-se os seguintes documentos:** 1) requerimento de averbação assinado pelo Presidente, com firma reconhecida em Cartório em 08.10.2012; 2) uma via da ata digitada da Assembleia Geral Extraordinária, subscrita pelos presentes; 3) lista contendo os nomes e qualificações dos membros eleitos, firmada pelo Presidente; 4) cópia do edital de convocação; 5) lista de associados. Idênticos documentos encontram-se arquivados neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. FUNEPJ: R\$ 2,44. Rio Novo do Sul/ES, 10 (dez) de outubro de 2012 (dois mil e doze)./=/=/=/=/=/=

A OFICIALA: *Pollyana Vieira de Oliveira*
Pollyana Vieira de Oliveira

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização
023093 ZTJ120200613

Emolumentos: R\$56,09 Taxas: R\$17,07 Total: R\$73,16

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

1 - **CERTIFICO**, e dou fé, que a presente é cópia de todos os atos constantes do registro a que se refere, extraída nos termos do art. 19, §1º, da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. 2 - **CERTIFICO**, mais, que as alterações havidas no decorrer do tempo constam à margem do registro, por meio das averbações. Rio Novo do Sul-ES, às 11h11min do dia 18 (dezoito) de setembro de 2014 (dois mil e quatorze). Eu, *Adriano Francisco Souza Miranda*, (Adriano Francisco Souza Miranda), Substituto Legal, digitei e assino e Eu, *Pollyana Vieira de Oliveira* (Pollyana Vieira de Oliveira) Oficiala, subscrevo na DATA SUPRA.

Pollyana Vieira de Oliveira
Pollyana Vieira de Oliveira
Oficiala

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização
023093 AFV140100389

Emolumentos: R\$48,24 Taxas: R\$12,08 Total: R\$60,32

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

CARTÓRIO 1º OFÍCIO

Pollyana Vieira de Oliveira
Oficiala e Tabeliã
Adriano Francisco Souza Miranda
Substituto Legal

Rua José Braz de Mendonça, nº 13 1º Piso
Centro Rio Novo do Sul-ES 29.290-000
Telefone / Fax: (28) 3533-1265



Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária FM de Rio Novo do Sul realizada aos (18) dezoito dias do mês de setembro do ano de (2012) dois mil e doze em conformidade com o Estatuto Social artigo 9º parágrafos e emendas na sede da Instituição situada à Rua Ostácio Motta s/nº Bairro Café Sereia Rio Novo do Sul-ES. As dezenove horas foi feita a primeira convocação e as dezenove e trinta horas a segunda e ultima convocação conforme edital de convocação fixado na sede da instituição e divulgado durante a programação no prazo legal. Constatada quorum suficiente com a presença dos seguintes associados Danil Rodrigues Arariba, Silvia Cristina Peçanha dos Santos Arariba, Daniel da Silva, Graciane Moreli da Silva, Sebastião Luiz Garcia, Adelson Gomes da Silva, Rogério do Amaral, Jorge Penaforte Menegardo, Fernanda Lorencine Pascoal, Marinete Menegardo, Meire Gleci Menegardo e Romildo Gomes da Silva, constatada a ausência dos seguintes Associados Aloisan Pereira Peixoto, Jurcelino Ferreira, Valdicéia da Conceição Ferreira e Inaldo Polonini Moreli. O Senhor Presidente saudou e agradeceu a todos pela presença e declarou aberta a Assembléia Geral Extraordinária convocada para este dia tudo em conformidade com o Estatuto e Edital de Convocação Publicado no local de costume e divulgado durante a programação da Emissora. Em seguida procedeu a leitura do competente edital e anunciou a ordem do dia que estatutariamente constou com a seguinte pauta: **eleição da Diretoria Executiva**. Em seguida solicitou do Secretário que fizesse a leitura do ato que constituiu a Comissão Eleitoral dentro do prazo legal que ficou assim constituída: **Rogério do Amaral, Graciane Moreli da Silva e Marinete Menegardo** sob a presidência do primeiro. A Seguir passou a direção dos trabalhos para o Presidente da Comissão Eleitoral Senhor Rogério do Amaral declarando impedido a partir deste momento de presidir a presente reunião por se tratar de estar concorrendo o cargo de Presidente. O Senhor Rogério do Amaral auxiliado pelas demais membros da Comissão saudou a todos e fez a leitura do registro da candidatura da Chapa denominada de **CHAPA 01 COMPOSTA PELOS SEGUINTESS ASSOCIADOS Danil Rodrigues Arariba para Presidente; Daniel da Silva Vice Presidente, Graciane Moreli da Silva Tesoureira Sebastião. Luiz Garcia Secretário; Adelson Gomes da Silva Diretor de Patrimônio.** Em

[Handwritten signatures and names at the bottom of the page, including Danil, Graciane, Rogério, and others.]

[Handwritten signature on the right side of the page.]



seguida chamou nominalmente a cada- associado de acordo com a assinatura de presença para que se dirigisse a cabine de votação e exercesse o voto momento em que foi feito democraticamente a eleição da Diretoria Executiva da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul. A seguir convidou o **Senhor Jorge Penaforte Menegardo e a Senhora Fernanda Lorencine Pascoal** para fiscalizarem a apuração ficando eleita com (11) onze votos a favor a Chapa (01) um e um voto em branco ficando assim constituída: **Presidente: Danil Rodrigues Arariba, brasileiro, Servidor Público Municipal, documento de identidade nº: 735 015-ES, CPF- 892 430 647 20, residente e domiciliado a Rua Ana Rosa Fernandes s/nº, Bairro Borsoi Rio Novo do Sul-ES, Cep- 29 290-000. Vice- Presidente Daniel da Silva, brasileiro Técnico de instalação em Internet, CPF 082 708 327 07, RG 2 345 813-ES residente e domiciliado à Rua Capitão Bley 17, centro, Rio Novo do Sul-ES. Secretário Sebastião Luiz Garcia, brasileiro Funcionário Publico, residente e domiciliado à Rua Projetada s/nº Rio Novo do Sul-ES; CPF 688 506 897 72; RG 502 584-ES. Tesoureira Graciane Moreli da Silva, brasileira, auxiliar de serviços gerais, residente e domiciliada à Rua Capitão Bley, centro, Rio Novo do Sul-ES; CPF 106 139 017 97; RG 2 345 773 ES; Diretor de Patrimônio Adelson Gomes da Silva, Brasileiro, Mecânico, residente e domiciliado à Rua Getulio de Oliveira s/nº, centro, Rio Novo do Sul-ES; CPF- 707 657 667 87; RG 609 479 ES.** Declarando empossa a presente Diretoria Executiva para um mandato de (05) cinco anos. Fraqueada a palavra aos presentes após ser empossado o Presidente Danil Rodrigues Arariba assumiu a direção dos trabalhos e agradeceu em nome dos demais membros da Diretoria Executiva a todos pela confiança depositada em seu nome prometendo honrar com carinho e determinação o cargo que a si foi confiado principalmente com a parceria da comunidade entre elas Associações de classe, de moradores e religiosas garantindo aos ouvintes uma melhor programação recheada de entretenimento, cultura e utilidade pública. Nada mais havendo o Senhor Presidente agradeceu a todos e encerrou a presente assembléia. E para constar foi lavrado esta ata lida e assinada pelos presentes após sua aprovação

Danil Rodrigues Arariba
Fernanda Lorencine Pascoal
Daniel da Silva
Sebastião Luiz Garcia
Graciane Moreli da Silva
Adelson Gomes da Silva

Outros (origem externa) (0197379) SAI 00900.021607/2014-501 pg 3



DIRETORIA ELEITA PARA UM MANDATO DE (05) CINCO ANOS DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL-ES.

Presidente: Danil Rodrigues Arariba, brasileiro, Servidor Público Municipal, documento de identidade nº: 735 015-ES, CPF- 892 430 647 20, residente e domiciliado a Rua Ana Rosa Fernandes s/nº, Bairro Borsoi Rio Novo do Sul-ES, Cep- 29 290-000.

Vice- Presidente Daniel da Silva, brasileiro Técnico de instalação em Internet, CPF 082 708 327 07, RG 2 345 813-ES residente e domiciliado à Rua Capitão Bley 17, centro, Rio Novo do Sul-ES.

Secretário Sebastião Luiz Garcia, brasileiro Funcionário Público, residente e domiciliado à Rua Projetada s/nº Rio Novo do Sul-ES; CPF 688 506 897 72; RG 502 584-ES.

Tesoureira Graciane Moreli da Silva, brasileira, auxiliar de serviços gerais, residente e domiciliada à Rua Capitão Bley, centro, Rio Novo do Sul-ES; CPF 106 139 017 97; RG 2 345 773 ES;

Diretor de Patrimônio Adelson Gomes da Silva, Brasileiro, Mecânico, residente e domiciliado à Rua Getulio de Oliveira s/nº, centro, Rio Novo do Sul-ES; CPF- 707 657 667 87; RG 609 479 ES.


DANIL RODRIGUES ARARIBA

PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL

Rua Ostácio Mota S/Nº, Bairro Café Sereia Rio Novo do Sul-ES

CNPJ-02 309 551/0001-69



DA: ARCMFMRNS

Assunto: Requerimento

Em 05 de outubro de 2012.

Senhor Oficial.

DANIL RODRIGUES ARARIBA, representante legal da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul residente e domiciliado à Rua Ana Rosa Fernandes s/nº, bairro Borsói, neste Município de Rio Novo do Sul-ES, CPF – 892 430 647-20, RG- 735 015-ES, respeitosamente requer de Vossa Senhoria a averbação do registro Ata da Assembléia Geral Extraordinária que elegeu a Diretoria da Instituição para um mandato de (05) cinco anos em conformidade com o Estatuto Social da referida Associação.

Nestes termos

Pede deferimento.


DANIL RODRIGUES ARARIBA

PRESIDENTE

AO ILMO SENHOR OFICIAL DO CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

RIO NOVO DO SUL-ES



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital ficam convocados todos os membros associados da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul para Assembléia Geral Extraordinária – AGE – que acontecerá no dia 18 de setembro de 2012 com primeira convocação as 19:00 horas e segunda e última convocação as 19:30 horas na sede social da Instituição situada à Rua Ostácio Motta s/nº Bairro Café Sereia Rio Novo do Sul-ES para ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL, conforme artigo 7º parágrafo primeiro do Estatuto Social.

Publique-se no local de costume e faça divulgação de pelo menos 04 chamadas diárias durante a programação da rádio.

Rio Novo do Sul-ES 10 de agosto de 2012,


Daniel Rodrigues Arariba

Pela Diretoria

Publicado no quadro de aviso em 12/08/2012

Rubrica da Secretária 

Rubrica do Diretor de Programação 

Lista de Associados da Associação de Rádio Comunitária mensagem FM
de Rio Novo do Sul.

DANIL DODRIGUES ARARIBA P

JURCELINO FERREIRA F

SEBASTIÃO LUIZ GARCIA P

DANIEL DA SILVA P

ADELSON GOMES DA SILVA P

SILVIA CRISTINA P. DOS SANTOS ARARIBA P

VALDICÉIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA F

GLACIANE MORELI DA SILVA P

MARINETE MENEGARDO P

MEIREGLECI MENEGARDO P

ROGÉRIO AMARAL P

JORGÊ PENAFORTE MENEGARDO P

INALDO MORELI F

ALOISAN PEREIRA PEIXOTO F

ROMILDO GOMES DA SILVA P

FERNANDA PASCOAL P



OFÍCIO Nº 001/97

DA: Rádio Comunitária Mensagem FM

AO: Exmº Sr. Oficial do 1º ofício da Comarca de Rio Novo do Sul

Deferido em 26/06/97
Vera Lucia de Barros Kobi

A Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul-ES, em conformidade com os Estatuto Artigo 32º - Disposições Transitórias - Ítem A, representada pela Diretoria Provisória, vem mui. respeitosamente requerer de V.Exª, o registro de seus Estatutos, para tanto, juntos todas as Documentações exigidas em Lei.

N. Termos

P. Deferimentos

Rio Novo do Sul, ES 09 de junho de 1997

Adelson Gomes da Silva
Adelson Gomes da Silva
PRESIDENTE

Cartório de Rio Novo do Sul
MUNICÍPIO E COMARCA DE RIO NOVO DO SUL - ES
SIGLIA BECHÉPECHE GUIMARÃES

Tabella

ARNOLDO MARTINS DE ATHAYDE FILHO

Escrivente Juramentado

GERALDO JOSÉ VIANA

Escrivente Juramentado

Reconheço a firma *Súpria de*
Adelson Gomes da
Silva e dou

70 = x = *70*

Rio Novo do Sul ES, *12/06/97*
Em Testemunha *da Verdade*

<p>CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO</p> <p>REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</p> <p>OFICIALA: Vera Lucia de Barros Kobi</p> <p>Rua Muniz Freire, 16 - Centro</p>
<p>REGISTRO sob nº 01, Lº B, fls. 01.</p> <p>Rio Novo do Sul, ES., 26. junho. 1997</p> <p>Oficiala: <i>Vera Lucia de Barros Kobi</i></p> <p>Vera Lucia de Barros Kobi</p>

<p>CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO</p> <p>OFICIAL</p>
<p>Rua Muniz Freire, 16 - Centro</p>
<p>Registro de Imóveis, Registro de Protesto, Registro de Títulos e Documentos e Registro das Pessoas Jurídicas</p>

RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM



"É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação,
independente de censura ou licença."
(Item IX, Art. 5 - Constituição Brasileira)

Capítulo Primeiro: DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE E DIREITOS DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS

Art. 1º - A Rádio Comunitária MENSAGEM FM, Fundada em 19/05/97, com sede à Rua Major Caetano s/n, Centro, Rio Novo do Sul-ES é uma associação civil de objetivos culturais, apartidária, democrática e sem fins lucrativos.

Art. 2º - A Rádio Comunitária MENSAGEM FM tem por finalidade:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do Direito de Comunicar;
- b) Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- c) Obter junto ao poder público autorização para execução de serviços de radiodifusão, de caráter local;
- d) Executar serviços de radiodifusão de acordo com o disposto neste estatuto e, à luz da legislação pertinente, quando aplicável;
- e) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;
- f) Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão, observada a legislação vigente;
- g) Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos;
- h) Organizar um arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral;
- i) Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários.

Art. 3º - Poderá associar-se às atividades da Rádio Comunitária MENSAGEM FM qualquer pessoa, independente de cor, raça, sexo, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste estatuto.

Art. 4º - São direitos dos associados:

- a) Ter voz e voto nas assembleias da Entidade;
- b) Ter voz para fazer denúncias fundamentadas no que tange ao interesse de toda a comunidade;
- c) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à Diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião de Diretoria.
- d) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade, ou através de convênio.

Art. 5º - Será considerado associado à Rádio Comunitária MENSAGEM FM todo e qualquer cidadão ou entidade que se identifique junto ao cadastro do quadro de associados desta Entidade (rádio), desde que seja morador (cidadão) ou tenha sede (entidades) nas áreas atingidas pela transmissão.

Parágrafo Primeiro - O associado que faltar a duas assembleias gerais ordinárias consecutivas, justificadas ou não, será desligado sumariamente e sem aviso, do quadro de associados.

Parágrafo 2º - Uma vez afastado, seu reingresso somente poderá ocorrer a partir de um pedido por escrito à Diretoria, que poderá ou não aprovar.



Capítulo Segundo: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

Art. 6º - São órgãos da Rádio Comunitária MENSAGEM FM: Assembléia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Comunitário.

Art. 7º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no último trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da Diretoria Executiva e discussão de assuntos gerais de interesse da Entidade e/ou das comunidades envolvidas.

Parágrafo Primeiro - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Fundadores ou por pelo menos dez associados, através de abaixo-assinado. A convocação deverá ser feita com pelo menos oito dias de antecedência, através de edital afixado na sede e estúdios da entidade, com divulgação de pelo menos 04 chamadas diárias durante a programação da rádio e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas e fixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais, onde constarão o dia, o local, horário e pauta da reunião.

Parágrafo 2º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados presente.

Art. 8º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou seu substituto legal.

Art. 9º - A Diretoria será eleita para mandato de dois anos, em AGE convocada para este, através de votação aberta nas chapas inscritas, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos.

Parágrafo primeiro - A AGE com fim eleitoral deverá ser convocada com pelo menos trinta dias de antecedência, utilizando os mesmos meios de divulgação previstos no Art. 7º, parágrafo primeiro.

Parágrafo 2º - A inscrição das chapas deverá ser feita até quinze dias antes da data marcada para a realização da AGE, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral.

Parágrafo 3º - Quaisquer pedidos de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela própria AGE.

Parágrafo 4º - Somente poderão ser eleitos os associados que tenham pelo menos 02 anos de filiação e, somente poderão votar os associados que tenham pelo menos 01 ano de filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 10º - A Diretoria Executiva será composta de onze cargos, a saber:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário Geral
- Segundo Secretário
- Tesoureiro
- Segundo Tesoureiro
- Diretor de Operações
- Vice-Diretor de Operações
- Diretor Cultural e de Comunicação Social
- Vice-Diretor Cultural e de Comunicação Social
- Diretor de Patrimônio

Parágrafo Primeiro - Havendo vacância do cargo titular o vice assume imediatamente. No caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, deverá ser imediatamente convocada a AGE para eleição de nova diretoria.

Parágrafo 2º - A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do Diretor em duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.



Art. 11º - A Diretoria poderá ser substituída no todo ou em parte pela AGE convocada com este fim específico, nas formas do Art. 7º, parágrafo 1º, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da Diretoria, será eleita uma Comissão Diretora Provisória, composta por três sócios fundadores, que administrará a entidade até a eleição da nova diretoria, nos moldes do Art. 9º deste Estatuto.

Art. 12º - O Conselho Comunitário será composto de no mínimo 05 representantes da comunidade e terá como função a fiscalização da programação da emissora.

Art. 13º - O presente estatuto poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante convocação da AGE, na forma prevista no Artigo 7º.

Capítulo Terceiro - ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 14º - Caberá à Diretoria Executiva, coletivamente:

- a) Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG.
- b) Convocar as AG.
- c) Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Presidente, ou nos casos que julgar conveniente.
- d) Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;
- e) Prestar contas bimestralmente ao Conselho de Fundadores e anualmente à AGO.
- f) Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remuneração;
- g) Autorizar a aquisição de equipamentos;
- h) Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da Entidade.
- i) Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implantados e/ou administrados pela Entidade.

Art. 15º - Caberá a cada diretor, individualmente:

- a) Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- b) Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- c) Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- d) Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

Art. 16º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões de Diretoria e Assembléia Geral;
- b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) Responder em juízo pela Entidade; (⇒ EMENDADO)
- d) Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;
- e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral.

Art. 17º - Caberá ao Vice-Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;



- b) Substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- c) Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

Art. 18º - Caberá ao Secretário Geral:

- a) Secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões da AG, lavrar e assinar, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente;
- c) Manter o cadastro de associados atualizado;
- d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

Art. 19º - Caberá ao Segundo Secretário:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Secretário Geral em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;

Art. 20º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob seu controle toda a movimentação financeira da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar os balancetes à Diretoria.
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas diversas da Entidade.

Art. 21º - Caberá ao Segundo Tesoureiro:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;
- b) Substituir o Tesoureiro em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 22º - Caberá ao Diretor de Operações:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;
- b) Implementar e supervisionar a programação da Rádio, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

Art. 23º - Caberá ao Vice-Diretor de Operações:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;
- b) Substituir o Diretor de Operações em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.

Art. 24º - Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;
- c) Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como estatuto, regimentos internos e outros.

Art. 25º - Caberá ao Vice-Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;
- b) Substituir o Diretor de Cultura e de Comunicação Social em caso de seu impedimento temporário ou definitivo.



Art. 26º - Caberá ao Diretor de Patrimônio:

- a) Manter sob seu controle todo o patrimônio da Entidade, quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;
- b) Implementar o arquivo histórico da Entidade.

Art. 27º - O quorum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria Executiva é de seis membros (50% mais um). Em caso de empate nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima reunião - ordinária ou extraordinária - onde tentar-se-á a solução do impasse.

Capítulo Quarto: RECEITAS E DESPESAS

Art. 28º - A receita da Entidade advirá:

- a) Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;
- b) Da contribuição mensal dos associados;
- c) De verbas provenientes de subsídio oficial;
- d) De patrocínio do comércio local;
- e) De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim.

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade.

Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela Diretoria Executiva que poderá aceitá-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior.

Parágrafo 3º - Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após Solicitação por escrito ou por força judicial.

Art. 29º - As despesas da Entidade podem ser:

- a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos, discos, fitas, CD, e outros;
- b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;
- c) Comissão para agenciadores de patrocínios do comércio local, em percentagem definida pela diretoria;
- d) Patrocínios a projetos ou atividades com fins comunitários.

Parágrafo 1º - Nenhum membro da Diretoria poderá ser remunerado, com exceção do Diretor de Operações que, a critério da Diretoria Executiva, poderá receber pró-labore, caso se faça necessária sua profissionalização.

Parágrafo 2º - A contratação de funcionários dependerá da aprovação da Diretoria Executiva.

Parágrafo 3º - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais.

Capítulo Quinto: PROGRAMAÇÃO MÍNIMA DA RÁDIO

Art. 30º - Minimamente, a programação da Rádio deverá constar de:

- a) Tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para a divulgação de seus trabalhos e reivindicações de quaisquer condições, observada apenas a adequação de horário na programação;
- b) Reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro das especificações técnicas definidas pelo Direito de Programação. Esse espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;
- c) Proibição de uso de qualquer horário com fins político-partidários, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atin-



gidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela Rádio, por escrito a todos protocolado. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da lei;
d) Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria Executiva.

Capítulo Sexto: DISSOLUÇÃO

Art. 31º - A dissolução desta Entidade ocorrerá apenas por decisão da AG convocada conforme o previsto no Artigo 7º, parágrafo 1º.

Parágrafo 1º - Ponto de pauta obrigatório na AG convocada para a dissolução da Entidade deverá ser a prestação de contas, verificada pelo Conselho Comunitário até a data da Assembléia.

Parágrafo 2º - O patrimônio da Entidade deverá ser doado a outras entidades de atividades afins, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia.

Parágrafo 3º - Caso haja dívidas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado o saldo conforme previsto no Parágrafo 1º deste Artigo.

Capítulo Sétimo: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 32º - Caberá à Assembléia Geral eleger uma diretoria Provisória, com mandato de um ano, cabendo a essa Diretoria:

- a) Registrar o presente Estatuto, na forma da lei;
- b) Estabelecer um plano de metas para os primeiros três anos de existência da Entidade;
- c) Organizar o cadastro de associados;
- d) Montar a emissora de radiodifusão FM;
- e) Associar-se à entidade estadual ou distrital de radiodifusão comunitária;
- f) Manter intercâmbio com a ABRAÇO e outras entidades de radiodifusão comunitária existentes no Brasil e/ou em outros países.

Rio Novo do Sul, ES 19 de maio de 1997.

Adelson Gomes da Silva
Presidente.

DECLARAÇÃO

Em atenção ao Ofício nº 7000/2014/SEI-MC declaramos que os Diretores da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul-ES são brasileiros natos.

Para tanto, encaminhamos cópias devidamente autenticadas dos RG dos mesmos.

Rio Novo do Sul-ES 19 de setembro de 2014.


DANIL RODRIGUES ARARIBA

REPRESENTANTE LEGAL

Cartório de Registro Civil e Tabellionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
Rec. em 25/09/2014, por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
DANIL RODRIGUES ARARIBA
Em testemunho _____ da verdade
Alair Samantha Zampieri Pecanha Rizo - - admin
022582.ZCF1405.01535
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emi.: R\$3,95 Tx.Fls.: R\$0,80 Total: R\$4,75



AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO
 Esta cópia confere com o original apresentado. Dou fe, 25/09/2014
 Em testemunho _____ da verdade
 Alair Samantha Zampieri Pecanha Rizo - - admin
 022582.ZCF1405.01538
 Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
 Emi.: R\$4,38 Tx.Fis.: R\$0,88 Total: R\$5,26





AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO
 Esta cópia confere com o original apresentado. Dou fe. 25/09/2014
 Em testemunho _____ da verdade
 Alair Samantha Zampiroli Pecanha Rizo - - admin
 022582.ZCF1405.01537
 Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
 Emi.: R\$4,38 Tx.Fis.: R\$0,88 Total: R\$5,26





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.345.813 -ES DATA DE EXPEDIÇÃO 26.08.2006

NOME DANIEL DA SILVA

FILIAÇÃO JOAO DA SILVA E MARIA IOLANDA DA SILVA

NATURALIDADE ITANARATI DE MINAS - MG DATA DE NASCIMENTO 16.06.1979

DOC. ORIGEM CERT CAS 1477 FL 165 V LV 12 M C R TAVARES
ITANARATI DE MINAS - MG - 30.10.1998
CPF 082.708.327-07

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul - ES
Rua Coronel Joaquim Alves, nº 27

AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO

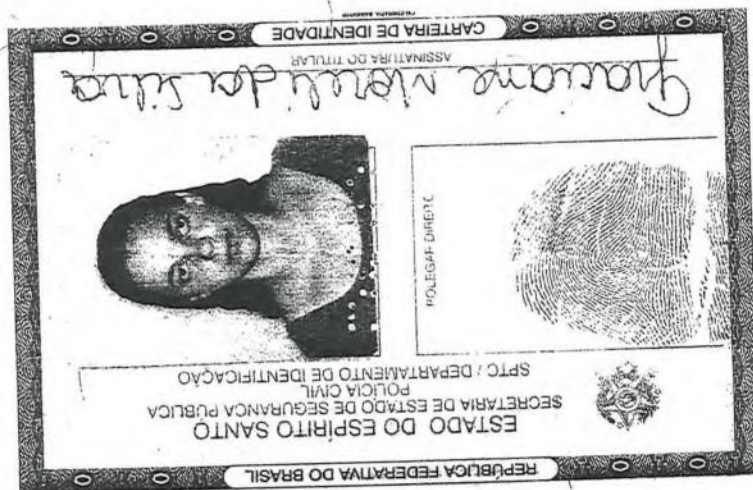
Esta cópia confere com o original apresentado. Doufe. 29/08/2014
Em testemunho da verdade

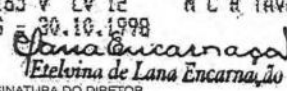
Patricia Mara Moreira Amaral - Substitua - Admin

022582.ZCF1405.01686

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Eml.: R\$4,38 Tx.Fis.: R\$0,88 Total: R\$5,26



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			
REGISTRO GERAL	2.345.773 -ES	DATA DE EXPEDIÇÃO	26.08.2006
NOME	GRACIANE MORELI DA SILVA		
FILIAÇÃO	SEBASTIAO HELIODORO E MARIA DAS GRACAS NORELI HELIODORO		
NATURALIDADE	RIO NOVO DO SUL - ES	DATA DE NASCIMENTO	04.10.1979
DOC. ORIGEM	CERT DAS 1477 FL 165 V LV 12 M C R TAVARES ITAMARATI DE MINAS - MG - 30.10.1998 CPF 106.139.017-97		
 ASSINATURA DO DIRETOR			
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou fe. 29/09/2014

Em testemunho da verdade

Patrícia Mara Moreira Amaral - Substituta - Admin.
022582.ZCF1405.01687

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emi.: R\$4,38 Tx.Fis.: R\$0,88 Total: R\$5,26





Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

AUTENTICAÇÃO DO ANVERSO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou fe. 26/09/2014

Em testemunho da verdade

Patrícia Mara Moreira Amaral - Substituída - Admin

022582-20/1405.01629

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Eml.: R\$4,38 Tx.Fls.: R\$0,88 Total: R\$5,26



**PARECER DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM
FM DE RIO NOVO DO SUL-ES.**

Pelo presente em atenção ao Ofício nº 7000/2014/SEI-MC encaminhamos relatório resumido contendo a descrição da grade de programação da Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul.

Outrossim avaliamos que a Instituição vem cumprindo seu compromisso legal junto a Comunidade de Rio Novo do Sul, mantendo parcerias com instituições comunitárias bem como executando serviços de utilidade pública no Município

Rio Novo do Sul-ES 19 de setembro de 2014.

Conselheiros

Alexandre Scheidegger da Conceição
Alexandre Scheidegger da Conceição

Valdicéia da Conceição Ferreira
Valdicéia da Conceição Ferreira

Jorge Penaforte Menegardo
Jorge Penaforte Menegardo

Rogério do Amaral
Rogério do Amaral

Adelson Gomes da Silva
Adelson Gomes da Silva

Graciane Moreli da Silva
Graciane Moreli da Silva

GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RADIO MENSAGEM FM 87,9

(PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÕES)

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SABÁDO
05:00-GOSPEL	05:00-BOM DIA CIDADE	05:00-BOM DIA CIDADE	05:00-BOM DIA CIDADE	05:00-BOM DIA CIDADE	05:00-BOM DIA CIDADE	05:00-SERTANEJO
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
08:00- FICA CONOSCO SENHOR	08:00- BOM DIA CIDADE com DANIEL SILVA	08:00- BOM DIA CIDADE com DANIEL SILVA	08:00- BOM DIA CIDADE com DANIEL SILVA	08:00- BOM DIA CIDADE com DANIEL SILVA	08:00- BOM DIA CIDADE com DANIEL SILVA	08:00- BOM DIA RIO NOVO Aloisam
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
09:00- FICA CONOSCO SENHOR	09:00- Utilidade Publica= R-Amaral	09:00- Utilidade Publica= R-Amaral	09:00- Utilidade Publica= R-Amaral	09:00- Utilidade Publica= R-Amaral	09:00- Utilidade Publica= R-Amaral	08:00- BOM DIA RIO NOVO Aloisam
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
10:00- GOSPEL	10:00- ESPORTE EM AÇÃO=R-Amaral	10:00- ESPORTE EM AÇÃO=R-Amaral	10:00- ESPORTE EM AÇÃO=R-Amaral	10:00- ESPORTE EM AÇÃO=R-Amaral	10:00- ESPORTE EM AÇÃO=R-Amaral	08:00- BOM DIA RIO NOVO Aloisam
IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
12:00- GOSPEL	12:00- MOMENTO CULTURAL=DANIEL	12:00- MOMENTO CULTURAL=DANIEL	12:00- MOMENTO CULTURAL=DANIEL	12:00- MOMENTO CULTURAL=DANIEL	12:00- MOMENTO CULTURAL=DANIEL	12:00- GOSPEL
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
13:00- GOSPEL	13:00- TARDE TOTAL	13:00- MOMENTOS DE PAZ	13:00- TARDE TOTAL	13:00- MOMENTOS DE PAZ	13:00- TARDE TOTAL	13:00- SALA ESPERA
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	IDENTIFICAÇÃO
15:00- SALA ESPERA	15:00- CONEXÃO GOSPEL	15:00- ADORAÇÃO	15:00- CONEXÃO GOSPEL	15:00- ADORAÇÃO	15:00- CONEXÃO GOSPEL	15:00- SALA ESPERA
IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
17:00- GOSPEL	17:00- TARDE DE LOUVOR	17:00- CONEXÃO GOSPEL	17:00- TARDE DE LOUVOR	17:00- CONEXÃO GOSPEL	17:00- TARDE DE LOUVOR	17:00- SALA ESPERA
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
19:00- SALA ESPERA	19:00- VOZ BRASIL	19:00- VOZ BRASIL	19:00- VOZ BRASIL	19:00- VOZ BRASIL	19:00- VOZ BRASIL	19:00- SALA ESPERA
IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
20:00- Flash Back	20:00- Flash Back	20:00- Flash Back	20:00- Flash Back	20:00- Flash Back	20:00- Flash Back	20:00- ROMANTICAS
IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
23:00- FECHAMENTO	23:00- FECHAMENTO	23:00- FECHAMENTO	23:00- FECHAMENTO	23:00- FECHAMENTO	23:00- FECHAMENTO	23:00- FECHAMENTO



CERTIDÃO

Nós abaixo assinado devidamente inscrito no rol de associados da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, CERTIFICAMOS que o Senhor **DANIL RODRIGUES ARARIBA** atual Presidente da Instituição é servidor público de carreira no Município de Rio Novo do Sul, lotado na Câmara Municipal não possuindo laços de nenhuma maneira ou razão com políticos ou detentores de cargos políticos, o que não causa influencia de espécie alguma em sua administração da nossa Instituição.

Assinatura

CPF

<i>Amador S.</i>	027.713.407-20
<i>Masbuelina Quira Cavalho</i>	039 260 117-69
<i>Celso de Gama de Silva</i>	207-652-667-87
<i>Valdineia da Conceição Ferreira</i>	007 783 697-90
<i>Vitorino Ipi S. Santana</i>	092 358 391-18
<i>Roberto Souza Morcica</i>	RG 2 316 42 B-ES
<i>Regina Amaral</i>	RG M 465 633
<i>Sebastião</i>	CPF-688.506.897-72
<i>Marinela Menegardo</i>	CPF 088385027-30
<i>Georgiana</i>	CPF 088422277-22
<i>Redeio Anaila</i>	153.826377-76
<i>Danielle dos Santos Arariba</i>	CPF. 153 826 357-22
<i>Reamita Perceira</i>	CPF 762 069 04768
<i>Graciane Mochi da Silva</i>	CPF 106.139.017-97
<i>DANIL RODRIGUES ARARIBA</i>	CPF 082.708.377-07



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL
Estado do Espírito Santo
A TRANSPARÊNCIA EM PRIMEIRO LUGAR
2013/2014

02.403.182/0001-77 **CERTIDÃO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE
RIO NOVO DO SUL**

Rua Joaquim Alves, s/nº
Centro - CEP: 29290-000

RIO NOVO DO SUL - E. SANTO

**MARCIEL MALINI COSTA, Presidente da Câmara
Municipal de Rio Novo do Sul, empossado na
forma da Lei, no uso de suas atribuições legais...**

CERTIFICA que **DANIL RODRIGUES ARARIBA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n.º 892.430.647-20, é servidor público municipal efetivo da Câmara Municipal de Rio Novo do Sul, desde 07 de dezembro de 1998, ocupando o cargo efetivo de Assistente Administrativo, Carreira V, Nível "D", nomeado na forma da Lei, através do Decreto Legislativo n.º 004/98, por ter sido aprovado em concurso público.

CERTIFICA ainda que o servidor **DANIL RODRIGUES ARARIBA** exerce também nesta Casa Legislativa a função comissionada de Diretor Administrativo, tendo sido nomeado para o cargo desde 28 de dezembro de 1998, através da Portaria n.º 007/98.

CERTIFICA que o servidor em questão faz jus à remuneração do vencimento do seu cargo efetivo (Assistente Administrativo), acrescido de uma gratificação adicional de 40% (quarenta por cento) do valor do cargo em comissão, conforme disposto no artigo 20, da Resolução n.º 001/98, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Rio Novo do Sul (Portaria n.º 007/2009).

A Referida é Verdade e Dou Fé.

DADA E PASSADA, nesta cidade de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, aos 02 (dois) dias do mês de outubro ano de 2014 (dois mil e quatorze).


MARCIEL MALINI COSTA
PRESIDENTE



CAMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C.G.C. 02.403.182/0001-77

DECRETO LEGISLATIVO N.º 004 / 98

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE
CANDIDATO PARA OCUPAR CARGO
EFETIVO, HABILITADO EM CONCURSO
PÚBLICO.**

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL-ES, no uso de suas atribuições legais e, consubstanciada na Lei Orgânica Municipal, Art. 24, inciso VIII e no Regimento Interno da Câmara Municipal, Art. 48, inciso VIII,

RESOLVE:

Art. 1º.- **NOMEAR** o candidato **DANIL RODRIGUES ARARIBA**, para ocupar o cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, Carreira III, nível "A", Grupo Ocupacional Apoio Técnico Administrativo, do Quadro de Pessoal Permanente desta Câmara Municipal, fazendo jus à percepção de 22 (vinte e duas) UPVs, Unidades Padrão de Vencimento, por ter sido aprovado em Concurso Público, realizado em 7 de maio de 1998.

Art. 2º.- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Rio Novo do Sul-ES, 07 de Dezembro de 1998.

Nasser
Hilton Nicolau Nasser
Presidente

Nalcino Mozer Muniiz
Nalcino Mozer Muniiz
Vice-Presidente

Marilene Souza Melo Sartório
Marilene Souza Melo Sartório
Secretária





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C.G.C. 02.403.182/0001-77

PORTARIA N.º 007/98

NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS..

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais, resolve expedir a seguinte PORTARIA.

Art. 1º-Nomear, para exercer o cargo de **DIRETOR ADMINISTRATIVO** da Câmara Municipal de Rio Novo do Sul-ES, referência CC-1, o Sr. **DANIL RODRIGUES ARARIBA**, fazendo jus à remuneração de 37 (trinta e sete) UPVs mensais, conforme anexo III do Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Câmara Municipal de Rio Novo do Sul-ES.

Art. 2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos a 07 de dezembro de 1998.

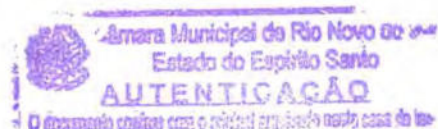
Art. 3º-Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Novo do Sul-ES, 28 de dezembro de 1998.

Nasser
Nilton Nicolau Nasser
Presidente

Nalcino Mozer Muniz
Nalcino Mozer Muniz
Vice-Presidente

Marilene S.M. Sartório
Marilene S.M. Sartório
Secretária



102 OUT 2014
Marcia Bortoloti Wetler
MÁRCIA BORTOLOTTI WETLER
PROCURADORA DA CMRNS/ES
PORTARIA N.º 001/2007
OAB/ES 9327



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL
Estado do Espírito Santo
2009/2010

PORTARIA N.º 007/2009.

DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DO DIRETOR ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL (ES), usando de suas atribuições legais, conforme determina o artigo 24, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e Artigo 18, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, **RESOLVE**:

Art. 1.º. O Servidor Público da Câmara Municipal de Rio Novo do Sul, **DANIL RODRIGUES ARARIBA**, exercendo o cargo de Diretor Administrativo desta Casa de Leis, conforme nomeação feita através da Portaria n.º 007/98, de 28 de dezembro de 1998, fará jus à remuneração do vencimento do seu cargo efetivo (Assistente Administrativo), acrescido de uma gratificação adicional de 40 % (quarenta por cento) do valor do cargo em Comissão, conforme disposto no artigo 20, da Resolução 001/98, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Rio Novo do Sul.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1.º de janeiro de 2009.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

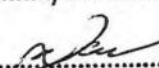
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Rio Novo do Sul (ES), 09 de janeiro de 2009.


MARCIEL MALINI COSTA
Presidente da Mesa Diretora

Publicado no átrio desta casa de leis
em conformidade com o artigo 84 da
Lei Orgânica Municipal.

Em 12/01/2009


Diretor Administrativo



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL
Estado do Espírito Santo
A TRANSPARÊNCIA EM PRIMEIRO LUGAR
2013/2014

PORTARIA N.º 008/2013

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MERECEMENTO DO SERVIDOR DANIL RODRIGUES ARARIBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL (ES), usando de suas atribuições legais, consoante o que lhe faculta os artigos 15 e 16 da Resolução n.º 001/98, de 24 de março de 1998 c/c com os dispositivos da Portaria n.º 016/2008, de 17 de dezembro de 2008, que regulamenta o parágrafo único do artigo 16 da Resolução n.º 001/1998, e

CONSIDERANDO as decisões adotadas no Procedimento Administrativo n.º 207/2012, bem como o resultado da avaliação extraordinária de mérito apurado pela Comissão Especial (Portaria n.º 005/2013), onde o servidor **DANIL RODRIGUES ARARIBA** obteve o quantitativo de 29,8 pontos;

RESOLVE:

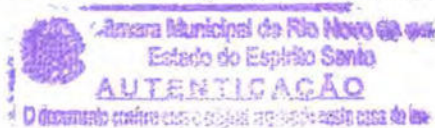
Art. 1.º Fica concedida progressão funcional por merecimento, para o nível imediatamente superior do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Rio Novo do Sul/ES, ao servidor abaixo relacionado:

Ato de Nomeação	Nome	Cargo	Nível Anterior	Nível Atual	Interstício	Início da Vigência
Decreto Legislativo n.º 004/1998	DANIL RODRIGUES ARARIBA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	C	D	07/12/2007 a 07/12/2012	07/12/2012

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de dezembro de 2012.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Rio Novo do Sul (ES), 18 de março de 2013.



20 2 OUT 2013
MÁRCIA BORTOLOTI WETLER
PROCURADORA DA CMRNS/ES
PORTARIA N.º 001/2007
OAB/ES 9327

MARCIEL MALINI COSTA
PRESIDENTE

Publicado no átrio desta casa de leis,
em conformidade com o artigo 84 da
Lei Orgânica Municipal.

Em 21/03/2013

MÁRCIA BORTOLOTI WETLER
P/Diretor Administrativo
PROCURADORA DA CMRNS/ES
PORTARIA N.º 001/2007
OAB/ES 9327

ÓRGÃO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Fernando de Abreu, nº 18, Centro – Rio Novo do Sul/ES – Cep: 29290-000.
Tel./Fax (28) 3533-1120/1360 – CNPJ: 27.165.711/0001-72

Rio Novo do Sul/ES – 30 DE SETEMBRO DE 2014 – Nº. 138

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município de Rio Novo do Sul-ES Art. 84 Lei Nº. 205/2003 de 19 de Dezembro de 2003

FUNDAÇÃO MÉDICO-ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE RIO NOVO DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente da Fundação Médico- Assistencial do Trabalhador Rural de Rio Novo do Sul, em conformidade com o que dispõe o Artigo 10, inciso II, do Estado Social da Fundação, vem com o presente, **CONVOCAR** os senhores membros do Conselho Deliberativo, para a Reunião Extraordinária, que se realizará no dia 15 de Outubro de 2014, às 18:00hs, a fim de ser deliberado e discutido a seguinte ordem do dia:

1-EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO MÉDICO-ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE RIO NOVO DO SUL

Rio Novo do Sul –ES, 26 de Setembro de 2014.

Melquisedequei Laquini Moro
Presidente da FMATRRNS

RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria Executiva da RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, usando de suas atribuições estatutárias (Art. 7º, § 1º, do Estatuto), convoca seus associados em pleno gozo de seus direitos (Art. 7º, § 2º, “b”, do Estatuto), para a **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, nos seguintes termos e com a seguinte pauta:

1. Reformulação e Consolidação do Estatuto, reeditando-o nos seguintes termos:

1.1. Adequação ao Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002;

1.2. Adequação da atual redação dos artigos 9º, ao disposto no item 8.2, alínea “h”, subalínea “h.3” da Norma nº 1/2011, artigos 28, “d”, 29, “c”, pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18, da Lei n.º 9.612/1998, nos termos da NOTA TÉCNICA N.º 7126/2014/SEI-MC, da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo, referente ao Processo de Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47.

2. Definição da denominação da instituição, tendo em vista que as denominações constantes do Estatuto Social, CNPJ e Requerimento de Outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e declarações anexas a este variam uma das outras, conforme Nota Técnica acima citada, no item VII.

Data: 22/10/2014

Hora: 19h30min

1. Em primeira convocação, com a presença mínima da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos (Art. 7º, §2º, “b”, do Estatuto);

2. Em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de associados, trinta minutos após a primeira convocação, ou seja, às 20h (Art. 7º, §2º, do Estatuto).

Local: Sede da Rádio Comunitária Mensagem FM, situada na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul/ES.
Rio Novo do Sul, 30 de setembro de 2014.

Danil Rodrigues Arariba
Presidente

Sebastião Luiz Garcia
Secretário

Daniel da Silva
Vice-Presidente

Graciane Moreli da Silva
Tesoureira

Adelson Gomes da Silva
Diretor de Patrimônio

30 DE SETEMBRO DE 2014 **EXECUTIVO** Órgão Oficial do Município nº. 138

RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundação: 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Diretoria Executiva da RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, usando de suas atribuições estatutárias (Art. 7º, § 1º, do Estatuto), convoca seus associados em pleno gozo de seus direitos (Art. 7º, § 2º, "b", do Estatuto), para a **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, nos seguintes termos e com a seguinte pauta:

1. Reformulação e Consolidação do Estatuto, reeditando-o nos seguintes termos:
 - 1.1. Adequação ao Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002;
 - 1.2. Adequação da atual redação dos artigos 9.º, ao disposto no item 8.2, alínea "h", subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18, da Lei n.º 9.612/1998, nos termos da NOTA TÉCNICA N.º 7126/2014/SEI-MC, da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo, referente ao Processo de Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47.
2. Definição da denominação da instituição, tendo em vista que as denominações constantes do Estatuto Social, CNPJ e Requerimento de Outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e declarações anexas a este variam uma das outras, conforme Nota Técnica acima citada, no Item VII.

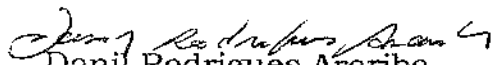
Data: 22/10/2014

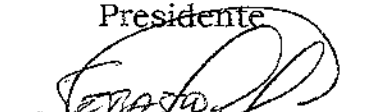
Hora: 19h30min


1. Em primeira convocação, com a presença mínima da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos (Art. 7º, §2º, "b", do Estatuto);
2. Em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de associados, trinta minutos após a primeira convocação, ou seja, **às 20h** (Art. 7º, §2º, do Estatuto).


Local: Sede da Rádio Comunitária Mensagem FM, situada na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul/ES.


Rio Novo do Sul, 30 de setembro de 2014.


Daniel Rodrigues Arariba
Presidente


Sebastião Luiz Garcia
Secretário


Daniel da Silva
Vice-Presidente


Graciane Moreli da Silva
Tesoureira


Adelson Gomes da Silva
Diretor de Patrimônio

*Determino aos locu-
tores que façam as cha-
mas diretas em seus respec-
tivos programas em atenção
ao Estatuto Social
em 02/10/2014*

RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundação: 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Diretoria Executiva da RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, usando de suas atribuições estatutárias (Art. 7º, § 1º, do Estatuto), convoca seus associados em pleno gozo de seus direitos (Art. 7º, § 2º, "b", do Estatuto), para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, nos seguintes termos e com a seguinte pauta:

1. Reformulação e Consolidação do Estatuto, reeditando-o nos seguintes termos:
 - 1.1. Adequação ao Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002;
 - 1.2. Adequação da atual redação dos artigos 9.º, ao disposto no item 8.2, alínea "h", subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18, da Lei n.º 9.612/1998, nos termos da NOTA TÉCNICA N.º 7126/2014/SEI-MC, da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo, referente ao Processo de Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47.
2. Definição da denominação da instituição, tendo em vista que as denominações constantes do Estatuto Social, CNPJ e Requerimento de Outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e declarações anexas a este variam uma das outras, conforme Nota Técnica acima citada, no Item VII.

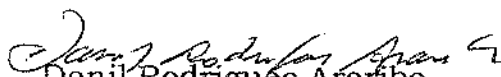
Data: 22/10/2014

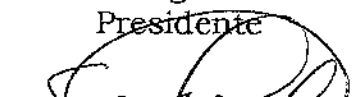
Hora: 19h30min


1. Em primeira convocação, com a presença mínima da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos (Art. 7º, §2º, "b", do Estatuto);
2. Em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de associados, trinta minutos após a primeira convocação, ou seja, **às 20h** (Art. 7º, §2º, do Estatuto).

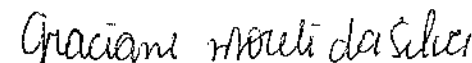
Local: Sede da Rádio Comunitária Mensagem FM, situada na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul/ES.

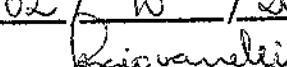
Rio Novo do Sul, 30 de setembro de 2014.



Daniel Rodrigues Arariba
Presidente


Sebastião Luiz Garcia
Secretário


Daniel da Silva
Vice-Presidente


Graciane Moreli da Silva
Tesoureira

C. M. R. N. S.	
PROTOCOLIZADO SOB O Nº	
360	/ 2014
Em: 02 / 10 / 2014	
	
Jucara A. da Silva Giovanelli Assinatura do Servidor	


Adelson Gomes da Silva
Diretor de Patrimônio

RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundação: 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Diretoria Executiva da RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, usando de suas atribuições estatutárias (Art. 7º, § 1º, do Estatuto), convoca seus associados em pleno gozo de seus direitos (Art. 7º, § 2º, "b", do Estatuto), para a **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, nos seguintes termos e com a seguinte pauta:

1. Reformulação e Consolidação do Estatuto, reeditando-o nos seguintes termos:
 - 1.1. Adequação ao Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002;
 - 1.2. Adequação da atual redação dos artigos 9.º, ao disposto no item 8.2, alínea "h", subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18, da Lei n.º 9.612/1998, nos termos da NOTA TÉCNICA N.º 7126/2014/SEI-MC, da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo, referente ao Processo de Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47.
2. Definição da denominação da instituição, tendo em vista que as denominações constantes do Estatuto Social, CNPJ e Requerimento de Outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e declarações anexas a este variam uma das outras, conforme Nota Técnica acima citada, no Item VII.

Data: 22/10/2014

Hora: 19h30min

1. Em primeira convocação, com a presença mínima da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos (Art. 7º, §2º, "b", do Estatuto);
2. Em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de associados, trinta minutos após a primeira convocação, ou seja, **às 20h** (Art. 7º, §2º, do Estatuto).

Local: Sede da Rádio Comunitária Mensagem FM, situada na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul/ES.

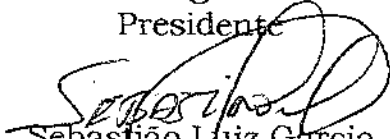
Rio Novo do Sul, 30 de setembro de 2014.


Danil Rodrigues Arariba

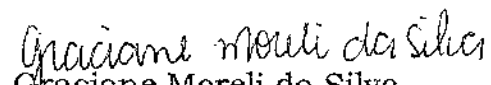
Presidente


Daniel da Silva

Vice-Presidente

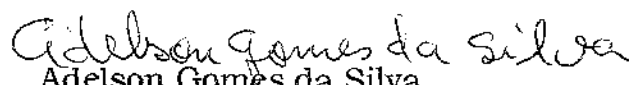

Sebastião Luiz Garcia

Secretário


Graciane Moreli da Silva

Tesoureira

PROT. 5842/2014
03/10/2014
Assinatura do Presidente


Adelson Gomes da Silva
Diretor de Patrimônio

RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundação: 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria Executiva da RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, usando de suas atribuições estatutárias (Art. 7º, § 1º, do Estatuto), convoca seus associados em pleno gozo de seus direitos (Art. 7º, § 2º, "b", do Estatuto), para a **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, nos seguintes termos e com a seguinte pauta:

1. Reformulação e Consolidação do Estatuto, reeditando-o nos seguintes termos:
 - 1.1. Adequação ao Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002;
 - 1.2. Adequação da atual redação dos artigos 9.º, ao disposto no item 8.2, alínea "h", subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18, da Lei n.º 9.612/1998, nos termos da NOTA TÉCNICA N.º 7126/2014/SEI-MC, da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo, referente ao Processo de Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47.
2. Definição da denominação da instituição, tendo em vista que as denominações constantes do Estatuto Social, CNPJ e Requerimento de Outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e declarações anexas a este variam uma das outras, conforme Nota Técnica acima citada, no Item VII.

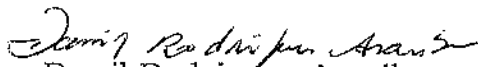
Data: 22/10/2014

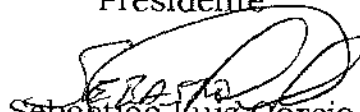
Hora: 19h30min

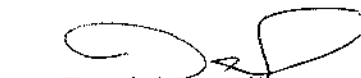
1. Em primeira convocação, com a presença mínima da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos (Art. 7º, §2º, "b", do Estatuto);
2. Em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de associados, trinta minutos após a primeira convocação, ou seja, **às 20h** (Art. 7º, §2º, do Estatuto).

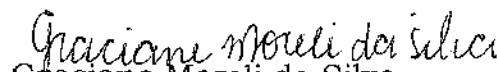
Local: Sede da Rádio Comunitária Mensagem FM, situada na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul/ES.

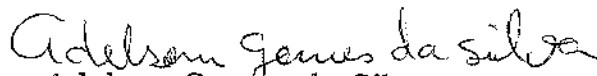
Rio Novo do Sul, 30 de setembro de 2014.


Danil Rodrigues Arariba
Presidente


Sebastião Luiz Garcia
Secretário


Daniel da Silva
Vice-Presidente


Graciane Moreli da Silva
Tesoureira


Adelson Gomes da Silva
Diretor de Patrimônio

15.513.160/0001-01

MARIA DAS GRAÇAS MORELI

CHAGAS 03175297730

Rua Capitão Bley, 17 - Centro

Rio Novo do Sul - ES - Cep: 29290-000

RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundação: 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Diretoria Executiva da RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, usando de suas atribuições estatutárias (Art. 7º, § 1º, do Estatuto), convoca seus associados em pleno gozo de seus direitos (Art. 7º, § 2º, "b", do Estatuto), para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, nos seguintes termos e com a seguinte pauta:

1. Reformulação e Consolidação do Estatuto, reeditando-o nos seguintes termos:
 - 1.1. Adequação ao Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002;
 - 1.2. Adequação da atual redação dos artigos 9.º, ao disposto no item 8.2, alínea "h", subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18, da Lei n.º 9.612/1998, nos termos da NOTA TÉCNICA N.º 7126/2014/SEI-MC, da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo, referente ao Processo de Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47.
2. Definição da denominação da instituição, tendo em vista que as denominações constantes do Estatuto Social, CNPJ e Requerimento de Outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e declarações anexas a este variam uma das outras, conforme Nota Técnica acima citada, no Item VII.

Data: 22/10/2014

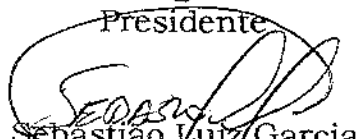
Hora: 19h30min

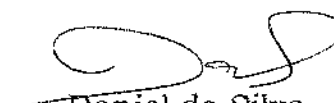
1. Em primeira convocação, com a presença mínima da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos (Art. 7º, §2º, "b", do Estatuto);
2. Em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de associados, trinta minutos após a primeira convocação, ou seja, **às 20h** (Art. 7º, §2º, do Estatuto).

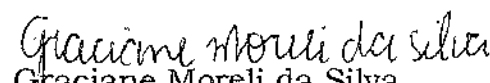
Local: Sede da Rádio Comunitária Mensagem FM, situada na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul/ES.

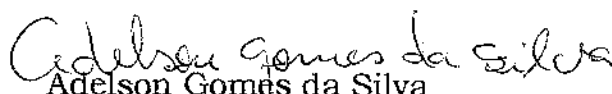
Rio Novo do Sul, 30 de setembro de 2014.


Daniel Rodrigues Arariba
Presidente


Sebastião Luiz Garcia
Secretário


Daniel da Silva
Vice-Presidente


Graciane Moreli da Silva
Tesoureira


Adelson Gomes da Silva
Diretor de Patrimônio

Recebido em 02/10/2014

DESTAK Metos
DESTAK Cor
(28) 3533-1653

RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundação: 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Diretoria Executiva da RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, usando de suas atribuições estatutárias (Art. 7º, § 1º, do Estatuto), convoca seus associados em pleno gozo de seus direitos (Art. 7º, § 2º, "b", do Estatuto), para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, nos seguintes termos e com a seguinte pauta:

1. Reformulação e Consolidação do Estatuto, reeditando-o nos seguintes termos:
 - 1.1. Adequação ao Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002;
 - 1.2. Adequação da atual redação dos artigos 9.º, ao disposto no item 8.2, alínea "h", subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18, da Lei n.º 9.612/1998, nos termos da NOTA TÉCNICA N.º 7126/2014/SEI-MC, da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo, referente ao Processo de Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47.
2. Definição da denominação da instituição, tendo em vista que as denominações constantes do Estatuto Social, CNPJ e Requerimento de Outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e declarações anexas a este variam uma das outras, conforme Nota Técnica acima citada, no Item VII.

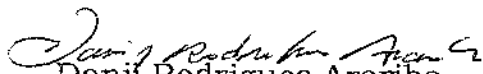
Data: 22/10/2014

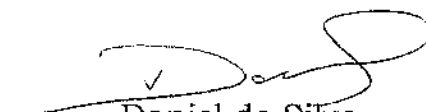
Hora: 19h30min

1. Em primeira convocação, com a presença mínima da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos (Art. 7º, §2º, "b", do Estatuto);
2. Em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de associados, trinta minutos após a primeira convocação, ou seja, **às 20h** (Art. 7º, §2º, do Estatuto).

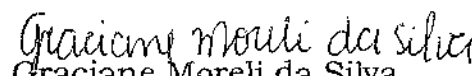
Local: Sede da Rádio Comunitária Mensagem FM, situada na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul/ES.

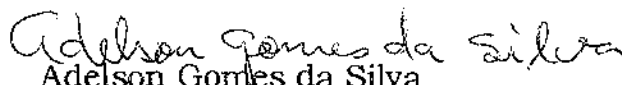
Rio Novo do Sul, 30 de setembro de 2014.


Daniel Rodrigues Arariba
Presidente


Daniel da Silva
Vice-Presidente


Sebastião Luiz Garcia
Secretário


Graciane Moreli da Silva
Tesoureira


Adelson Gomes da Silva
Diretor de Patrimônio

Recebido em 02/10/2014
RESTAURANTE CRISTINA
CNPJ- 11.559.956/0001-04

RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundação: 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Diretoria Executiva da RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, usando de suas atribuições estatutárias (Art. 7º, § 1º, do Estatuto), convoca seus associados em pleno gozo de seus direitos (Art. 7º, § 2º, "b", do Estatuto), para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, nos seguintes termos e com a seguinte pauta:

1. Reformulação e Consolidação do Estatuto, reeditando-o nos seguintes termos:
 - 1.1. Adequação ao Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002;
 - 1.2. Adequação da atual redação dos artigos 9.º, ao disposto no item 8.2, alínea "h", subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18, da Lei n.º 9.612/1998, nos termos da NOTA TÉCNICA N.º 7126/2014/SEI-MC, da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo, referente ao Processo de Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47.
2. Definição da denominação da instituição, tendo em vista que as denominações constantes do Estatuto Social, CNPJ e Requerimento de Outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e declarações anexas a este variam uma das outras, conforme Nota Técnica acima citada, no Item VII.

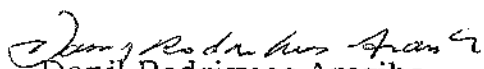
Data: 22/10/2014

Hora: 19h30min

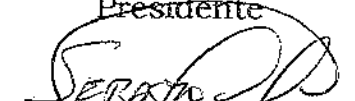
1. Em primeira convocação, com a presença mínima da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos (Art. 7º, §2º, "b", do Estatuto);
2. Em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de associados, trinta minutos após a primeira convocação, ou seja, **às 20h** (Art. 7º, §2º, do Estatuto).

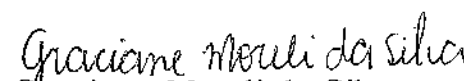
Local: Sede da Rádio Comunitária Mensagem FM, situada na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul/ES.

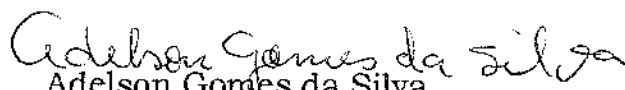
Rio Novo do Sul, 30 de setembro de 2014.


Danilo Rodrigues Arariba
Presidente

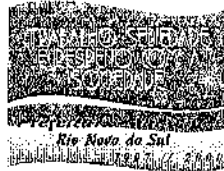

Daniel da Silva
Vice-Presidente


Sebastião Luiz Garcia
Secretário


Graciane Moreli da Silva
Tesoureira


Adelson Gomes da Silva
Diretor de Patrimônio

Recebido em 02/10/2014
Lúcia Delamari
Supermercado Zenith Ltda



Gabinete do Prefeito

LEI N.º 0113/97- DE 11 DE AGOSTO DE 1997.

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA A
RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO
DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.º 1º- Fica reconhecida como de Utilidade Pública a "Rádio
Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul".

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Rio Novo do Sul, 11 de agosto de 1997.


ESTEVAM ANTONIO FLORIO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 9.361

Declara de utilidade pública a Rádio Comunitária Mensagem FM 87,9,
localizada no Município de Rio Novo do Sul, neste Estado.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ES-
PÍRITO SANTO**, faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou, o Go-
vernador do Estado, nos termos do artigo 66, § 1º da Constituição Estadual
sancionou, e eu, Elcio Alvares, seu Presidente, nos termos do § 7º do
mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Rádio Comunitária Mensagem
FM 87,9, localizada no Município de Rio Novo do Sul, neste Estado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Domingos Martins, 14 de dezembro de 2009.

ELCIO ALVARES
Presidente

Protocolo 75779

FC0928

AR

MP

PESO (kg)

MANDOU, CHEGOU.

SF 82109815 7 BR

AR

DESTINATÁRIO:

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTERIO DAS COMUN
RUA MERGENTHALER 598 592
VILA LEOPOLDINA
SÃO PAULO-SP
05311-900



05311-900

Remetente:

RADIO COMUNITARIA MENSAGEM FM DE R N S
RUA QSTACIO MOTA 0
CENTRO
29290-000 RIO,NOVO DO SUL-ES

CEP

CIDADE

UF

Outros (origem externa) (0191370)

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- ☐ Mudou-se
 ☐ Recusado
 ☐ Desconhecido
 ☐ Não procurado
 ☐ Endereço insuficiente
 ☐ Não existe o número indicado
 ☐ Outros (especificar)

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª. __/__/__ às ____h.

2ª. __/__/__ às ____h.

3ª. __/__/__ às ____h.

CARIMBO

UNIDADE ENTREGADORA

Rubrica do responsável

Visto

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 14868/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.014914/2013-47**

Processo de Outorga nº: 53660.000718/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Rádio Comunitária Mensagem FM**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Rio Novo do Sul/ES**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, diante da documentação encaminhada em resposta ao Ofício nº 7000/2014/SEI-MC, observou-se ainda a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo:

I. Reiteramos os itens II, III, IV e VII da Nota Técnica nº 7126/2014/SEI-MC, encaminhada pelo Ofício nº 7000/2014/SEI-MC, datado de 12/08/2014, para que a entidade apresente as seguintes exigências:

II. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 9º, ao disposto no item 8.2, alínea "h", subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18 da Lei nº 9.612/1998, conforme transcrito a seguir. Além de que, o Estatuto Social ainda deverá conter, conforme Norma nº 1/2011:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

d) estar registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos do art. 116, inciso I, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo que qualquer alteração efetuada deverá estar averbada junto àquele Registro;

e) conter a denominação, os fins e o **tempo de duração da entidade** e, ainda, quando houver, o fundo social;

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.2) o cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial; e

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao **máximo de 4 (quatro) anos**, sendo **admitida uma recondução**;

i) indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

a) estabeleçam os critérios para ingresso e exclusão dos associados;

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o **direito de votar e ser votado** para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias

deliberativas existentes;

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;

h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Lei nº 9.612/1998

*Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir **patrocínio, sob a forma de apoio cultural**, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.*

III. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

IV. Comprovação, **por meio de Certidão Cartorária** de que a Ata de Eleição datada de 18/09/2012, foi devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmada em Pessoas Jurídicas, em atendimento ao disposto no subitem 8.1, alínea "c" da Norma nº 1/2011.

VII. Diante da documentação constante dos autos de seu processo, constatou-se que a Entidade indicou, por meio de alguns documentos, denominações que variam umas das outras, conforme abaixo indicado:

- No registro do CNPJ consta como denominação da entidade: Rádio Comunitária Mensagem;

- No Estatuto Social consta como denominação da entidade: Rádio Comunitária Mensagem FM;

- No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e nas declarações apresentadas, consta a seguinte denominação da entidade: Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM

de Rio Novo do Sul.

Desta forma a entidade deverá definir qual a sua real denominação da entidade e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente.

- No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e nas declarações apresentadas consta como endereço da sede: Rua Ostácio Mota, s/n, Rio Novo do Sul/ES;

- No registro do CNPJ e no Estatuto Social consta o seguinte endereço da sede: Rua Major Caetano, s/n - Centro, Rio Novo do Sul/ES.

Desta forma a entidade deverá definir qual o seu real endereço da sede e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente.

3. Ressalte-se que, a entidade fica devidamente cientificada de que o pedido de renovação será indeferido caso não atendida no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento do ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**, nos termos do item 20.6 da Norma nº 1/2011 abaixo transcrito.

"20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização."

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Substituto**, em 16/07/2015, às 11:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 16/07/2015, às 14:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0601945** e o código CRC **F30F15E8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 21815/2015/SEI-MC

São Paulo, 10 de julho de 2015

Ao Senhor
DANIL RODRIGUES ARARIBA
Representante Legal da Rádio Comunitária Mensagem FM
Rua Joaquim Alves, s/n
29290-000 / Rio Novo do Sul – ES

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.014914/2013-47.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 14868/2015/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio**, **Delegado Substituto**, em 16/07/2015, às 11:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0602069** e o código CRC **B2FCFC73**.



Ofício nº 21815/2015/SEI-MC

São Paulo, 10 de julho de 2015

Ao Senhor
DANIL RODRIGUES ARARIBA
Representante Legal da Rádio Comunitária Mensagem FM
Rua Joaquim Alves, s/n
29290-000 / Rio Novo do Sul – ES

AO REMETENTE

AO REMETENTE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.014914/2013-47.**





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JH 73632122 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA
FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8880
CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA
FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8880
CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELEGRAFOS

<input type="checkbox"/> Melhorado	<input type="checkbox"/> Fielidade
<input type="checkbox"/> Desembaralhado	<input type="checkbox"/> Análise
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não Preconizado
<input checked="" type="checkbox"/> Endereço Insuficiente	
<input type="checkbox"/> Não cobrado o nº indicado	
<input type="checkbox"/> Informação incorreta pelo portador ou usuário	

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

EM 11 DE Jul DE 2015

EM 11 DE Jul DE 2015



8247457



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº

53660.000718/1998

.....
**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DELEGADO DA DELEGACIA REGIONAL DO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM SÃO PAULO – THIAGO GALVÃO**

53900.037646/2015-50

78/07/15

REFERÊNCIA: Ofício n.º 7000/2014/SEI-MC

ASSUNTO: Envio dos documentos comprobatórios das adequações feitas de acordo com a Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC, relativa à análise do processo n.º 53000.014914/2013-47, com todos os atos que comprovam que as pendências apontadas foram sanadas, bem como a regularização da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM.

A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n.º 02.309.551/0001-67, fundada em 19 de maio de 1997, devidamente registrada no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, em 22 de dezembro de 1999, sob o n.º 50, Livro "A" – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, situada na Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES), através do seu representante legal, **DANIL RODRIGUES ARARIBA**, brasileiro nato, casado, servidor público municipal, com domicílio na Rua Joaquim Alves, 01, centro, Rio Novo do Sul/ES, inscrito no CPF sob o n.º 892.430.647-20, vem com o devido respeito à presença de Vossa Senhoria encaminhar os documentos que comprovam que as pendências apontadas na Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC foram devidamente sanadas, estando a Associação legalmente regular, fazendo jus à Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rio Novo do Sul/ES.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

.....

Informa que o Estatuto da Associação foi reformulado para fins de adequação ao Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002) e à Norma Complementar nº 1/2011, do Ministério das Comunicações, ficando sanadas todas as pendências apontadas na Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC. *(Segue em anexo cópia do novo Estatuto Social).*

Segue Certidão Cartorária atualizada comprovando que a reformulação do Estatuto Social da Associação foi devidamente averbada junto ao registro inicial, assim como as Atas de Eleição e Posse da Diretoria Executiva, de Reformulação e Adequação do Estatuto Social ao Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), à Norma nº 1/2011 do Ministério das Comunicações e à Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC e de Eleição e Posse do Conselho Comunitário.

Por ocasião da Assembleia Extraordinária realizada em 22/10/2014, ficou definida a real denominação da entidade e o seu real endereço, tendo sido promovidas as devidas retificações, conforme comprovam os documentos em anexo *(cópia do Estatuto Social, CNPJ e Certidão Cartorária atualizada).*

Segue declaração do Conselho Comunitário eleito e empossado em 04/11/2014, versando sobre a programação veiculada pela emissora, com descrição da grade de programação, bem com sua avaliação a respeito da mesma, nos moldes do item 21.4.1, da Norma Complementar nº 01/2011 do Ministério das Comunicações.

As demais pendências apontadas pela Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC, já foram justificadas e sanadas através da Defesa datada de 08/10/2014 e documentos encaminhados pela Associação ao DELEGADO DA DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM SÃO PAULO – THIAGO GALVÃO, via Correios em 10/10/2014, com AR (Objeto SF821098157BR). *(Segue cópia da defesa retro citada em anexo)*

ISTO POSTO e sanadas todas as irregularidades apontadas, **REQUER** a Renovação da Outorga n.º 53000.014914/2013-47, concedida à **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM**, para que possa continuar a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rio Novo do Sul/ES.

Esclarece que a **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM** é de grande importância para o Município de Rio Novo do

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com
www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº


53660.000718/1998

.....
Sul/ES e seus municípios, tendo sido declarada como de Utilidade Pública tanto no município de Rio Novo do Sul (Lei n.º 113/97), quanto no Estado do Espírito Santo (Lei n.º 9.361/2009), e vem servindo toda a comunidade, alcançando o anseio de todo cidadão domiciliado na área de execução do serviço e cumprindo com todas as suas finalidades legais

Nestes termos

Pede e espera deferimento.

Rio Novo do Sul/ES, 23 de julho de 2015.


DANIL RODRIGUES ARARIBA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE
RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.309.551/0001-67 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 23/12/1997	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA MENSAGEM FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) 			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R OSTACIO MOTTA		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 29.290-000	BAIRRO/DISTRITO FELIPE MARCON	MUNICÍPIO RIO NOVO DO SUL	UF ES
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (28) 9973-6213	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) 			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2006	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL 		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL 	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 22/07/2015 às 11:51:37 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)



ESTATUTO - RESUMO.

ASSOCIAÇÃO - Rádio comunitária Mensagem FM, fundada em 19 de maio de 1997, com sede à Rua Major Caetano s/nº, centro, nesta Cidade, é uma associação civil de objetivos culturais, apartidária, democrática e sem fins lucrativos. Tem por finalidade contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação; contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades; obter junto ao poder público autorização para execução de serviços de radiodifusão de caráter local; executar serviços de radiodifusão de acordo com o disposto no estatuto e à luz da legislação pertinente; coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais, e nacionais; promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão; prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidade sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos; organizar um arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral; e promover sempre o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários. São órgãos da Rádio Comunitária Mensagem FM: Assembléia Geral; Diretoria Executiva e Conselho Comunitário. Assembléia Geral: órgão máximo de decisão, será convocada uma vez ao ano sempre no último trimestre, para avaliar trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da Diretoria Executiva, e discursão de assuntos gerais de interesse da Entidade. A Diretoria será eleita para mandato de dois anos, em AGE convocada para este fim, através de votação aberta nas chapas inscritas, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos. A Diretoria Executiva será composta de onze cargos - Presidente - Vice-Presidente - Secretário Geral - 2º Secretário - Tesoureiro - 2º Tesoureiro - Diretor de Operações - Vice-Diretor de Operações - Diretor Cultural e de Comunicação Social - Vice Diretor Cultural e de Comunicação Social - Diretor de Patrimônio. Atribuições da Diretoria Executiva: Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG; Convocar as AG; Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Presidente, ou nos casos que julgar conveniente; elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos; Prestar contas bimestralmente ao Conselho de Fundadores e anualmente à AGO; Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remuneração; autorizar a aquisição de equipamento; efetivar a realização de convênios que se engradrem nos objetivos da Entidade; Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implantados e/ou administrados pela Entidade. A receita da Entidade advirá: Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador; Da contribuição mensal dos associados; De verbas provenientes de subsídio oficial; De patrocínio do comércio local; De campanha e outras atividades para este fim. A dissolução desta entidade ocorrerá por decisão da AG convocada conforme o previsto no Artigo 7º, parágrafo 1º do Estatuto. O patrimônio da Entidade deverá ser doado a outras entidades de atividades afins com caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia, caso haja dívidas na dissolução estas deverão se pagas com a venda do patrimônio. As demais disposições ora em resumo permanecem arquivadas neste Cartório, representadas neste ato pelas cópias reprográficas ordenadas de 01 a 56, anexadas inseparavelmente ao corpo desta. REGISTRO ANTERIOR: Registrado sob o nº 01 de ordem, Livro B, fls. 01, em 26 de junho de 1997 e posteriores averbações, neste Cartório. OBSERVAÇÃO: A abertura deste registro da Associação Rádio



LETO

Comunitária Mensagem FM, e de todos os atos registrados e averbados sob o registro anterior acima citado, ocorreu em função do requerimento da associação para que se adequasse às exigências legais, e deferimento favorável do MMº Juiz Substituto Dr. Carlos Eduardo Ribeiro Lemos desta Comarca. Rio Novo do Sul-ES., 22 (vinte e dois) de dezembro de 1999. (mil novecentos e noventa e nove). /=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=

OFICIAL: *Ademir da Silva Pinto*
Ademir da Silva Pinto

AV: 1-50

DATA: 08 de outubro de 2003.

De acordo com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, realizada em 29 (vinte e nove) de maio de 2002 (dois mil e dois), mediante fixação de Editais e chamadas diárias no Rádio, foi feita a eleição da nova Diretoria e do Conselho Fiscal, assim definidos: **PRESIDENTE:** Adelson Gomes da Silva; **VICE-PRESIDENTE:** Emerson Scherrer Bezerra; **SECRETÁRIO:** Alzimar Ferreira Nunes; **SEGUNDO SECRETÁRIO:** Alexandre Venâncio de Souza; **TESOUREIRO:** Josimar Scherrer Bezerra; **SEGUNDO TESOUREIRO:** Jacson de Souza Rohr; **DIRETOR TÉCNICO:** Almir Cintra; **VICE-DIRETOR TÉCNICO:** Luiz Carlos Alves; **DIRETOR CULTURAL E COMUNICAÇÃO:** Eliomar Passos dos Santos; **VICE-DIRETOR CULTURAL E COMUNICAÇÃO:** Inaldo Polonini Moreli; **DIRETOR DE PATRIMÔNIO:** Alzerino da Silva Nunes; **CONSELHO COMUNITÁRIO:** **MEMBROS:** Romildo Gomes da Silva, Jucerlino Ferreira, Mário Ressonni Dias, Rogério Amaral, Anildo da Silva Arariba; **CONSELHO FISCAL:** Emerson Scherrer Bezerra, Alexandre Venâncio de Souza, Frederico Cezário Moraes Scheidegger. Apresentou Ofício Nº 031/2003, em data de 02 de outubro de 2003, solicitando a averbação da Ata. Idênticos Documentos encontra-se em via arquivada em Cartório. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul/ES., 08 (oito) de outubro de 2003 (dois mil e três). /=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=

OFICIALA:

Julia Elisabeth Bottecchia Barcelos
Julia Elisabeth Bottecchia Barcelos

AV: 2-50

DATA: 08 de outubro de 2003.

De acordo com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação Rádio Comunitária FM de Rio Novo do Sul, realizada no dia 1º (primeiro) de outubro de 2003, foi feita eleição da Diretoria Executiva e conforme aprovação, alteração de alguns artigos do Estatuto: 1 – A Assembléia Geral altera o Art. 10º, que estabelece a composição de cargos da Diretoria Executiva, que fica assim: “Art. 10º - A Diretoria Executiva será composta de 06 (seis) cargos, a saber: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro, Diretor Artístico e Diretor de Patrimônio.” – Os parágrafos deste Artigo continuam com o mesmo teor. 2 – A Assembléia Geral altera o Art. 21º, que fica assim: “Art. 21º - Diretor Artístico – Caberá ao Diretor Artístico manter sempre organizada a programação da Emissora, bem como fazer com que os locutores cumpram suas obrigações com zelo; A função de Diretor Artístico estará sempre sob a supervisão da Diretoria Executiva, que também poderá lhe conferir outras atribuições.”. 3 – A Assembléia Geral torna sem efeito os Artigos 19º, 22º, 23º, 24º e 25º do Estatuto, por estarem unicamente ligados às mudanças sofridas no Art. 10º. A DIRETORIA EXECUTIVA fica assim composta de 06 (seis) cargos, que se - guem abaixo: **PRESIDENTE** – Qualificação descrita no Art. 16 do Estatuto. **VICE-PRESIDENTE** – Qualificação descrita no Art. 17º do Estatuto. **SECRETÁRIO GERAL** – Qualificação descrita no Art. 18º do Estatuto. **TESOUREIRO** – Qualificação descrita no Art. 20º do Estatuto. **DIRETOR ARTÍSTICO** – Qualificação descrita no Art. 21º do Estatuto. **DIRETOR DE PATRIMÔNIO** – Qualificação descri -

DATA 08 de outubro de 2003



50

crita no Art. 26º do Estatuto. DIRETORIA EXECUTIVA eleita em 01 de outubro de 2003, para mandato de 03 (três) anos. PRESIDENTE: Adelson Gomes da Silva, brasileiro, casado, mecânico de automóveis, residente à Rua José Francisco de Oliveira, s/nº - centro - Rio Novo do Sul/ES, RG 609.979-ES (Assinatura legível). VICE-PRESIDENTE: Emerson Scherrer Bezerra, brasileiro, casado, balconista, residente à Rua Zeferino Neto, nº 01 - centro - Rio Novo do Sul-ES, RG 1.311.485-ES (Assinatura ilegível); SECRETÁRIA GERAL: Danielle de Souza da Silva Bezerra, brasileira, casada, estudante, residente à Rua Zeferino Neto, 01 - centro - Rio Novo do Sul/ES, RG 119.413.11-0/RJ (Assinatura legível); TESOUREIRO: Josimar Scherrer Bezerra, brasileiro, casado, auxiliar de escritório, residente à Rua Estrada de São Caetano, s/nº - centro - Rio Novo do Sul/ES, RG 1.109.169-ES (Assinatura ilegível); DIRETOR ARTÍSTICO: Alexandre Venâncio de Souza, brasileiro, casado, eletricitista, residente à Rua Volpato, s/nº - centro - Rio Novo do Sul/ES, RG 035.718.777-64 (Assinatura ilegível); DIRETOR DE PATRIMÔNIO: Alzerino da Silva Nunes, brasileiro, casado, comerciante, residente à Rua Mirandolina de Oliveira, 28 - centro - Rio Novo do Sul/ES, RG 201.251-ES e CPF 420.707.917-34 (Assinatura ilegível). A Assembléia Geral elege em 01/10/2003, o Conselho Fiscal, para o Mandato de 03 (três) anos, sempre eleito junto a Diretoria Executiva: 1 - Jucelino Ferreira, brasileiro, casado, comerciante, residente à Rua Antônio Brandão, 13, Bairro Santo Antônio - Rio Novo do Sul/ES, CPF 494.062.727-68; 2 - Eliomar Passos dos Santos, brasileiro, casado, Pintor Autônomo, residente à Rua Antônio Brandão, s/nº - Bairro Santo Antônio - Rio Novo do Sul/ES, RG 962.262-ES; 3 - Jacson de Souza Rohr, brasileiro, solteiro, balconista, residente à Rua Luiz Huller, s/nº - Centro - Rio Novo do Sul/ES - CPF 085.078.107-80 e RG 1.722.228/ES. **CONSELHO COMUNITÁRIO**: MÁRIO RESSONI DIAS; ROGÉRIO AMARAL; FREDERICO CESÁRIO MORAES SCHEIDEGGER; ANILDO DA SILVA ARARIBA; JACSON DE SOUZA ROHR. Apresentou Ofício nº 031/2003 solicitando a averbação da Diretoria Executiva em data de 02 de outubro de 2003. Idênticos documentos encontra-se em via arquivada em Cartório. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul/ES., 08 (oito) de outubro de 2003 (dois mil e três). =/= /=

OFICIALA;

Julia Elisabeth Bottecchia Barcelos
 Julia Elisabeth Bottecchia Barcelos

AV:3-50

DATA: 21 de fevereiro de 2005.

De acordo com a Ata nº 64 da Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 14 (quatorze) de abril de 2004 (dois mil e quatro), a qual fica arquivada neste Cartório, o **PRESIDENTE**: Adelson Gomes da Silva pede o seu afastamento do seu cargo, passando a ser assumido pelo seu **VICE-PRESIDENTE**: EMERSOM SCHERRER BEZERRA, bem como o **TESOUREIRO**: Josimar Scherrer Bezerra. Idênticos documentos ficam arquivados neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul/ES., 21 (vinte e um) de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco). =/= /=

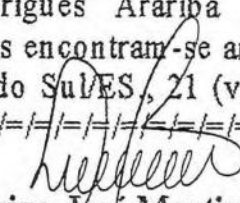
SUBSTITUTO LEGAL:

Rodrigo José Martins Hoffman
 Rodrigo José Martins Hoffman

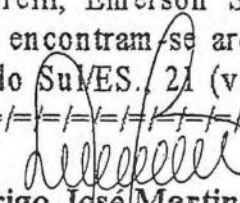
Julia Elisabeth Bottecchia Barcelos - Lº A
 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - Lº A
 RIO NOVO DO SUL - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 OFICIALA

**AV: 4-50****DATA: 21 de fevereiro de 2005.**

De acordo com a Ata nº 77 da Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, realizada em 20 (vinte) de janeiro de 2005 (dois mil e cinco), a qual fica arquivada neste Cartório, tendo como Pauta: Eleição do Presidente, Vice-Presidente, ficando assim constituída: **PRESIDENTE:** Danil Rodrigues Arariba e **VICE-PRESIDENTE:** Jucerlino Ferreira. Idênticos documentos encontram-se arquivados neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul, 21 (vinte e um) de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco). =/=

SUBSTITUTO LEGAL:
Rodrigo José Martins Hoffman**AV: 5-50****DATA: 21 de fevereiro de 2005.**

De acordo com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, realizada em 24 (vinte e quatro) de janeiro de 2005 (dois mil e cinco), a qual fica arquivada neste Cartório, tendo como pauta a eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Comunitário e Conselho de Ética, para mandato de 03 (três) anos, ficando assim constituída: **SECRETÁRIO:** Frederico Cesário Moraes Scheidegger; **TESOUREIRO:** Aloisam Pereira Peixoto; **DIRETOR DE PATRIMÔNIO:** Alzerino da Silva Nunes; **DIRETOR ARTÍSTICO:** Alexandre Venâncio de Souza; **CONSELHO FISCAL:** Alzimar Ferreira Nunes, Inaldo Polonini Morelli e Jacson de Souza Rohr; **CONSELHO COMUNITÁRIO:** Mário Ressonni Dias, Valdelino Grancieri, Jorge Penaforte Menegardo, Marinete Menegardo Zambi do Espírito Santo e Daniel da Silva; **CONSELHO DE ÉTICA:** Frederico Cesário Moraes Scheidegger, Jucerlino Ferreira, Inaldo Polonini Morelli, Emerson Scherrer Bezerra e Alzerino da Silva Nunes. Idênticos documentos encontram-se arquivados neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul, 21 (vinte e um) de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco). =/=

SUBSTITUTO LEGAL:
Rodrigo José Martins Hoffman**AV: 6-50****DATA: 12 de fevereiro de 2008.**

De acordo com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, realizada no dia 10 (dez) de janeiro de 2008 (dois mil e dois), a qual fica arquivada neste Cartório, foi realizada a eleição da Diretoria Executiva, do Conselho Comunitário, bem como Emenda do Estatuto, a saber: A Assembléia Geral aprovou e os artigos 9º, 10º e 16º que passarão a ter a seguinte redação: **Art. 9º - O Mandato da Diretoria Executiva será de 05 (cinco) anos a contar de 20 de janeiro de 2008. Art. 10º - A Diretoria Executiva será composta de 05 cargos, a saber: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro e Diretor de Patrimônio. Art. 16º-C) Responder em juízo pela entidade, autorizar ou não atos administrativos da rádio, fiscalizar e coordenar a programação, suspender de imediato qualquer programa que esteja ferindo dispositivos legais, autorizar ou não qualquer**

DATA 12 de fevereiro de 2008

050



50

RIO NOVO DO SUL - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Bercelos

Julia Elisabeth
OFICIALA

pedido de inserção na programação da rádio, coordenar e fiscalizar carga horária e trabalho do quadro de funcionários, nomear o Diretor de Programação que poderá receber pró-labore de acordo com a Diretoria Executiva. E conforme aprovação, ficando assim constituída: **PRESIDENTE:** Danil Rodrigues Arariba, brasileiro, casado, funcionário público municipal, inscrito no CPF sob o nº 892.430.647-20 e portador do RG nº 735.015/ES, residente na Rua Projetada, s/nº, Borsoi; **VICE-PRESIDENTE:** Jucerlino Ferreira, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 494.062.727-68 e portador do RG nº 368.512/ES, residente na Rua Antônio Brandão, s/nº, Bairro Santo Antônio; **SECRETÁRIO GERAL:** Sebastião Luiz Garcia, brasileiro, divorciado, funcionário público municipal, inscrito no CPF sob o nº 688.506.897-72 e portador do RG nº 502.584-SSP/ES, residente na Rua Volpato, nº 33, centro; **TESOUREIRO:** Daniel da Silva, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 082.708.327-07 e portador do RG nº 2.345.813-SPTC/ES, residente na Rua Duque de Caxias, s/n - centro; **DIRETOR DE PARTIMÔNIO:** Adelson Gomes da Silva, brasileiro, divorciado, mecânico, inscrito no CPF sob o nº 707.657.667-87 e portador do RG nº 609.979/ES, residente na Rua Abess Alli, s/n, todos residentes neste município de Rio Novo do Sul/ES. **CONSELHO COMUNITÁRIO:** Jorge Penaforte Menegardo, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 479.511.177-49 e portador do RG nº 403.100/ES, residente na Rua Duque de Caxias, s/n; Valdicéia da Conceição Ferreira, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 007.783.697-90 e portadora do RG nº 983.993-ES, residente na Rua Antônio Brandão, s/nº; Adelson Gomes da Silva, já acima qualificado; Graciane Moreli da Silva, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 106.139.017-97 e portadora do RG nº 2.345.773-SPTC/ES, residente na Rua Duque de Caxias, s/nº; Rogério Amaral, brasileiro, casado, autônomo, inscrito no CPF sob o nº 605.520.186-00 e portador do RG nº M-4.654.633/MG, residente na Rua Luiz Uller, s/nº, centro, todos residentes em Rio Novo do Sul/ES. Apresentou os seguintes documentos: Requerimento datado de 15 (quinze) de janeiro de 2008 (dois mil e oito) assinado pelo Presidente e com Firma Reconhecida; Ata Digitada da Assembleia Geral Extraordinária; Cópia da Emenda do Estatuto; Declaração de que respeitou o prazo previsto para o Edital de convocação dos associados; Cópia dos CPF e RG dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário. Idênticos documentos encontram-se arquivados neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Rio Novo do Sul/ES., 12 (doze) de fevereiro de 2008 (dois mil e oito). =/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=

SUBSTITUTO LEGAL:



Rodrigo José Martins Hoffman

AV:7-50**DATA: 08 DE MARÇO DE 2010.**

De acordo com a Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, ocorrida aos 09 (nove) dias do mês de fevereiro de 2010 (dois mil e dez), que fica arquivada neste Cartório, foram realizadas Emendas ao Estatuto da Associação, em atendimento ao Ofício n.º 227/2010/RADCOM/DOS/SSCE-MC, datado de 14 de janeiro de 2010, com a eleição do Conselho Comunitário, conforme se segue: O Art.12º: passa a vigorar com



a seguinte redação: **Art. 12º** - O Conselho Comunitário será composto por (06) seis membros, a saber: Um Presidente, Vice-presidente, Secretário e 03 (três) membros; acrescido do parágrafo 1º, parágrafo 2º e parágrafo 3º com as seguintes redações:

Parágrafo 1º - Os Membros do Conselho Comunitário deverão ser representantes de entidades da Comunidade local tais como: Associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Parágrafo 2º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da Outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como na sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por Lei.

Parágrafo 3º - A Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Emenda ao Estatuto Social **Capítulo 7º**, conforme disposições constantes do art. 59 *caput* e parágrafo único, artigo 60 para associações comunitárias, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, passando o **parágrafo 2º** do referido artigo a vigorar com a seguinte redação: A) A Assembléia Geral ocorrerá para avaliação e prestação de contas da Diretoria, para alterações estatutárias ou destituição dos Dirigentes bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário. B) para as deliberações que se referem à destituição dos administradores e alteração do estatuto é exigida deliberação da Assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo *quorum* mínimo deverá contar da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos, bem como os critérios de eleição dos administradores. C) A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente por, um quinto dos Associados.

Emenda ao Estatuto Social, a **letra "d" do artigo 28** passando a vigorar com a seguinte redação: d) patrocínio sob forma de apoio cultural. Emenda ao Estatuto Social, **excluindo a letra "c" do artigo 29**.

Feita a eleição do **CONSELHO COMUNITÁRIO**, com o mandato igual ao da Diretoria Executiva, ficou assim constituído: Presidente: Adelson Gomes da Silva, representante da Associação de Moradores de Quarteirão de Santana. Vice-Presidente: Jorge Penaforte Menegardo, representante da Associação Empresarial de Rio Novo do Sul; Secretária: Graciane Moreli da Silva, representante da Associação Sul Espírito Santense das Igrejas Adventistas do 7º dia; Membros: Rogério do Amaral, representante da Liga desportiva Rionovense; Valdiceia da Conceição Ferreira, representante da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora da Penha; Alexandre Scheidegger da Conceição, representante da Igreja Universal do Amor de Deus. Todas as emendas foram aprovadas por unanimidade dos Associados Presentes, dando-se por encerrada a Assembléia. Apresentaram-se os seguintes documentos: requerimento datado de 11 (onze) de fevereiro de 2010 (dois mil e dez) assinado pelo Presidente e com firma reconhecida; ata digitada da Assembléia Geral Extraordinária, constando as Emendas ao Estatuto e

OPTICIAN, A

OFICIALA: Pollyana Vieira de Oliveira
Pollyana Vieira de Oliveira

[illegible]

OFICIALA: *Pollyana Vieira de Oliveira*
Pollyana Vieira de Oliveira

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização
023093 ZTJ120200614

Emolumentos:	R\$0,00	Taxas:	R\$0,00	Total:	R\$0,00
--------------	---------	--------	---------	--------	---------

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

De acordo com a Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, realizada no dia 18 (dezoito) de setembro de 2012 (dois mil e doze), após convocação no prazo devido, verificado o quórum legal, procedeu-se à eleição e posse da **Diretoria Executiva**, para um mandato de 05 (cinco) anos, que ficou assim constituída: **Presidente: Danil Rodrigues Arariba**, já qualificado, porém com residência e domicílio alterados para: Rua Ana Rosa Fernandes, s/nº, Bairro Borsoi, Rio Novo do Sul/ES; **Vice-Presidente: Daniel da Silva**, já qualificado, porém com residência e domicílio alterados para: Rua Capitão Bley, nº 17, centro, Rio Novo do Sul/ES, e a profissão alterada para Técnico de Instalação em



internet; **Tesoureira: Graciane Moreli da Silva**, já qualificada, porém com residência e domicílio alterados para: Rua Capitão Bley, centro, Rio Novo do Sul/ES, e a profissão alterada para auxiliar de serviços gerais; **Secretário: Sebastião Luiz Garcia**, já qualificado, porém com residência e domicílio alterados para: Rua Projetada, s/nº, Rio Novo do Sul/ES; **Diretor de Patrimônio: Adelson Gomes da Silva**, já qualificado, porém com residência e domicílio alterados para: Rua Getúlio de Oliveira, s/nº, centro, Rio Novo do Sul/ES. As referidas qualificações constam da AV: 6-50. **Apresentaram-se os seguintes documentos:** 1) requerimento de averbação assinado pelo Presidente, com firma reconhecida em Cartório em 08.10.2012; 2) uma via da ata digitada da Assembleia Geral Extraordinária, subscrita pelos presentes; 3) lista contendo os nomes e qualificações dos membros eleitos, firmada pelo Presidente; 4) cópia do edital de convocação; 5) lista de associados. Idênticos documentos encontram-se arquivados neste Cartório. O referido é verdade e dou fé. FUNEPJ: R\$ 2,44. Rio Novo do Sul/ES, 10 (dez) de outubro de 2012 (dois mil e doze)./=/=/=/=/=/=

A OFICIALA: *Pollyana Vieira de Oliveira*
Pollyana Vieira de Oliveira

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização
023093 ZTJ120200613

Emolumentos: R\$58,09 Taxas: R\$17,07 Total: R\$75,16

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

AV: 10 - 50

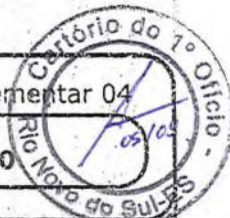
DATA: 26 de fevereiro de 2015.

DENOMINAÇÃO, SEDE, REFORMA ESTATUTÁRIA, REGULARIZAÇÃO DE MANDATO:

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada aos 22 (vinte e dois) dias do mês de outubro de dois mil e quatorze (2014), foi aprovada por unanimidade a denominação da associação objeto deste registro, como sendo: **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM**, ficando consignado que a associação atualmente é sediada na Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul/ES. =====

Reforma Estatutária: Após leitura e discussão da minuta do Estatuto apresentada, a assembleia aprovou a reforma e consolidação do Estatuto que disciplinará o funcionamento da entidade, por unanimidade, com o seguinte texto: **"ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM**
CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE e DURAÇÃO Art. 1º. A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, assim denominada, neste estatuto designada, simplesmente, de Associação, fundada em 19 de maio de 1997, com sede e foro no Município de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, inscrita no CNPJ sob o nº 02.309.551/0001-67, é uma associação civil, autônoma, de direito privado, sem fins econômicos, constituída por tempo indeterminado, composta de número ilimitado de associados, sem qualquer distinção de crença, raça, cor, sexo, preferência partidária, categoria social ou financeira, profissão, e reger-se-á pelo presente estatuto e normas de direito que lhes são aplicáveis. **CAPITULO II DAS FINALIDADES Art. 2º.** Constituem finalidades da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM: I- Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicação; II- Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas; III- Dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; IV- Oferecer mecanismos à formação e

DATA 22 de dezembro de 1999.



integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; V- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; VI- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; VII- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível; VIII- Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse; IX- Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão, observada a legislação vigente; X- Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos; XI- Organizar um arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral; XII- Promover continuamente o debate, objetivando o avanço dos projetos comunitários; XIII- Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária de acordo com o disposto neste Estatuto e conforme a legislação vigente.

CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS Seção I – Da admissão, demissão e exclusão Art. 3º. Serão admitidos como associados da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM todo e qualquer cidadão maior de 18 (dezoito) anos, domiciliado na área de execução do serviço de radiodifusão, que serão admitidos gratuitamente, a juízo do Presidente da Associação, dentre pessoas idôneas, devendo o interessado: I- Apresentar a cédula de identidade; II- Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos; III- Ter idoneidade moral e reputação ilibada; IV- Caso seja "associado contribuinte", assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas. § 1º. Fica assegurado a todos os Associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias e no gozo de seus direitos sociais, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, salvo aos cargos da Diretoria Executiva, que somente poderão ser ocupados por brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da Associação, nas instâncias deliberativas existentes. § 2º. Fica assegurado o ingresso gratuito, como associados, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço de radiodifusão, desde que devidamente identificadas, conferindo-lhes, inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da Associação, nas instâncias deliberativas existentes.

Art. 4º. O quadro social será composto por número ilimitado de associados e colaboradores. Os associados são distribuídos nas seguintes categorias: I- **Associados Fundadores:** os que ajudaram na fundação da Associação e que tenham assinado a respectiva ata de fundação; II - **Associados Beneméritos:** os que contribuem com donativos e doações; III- **Associados Contribuintes:** os que contribuem, mensalmente, com a quantia fixada pela Assembleia Geral; IV - **Associados Beneficiados:** os que recebem gratuitamente os benefícios alcançados pela entidade, junto aos associados contribuintes, órgãos públicos e privados. **Parágrafo único.** São colaboradores da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM as pessoas ou organizações afins, definidas em Assembleia Geral, somente com direito a voz. **Artigo 5º.** É permitida a **demissão** do Associado, desde que manifestada por escrito, diretamente à Presidência da Diretoria Executiva, e que esteja em dia com as obrigações estatutárias. **Parágrafo único.** Os associados que se desligarem do quadro social na forma deste artigo poderão ser readmitidos, mediante aprovação da Assembleia Geral. **Art. 6º.** A **exclusão** do Associado dar-se-á, automaticamente, por morte física ou incapacidade civil não suprida. **Parágrafo único.** A exclusão também será aplicada pela Diretoria Executiva ao Associado nas hipóteses do inciso III, do art.10, c/c art. 11, deste Estatuto. **Seção II – Dos direitos, deveres e responsabilidades Art. 7º.** São direitos do Associado: a) gozar de todas as

vantagens e benefícios que a Associação venha a proporcionar; b) participar das Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, com direito a voz e voto sobre os assuntos que nelas se tratarem; c) participar de qualquer promoção levada a efeito pela Associação; d) apresentar moções, propostas e reivindicações a qualquer dos órgãos da Associação; e) ter acesso aos livros e documentos da Associação, nas suas épocas próprias; f) solicitar, a qualquer tempo, esclarecimento e informações sobre as atividades da Associação, propondo medidas que julgar de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento; g) solicitar a convocação de Assembleia Geral, e dela participar, nos termos e condições previstos neste Estatuto; h) solicitar sua demissão da Associação quando lhe convier; i) recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Comunitário; j) desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Associação ou através de convênio. **Art. 8º.** São deveres do Associado:

a) observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Assembleia Geral e cumpridas pela Diretoria Executiva; b) respeitar os compromissos assumidos para com a Associação; c) exercer os cargos para os quais foram eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados; d) ao associado contribuinte, pagar pontualmente a contribuição associativa, fixada pela Assembleia Geral, até o último dia útil do mês de competência; e) colaborar com sua participação ativa e por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e o progresso da Associação e da comunidade em geral; f) comparecer por ocasião das eleições; g) votar por ocasião das eleições; h) denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências. **Art. 9º.** Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da Diretoria Executiva e Conselho Comunitário, não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação. **Art. 10.** Os associados que infringirem as normas estatutárias estarão sujeitos a penalidades, que serão aplicadas pela Diretoria Executiva, garantidos o contraditório e a ampla defesa, e poderá constituir-se em: I- Advertência por escrito, em caráter confidencial; II- Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano: a) Aos reincidentes em infração punida com advertência; b) Aos que estejam em atraso, há três meses ou mais, no pagamento de contribuições associativas. III- Exclusão do quadro social: a) Aos reincidentes em infração punida com suspensão; b) Em havendo justa causa. **§ 1º.** Da penalidade aplicada caberá recurso a ser apresentado e apreciado em Assembleia Geral Extraordinária, o qual não terá efeito suspensivo. **§ 2º.** A pena de suspensão não isenta o associado de suas obrigações. **Art. 11.** A exclusão de associado em havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, se dará quando ficar comprovada a ocorrência de: I- Violação do estatuto social; II- Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados; III- Atividades contrárias às decisões das Assembleias Gerais; IV- Desvio dos bons costumes; V- Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais. **§ 1º.** Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento desta, apresente sua defesa prévia. **§ 2º.** Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente, da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores. **§ 3º.** Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral Extraordinária, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que tomar ciência da decisão de sua exclusão, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral. **§ 4º.** Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for. **§ 5º.** O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação. **CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS Art. 12.** São órgãos

DATA 22 de dezembro de 1999.

50

RIO NOVO DO SUL - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Polyana Vieira de Oliveira
Oficiala

da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM: I- Diretoria Executiva; II- Conselho Comunitário. **Parágrafo único.** A entidade não remunera, sob qualquer forma, os membros de sua diretoria e conselho comunitário, bem como as atividades de seus associados, cuja atuação são inteiramente gratuitas. **CAPÍTULO V DA DIRETORIA EXECUTIVA Art. 13.** A Diretoria Executiva, órgão administrativo da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, é composta por: I- Presidente; II- Vice-Presidente; III- Secretário Geral; IV- Tesoureiro; V- Diretor de Patrimônio. **§ 1º.** O mandato da Diretoria Executiva é de 04 (quatro) anos, podendo seus membros serem reconduzidos uma única vez para o mesmo cargo. **§ 2º.** A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente de 06 (seis) em 06 (seis) meses, por convocação do Presidente, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por convocação daquele. **§ 3º.** As reuniões da Diretoria Executiva serão presididas pelo Presidente. **Art. 14.** Compete à Diretoria Executiva: I- Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as decisões tomadas pela Assembleia Geral; II- Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social; III- Acolher quaisquer reclamações dos associados; IV- Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos realizados pela Associação; V- Prestar contas anualmente à Assembleia Geral Ordinária das atividades financeiras da Associação referentes ao exercício anterior; VI- Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remuneração; VII- Exonerar a pedido ou por motivos relevantes, associados do quadro social; VIII- Autorizar a aquisição de equipamentos; IX- Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da Associação; X- Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implantados e/ou administrados pela Associação; XI- Interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos, "ad referendum" da Assembleia Geral; XII- Analisar as doações feitas à Associação, devendo aceitá-las ou não, respeitando o disposto no § 1º, do Art. 37, deste Estatuto; XIII- Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral. **Parágrafo único.** As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. **Art. 15.** Caberá a cada diretor, individualmente: I- Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas; II- Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce; III- Representar a Associação, externamente, sempre que designado pela Diretoria; IV- Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções. **Art. 16.** Compete ao Presidente: I- Representar a Associação, ativa e passivamente, perante a órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, seja em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário; II- Assinar documentos oficiais da Associação, inclusive, contratos e/ou convênios; III- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva; IV- Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias; V- Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis; VI- Examinar e assinar com o Tesoureiro, balancetes mensais e balanços; VII- Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas das reuniões da Diretoria e das sessões da Assembleia Geral; VIII- Receber doações; IX- Alienar, mediante prévia anuência da Assembleia Geral, bens pertencentes à Associação que sejam obsoletos ou sem utilidade para a comunidade; X- Assinar, com o Secretário, as correspondências da Associação; XI- Aprovar propostas de inscrição de associados; XII- Autorizar ou não os atos administrativos da Associação; XIII- Fiscalizar e coordenar a programação da Associação e suspender de imediato qualquer programa que esteja ferindo os termos deste Estatuto ou a legislação vigente; XIV- Autorizar ou não pedido de inserção na programação da Associação; XV- Coordenar e fiscalizar carga horária e trabalho do quadro de funcionários da entidade; XVI- Nomear o Diretor de Programação, que poderá receber pró-labore de acordo com a decisão

da Diretoria Executiva. **Parágrafo único.** As propostas de inscrição de associados acaso não aprovadas deverão ser submetidas, com as justificativas cabíveis, à Diretoria Executiva para exame. **Art. 17.** Compete ao Vice-Presidente: I- Substituir legalmente o Presidente, em suas faltas e impedimentos; II- Assumir o cargo de Presidente em caso de vacância, até o término do mandato; III- Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente; IV- Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto. **Art. 18.** Compete ao Secretário Geral: I- Organizar e dirigir todos os assuntos de Secretaria da Associação; II- Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e as sessões da Assembleia Geral, lavrando e assinando, juntamente com o Presidente, as respectivas atas; III- Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente; IV- Elaborar relatório descritivo das atividades desenvolvidas pela Associação ao final de cada ano; V- Manter os documentos e o arquivo da Associação em dia; VI- Manter o cadastro de associados atualizados; VII- Manter sob o seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Associação. **Art. 19.** Compete ao Tesoureiro: I- Manter sob o seu controle toda a movimentação financeira da Associação; II- Efetuar os pagamentos e recebimentos devidos à Associação; III- Apresentar à Diretoria Executiva no final de cada semestre, um relatório sobre as atividades financeiras do período; IV- Apresentar os balancetes à Diretoria; V- Zelar pela ordem financeira e contábil da Associação; VI- Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis; VII- Supervisionar e ter sob o seu controle a escrituração contábil da Associação; VIII- Manter, em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva; IX- Assinar, juntamente com o Presidente, balancetes mensais e balanços; X- Outras atribuições que venham a ser estabelecidas pela Assembleia Geral ou Diretoria Executiva. **Art. 20.** Compete ao Diretor de Patrimônio: I- Manter sob o seu controle todo o patrimônio da Associação, quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral; II- Implementar o arquivo histórico da Associação.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO COMUNITÁRIO **Art. 21.** O Conselho Comunitário, órgão fiscalizador da programação da Associação, será composto por 05 (cinco) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral dentre pessoas representantes da comunidade local, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no Art. 4º, da Lei nº 9.612/98. **§ 1º.** Os membros do Conselho Comunitário deverão ser representantes de entidades da comunidade local, tais como, associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria Associação executora do serviço de radiodifusão, desde que legalmente constituídas. **§ 2º.** O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. **§ 3º.** A Associação deverá manter disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário. **§ 4º.** O Conselho Comunitário poderá convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, desde que o assunto seja referente à programação da emissora. **§ 5º.** O Conselho Comunitário reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente sempre que se fizer necessário, por convocação do Presidente da Associação, ou pela maioria de seus membros. As decisões deverão ser tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da Associação, em caso de empate, o voto de qualidade. **Art. 22.** O mandato do Conselho Comunitário será coincidente com o mandato da Diretoria, podendo seus membros ser reconduzidos uma única vez para o mesmo cargo. **CAPÍTULO VII DO MANDATO** **Art. 23.** As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Comunitário realizar-se-ão, conjuntamente, de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, por chapa

DATA 22 de dezembro de 1999.

completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral. § 1º. Em caso de renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva, e demais casos que resultem em vacância, o cargo será preenchido conforme previsão deste Estatuto; nos casos omissos, bem como para os cargos do Conselho Comunitário, far-se-á eleição para preenchimento da vaga até o término do mandato, devendo o eleito completar o período do seu antecessor. § 2º. O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria da Associação, a qual, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembleia Geral. § 3º. Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Comunitário, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria Executiva ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária, que elegerá uma comissão provisória composta por 05 (cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da referida Assembleia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes. **CAPÍTULO VIII DA ASSEMBLEIA GERAL Art. 24.** A Assembleia Geral é órgão máximo e soberano da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM e se compõe de todos os associados no pleno gozo de seus direitos, tendo facultado o direito de resolver, dentro da lei e dos dispositivos estatutários, todos os assuntos concernentes às atividades e fins da entidade. **Art. 25.** Compete à Assembleia Geral: I- designar um presidente e um secretário para coordenar a Assembleia Geral, nos casos previstos neste Estatuto (artigo 30, segunda parte); II- Reformar o presente Estatuto Social; III- Eleger ou destituir a qualquer tempo membros da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário; IV- Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais; V- Decidir sobre a dissolução da entidade, nos termos do artigo 39; VI- Fixar o valor da contribuição dos associados; VII - Deliberar sobre a prestação de contas da Diretoria Executiva; VIII - Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto. **Art. 26.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente: I- uma vez por ano, no decorrer do mês de janeiro, para discutir e homologar as contas da Diretoria Executiva referentes ao exercício anterior; fixar o valor da contribuição dos associados; tomar conhecimento das ações da Diretoria; e II- a cada quatro anos, sempre na terceira terça-feira do mês de setembro, para **eleição e posse** da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário. **Art. 27.** A Assembleia Geral poderá ainda se reunir, sempre que as necessidades da comunidade a exigirem, extraordinariamente, quando convocada: I- Pelo Presidente; II- Pela Diretoria; III- Pelo Conselho Comunitário, sendo que nesta hipótese, exclusivamente, quando se tratar de assunto referente à programação da emissora; IV- Por requerimento de um quinto dos associados quites com suas obrigações sociais. **Art. 28.** Compete à Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, **a destituição de membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Comunitário**, sendo, neste caso, necessário o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, somente podendo haver deliberação, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos Associados, ou, em segunda chamada, meia hora após a primeira, com um mínimo de 1/3 (um terço) dos Associados, sendo admissível somente em havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado: I- Malversação ou dilapidação do patrimônio social; II- Grave violação deste estatuto; III- Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação; IV- Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação; V- Conduta duvidosa. § 1º. Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação; § 2º. Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da



apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, onde será garantido o amplo direito de defesa. **§ 3º.** O processo de apuração de responsabilidades, relativa a um membro ou vários componentes da Diretoria Executiva ou do Conselho Comunitário, em caso de agirem em fraude ou de má fé no exercício de seus respectivos mandatos, poderá ter início através de denúncia formulada por um terço dos associados, formalizada por escrito e endereçada a um membro da Diretoria Executiva da Associação, para as providências cabíveis. **§ 4º.** Ocorrendo destituição, que possa comprometer a regularidade administrativa e financeira da Associação, a Assembleia poderá designar uma Comissão Provisória, de no mínimo 05 (cinco) membros, até a eleição e posse dos novos diretores e conselheiros, dentro dos prazos fixados no presente Estatuto. **Art. 29.** As Assembleias Gerais deverão ser convocadas pelo Presidente da Associação, Diretoria Executiva, Conselho Comunitário ou por 1/5 (um quinto) dos associados, através de edital afixado na sede da Associação, com divulgação de pelo menos 4 (quatro) chamadas diárias durante a programação da Rádio; as Ordinárias com antecedência mínima de 15 (quinze) dias; e as Extraordinárias com antecedência mínima de 8 (oito) dias de sua realização. **§ 1º.** As Assembleias Gerais realizar-se-ão em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos associados; em segunda convocação, a ser realizada trinta minutos após a primeira, com qualquer número de presentes, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto. **§ 2º.** Quando a Assembleia Geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de 3 (três) dias, contados da data de entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a Assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação. **§ 3º.** Serão tomadas por escrutínio secreto ou por aclamação as deliberações que envolvam eleições da diretoria e conselho comunitário, e por escrutínio secreto o julgamento dos atos da diretoria quanto à aplicação de penalidades. **Art. 30.** Preside a Assembleia Geral o presidente da Associação ou, nos casos de ausência e/ou, em havendo impedimento deste, por qualquer associado escolhido por aclamação dos presentes. **CAPÍTULO IX DAS ELEIÇÕES Art. 31.** O Presidente da Associação, 15 (quinze) dias antes do término do mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário, deverá afixar na sede da Associação, com divulgação de pelo menos 4 (quatro) chamadas diárias durante a programação da Rádio, o Edital de Convocação para as eleições, que conterà obrigatoriamente: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamadas, ordem do dia, e o nome de quem a convocou. **Art. 32.** O requerimento para o registro de chapa deverá conter o nome completo dos candidatos, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, identidade e CPF, bem como o cargo a que concorre. **Art. 33.** A condição para votar e ser votado é ser associado com direito a voto e estar em gozo de seus direitos sociais, entretanto, para concorrer aos cargos da Diretoria Executiva é necessário ser brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos. **Art. 34.** A eleição para membros da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário dar-se-á por votação direta e secreta ou por aclamação. **Art. 35.** Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votos dos associados presentes às eleições, respeitados os quóruns previstos no §1º, do artigo 29, deste Estatuto, para primeira e segunda convocações. **Art. 36.** A posse da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário eleitos dar-se-á subsequentemente à apuração dos votos e conhecimento do resultado, na mesma Assembleia. **CAPÍTULO X DO PATRIMÔNIO Art. 37.** O patrimônio da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM será constituído e mantido por: I- Contribuições pagas pelos associados; II- Doações e subvenções públicas ou privadas; III- Bens móveis e imóveis que venham a ser adquiridos com recursos próprios ou doações; IV- Convênios e doações provenientes de Organizações Públicas, Privadas, Municipais, Estaduais e Nacionais; V- Receitas provenientes de eventos e campanhas realizados pela Associação, desde que revertidos

DATA 22 de dezembro de 1999.

50

RIO NOVO DO SUL - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Polyana Vieira de Oliveira
Oficial

totalmente em benefício desta; VI- Verbas provenientes de subsídio oficial; VII- Contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador; VIII- Patrocínio, sob forma de apoio cultural, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida pelo serviço de radiodifusão; IX- Outras receita, de qualquer natureza, recebidas ou por ela adquiridas. **§ 1º.** Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Associação. **§ 2º.** Todas as doações serão analisadas pela Diretoria Executiva, que poderá aceitá-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior. **§ 3º.** Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após solicitação por escrito ou por força judicial. **§ 4º.** Nenhum bem móvel ou imóvel, pertencentes ao patrimônio social da Associação, se reverterá em benefício próprio de associados. **§ 5º.** Bens móveis e imóveis poderão ser adquiridos e/ou vendidos pela Associação, através do Presidente, após a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente, convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação. **§ 6º.** Os bens da Associação terão total desvinculação dos bens dos diretores e associados. **§ 7º.** Não haverá, em hipótese alguma, a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados. **Art. 37-A.** As despesas da Associação poderão ser destinadas ao pagamento de: I- despesas operacionais, tais como, aluguel de bens móveis e imóveis, água, luz, internet, telefone, compra de equipamentos, discos, fitas, CDs, entre outras necessárias à manutenção das atividades institucionais da Associação; II- mão-de-obra para assessoria técnica ou jurídica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore; III- funcionários, cuja contratação dependerá da aprovação da Diretoria Executiva; IV- patrocínios a projetos ou atividades com fins comunitários. **Parágrafo único.** A Diretoria Executiva é responsável pela boa aplicação dos recursos financeiros da entidade, bem como a preservação dos seus objetivos, devendo cuidar para que não haja desvio quanto a sua finalidade. **CAPÍTULO XI DA PROGRAMAÇÃO MÍNIMA DA ASSOCIAÇÃO** **Art. 38.** Minimamente, a programação da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM deverá constar de: I- tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para a divulgação de seus trabalhos e reivindicações de quaisquer condições, observada a adequação de horário na programação; II- reserva de espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade; III- reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro das especificações técnicas definidas pelo Diretor de Programação. Esse espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico. **§ 1º.** É proibido o uso de qualquer horário com fins político-partidários, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito, por escrito, pela Associação a todos e protocolado. À exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da lei. **§ 2º.** É proibido o uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria Executiva. **§ 3º.** Toda a irradiação deverá ser gravada e mantida em arquivo durante as vinte e quatro horas subsequentes ao encerramento dos trabalhos diários da emissora, devendo também ser conservados em arquivo, durante sessenta dias, os textos dos programas, inclusive noticiosos, devidamente autenticados pelo responsável legal da entidade. **§ 4º.** As gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas, pronunciamentos da mesma natureza e qualquer irradiação não registrada em texto deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de 20 (vinte) dias, a partir da transmissão. **§ 5º.** O Diretor de Programação a que se refere o inciso III, deste artigo, bem como o inciso XVI, do Artigo 16, deste Estatuto, é o responsável final pela emissão dos

programas transmitidos pela emissora, tendo em vista sua qualidade e a adequação dos horários de transmissão, cabendo a ele: I- coordenar, organizar e definir, junto com o Presidente da Associação, a programação da emissora; II- suspender de imediato os programas que ferirem os preceitos deste Estatuto e demais normas que regem a matéria; III- autorizar ou não a transmissão de novos programas, vinhetas ou anúncios de utilidade pública na programação da emissora. **Art. 38-A.** A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM atenderá, em sua programação, aos seguintes princípios: I- preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; II- promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida; III- respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; IV- não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias. **§ 1º.** É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação da emissora. **§ 2º.** As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados. **§ 3º.** Qualquer cidadão da comunidade atendida pelo serviço de radiodifusão da Associação terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado ao Presidente da Rádio.

CAPÍTULO XII DA DISSOLUÇÃO Art. 39. A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados. **Parágrafo único.** Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade assistencial congênere, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante no município de Rio Novo do Sul/ES e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes, a ser definida pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO XIII**

DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 40. As atividades dos Diretores e Conselheiros da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, bem como as dos Associados serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, bonificação ou vantagens no exercício do cargo. **Art. 41.** As rendas, recursos e eventuais resultados operacionais serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da Associação. **Art. 42.** A associação não poderá intervir em assuntos religiosos ou político-partidários. **Art. 43.** O presente estatuto social poderá ser reformado, no todo ou em parte, inclusive quanto à administração, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente, convocada para este fim, composta de associados contribuintes e que estejam em dia com suas obrigações sociais, mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados, e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número de associados. **Art. 44.** Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembleia Geral. **Art. 45.** Este Estatuto, para os fins de direito, consolida e altera o anterior, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, em 22 de dezembro de 1999, sob o n.º 50, Livro "A" – Registro Civil das Pessoas Jurídicas. **Art. 46.**

DATA 22 de dezembro de 1999.

50

RIO NOVO DO SUL - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pollyana Vieira de Oliveira
Oficial

Este Estatuto entra em vigor na data da sua aprovação, revogadas as disposições em contrário. Rio Novo do Sul/ES, 22 de outubro de 2014. DANIL RODRIGUES ARARIBA Presidente SEBASTIÃO LUIZ GARCIA Secretário MÁRCIA BORTOLOTTI WETLER Advogada - OAB/ES 9.327" (assinaram). As firmas do presidente e do secretário foram reconhecidas em Tabelionato de Notas aos 20 de fevereiro de 2015. =====

Regularização de mandato: A seguir o Presidente esclareceu que a atual Diretoria Executiva, constituída na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de setembro de 2012, foi eleita para um mandato de cinco anos, entretanto, com a atual reforma do Estatuto e em obediência aos dispositivos legais que regem a matéria, em especial a Norma do Ministério das Comunicações nº 01/2011, o **mandato** dos membros da diretoria é **limitado ao máximo de quatro anos**, sendo admitida uma recondução ao mesmo cargo. Assim, deliberou a Assembleia Geral, com aprovação unânime, que a atual diretoria deverá respeitar o mandato de quatro anos, findando o seu mandato em 20 de setembro de 2016, quando deverão ocorrer novas eleições para a Diretoria Executiva e para o Conselho Comunitário. Dando seguimento, o Senhor Presidente esclareceu aos Associados que, revendo os registros da Associação, verificou que a Eleição da Diretoria realizada em 18 de setembro de 2012 foi antecipada em cinco meses, justificando que os diretores da época entenderam que por não haver data fixa para realização das eleições no Estatuto à época vigente, e por já estar próximo o fim do mandato dos mesmos, poderiam ser realizadas eleições naquela data, a fim de evitar o tumulto das festividades de fim de ano, e considerando ainda as férias dos Associados, que geralmente ocorrem nos meses de janeiro e fevereiro, o que foi deliberado e compreendido pela Assembleia Geral naquela ocasião; assim, a Assembleia Geral por maioria deliberou que tal justificativa constasse dos termos da ata objeto desta averbação. Por fim, a Assembleia deliberou por unanimidade pela realização da eleição do Conselho Comunitário aos 04 de novembro de 2014, e que o mandato deste deverá ser coincidente com o mandato da atual Diretoria Executiva, ou seja, deverá findar-se em 20 de setembro de 2016. =====

Apresentaram-se os seguintes documentos, que ficam arquivados nesta Serventia:

1) requerimento de averbação firmado pelo Presidente em 29 de outubro de 2014, com firma reconhecida no Cartório de Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul/ES, aos 20 de fevereiro de 2015; **2)** ata digitada, firmada pelos presentes na assembleia, visada pela advogada Márcia Bortolotti Wetler, OAB ES 9327. **3)** via do edital de convocação e do edital de retificação, publicados no Órgão Oficial do Município de Rio Novo do Sul/ES nº 138, de 30.09.2014, páginas 1 e 2, e cópias do edital e respectiva retificação; **4)** uma via do Estatuto Consolidado aprovado; **5)** comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ; **6)** cópia da Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC. Emol: R\$ 333,55; Encargos: R\$ 90,34; Total: R\$ 423,89. Rio Novo do Sul/ES, 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2015 (dois mil e quinze). =====

Selo de Fiscalização: 023093.AFV1401.01352-Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br.

A OFICIALA: *Pollyana Vieira de Oliveira*
Pollyana Vieira de Oliveira

AV: 11 - 50

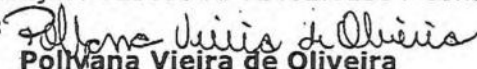
DATA: 26 de fevereiro de 2015.

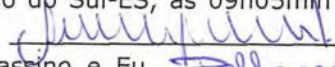
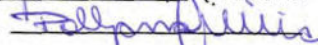
De acordo com a Ata da Assembleia Geral Extraordinária da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM**, realizada aos 04 (quatro) dias do mês de novembro de dois mil e quatorze (2014), o Presidente Danil Rodrigues Arariba esclareceu previamente à Assembleia que na data de 18 de setembro de 2012, quando ocorreu a eleição para a atual Diretoria Executiva, não foi feita a eleição para o Conselho Comunitário, pois à época não compareceram candidatos para assumirem os cargos do Conselho; esclareceu ainda que o mandato do Conselho Comunitário coincidirá com o mandato da atual Diretoria Executiva, findando em 20 de setembro de 2016. Assim, procedeu-se à eleição e posse do Conselho Comunitário da associação para o exercício do mandato de 04 de novembro de 2014 até 20 de setembro de 2016, ficando com a seguinte composição: **ROGÉRIO DO AMARAL,**



LIVRO - A

brasileiro, divorciado, serígrafo, residente e domiciliado na Rua Luiz Uller, nº 12, Centro, Rio Novo do Sul/ES, RG nº M-4.654.633, SSP-MG, CPF n.º 605.520.186-00, representante da Associação de Esporte e Cultura de Rio Novo do Sul; **ALOISAN PEREIRA PEIXOTO**, brasileiro, solteiro, maior, auxiliar administrativo, residente e domiciliado na Avenida Amâncio Martins Athayde, nº 04, Bairro Santo José, Rio Novo do Sul/ES, RG nº 1.348.827-SPTC-ES, CPF nº 080.007.247-23, representante da Associação Comunitária do Bairro São José; **ILCINÉA PINTO DAS DORES ROSA**, brasileira, casada, servidora pública municipal, residente e domiciliada na Rua Projetada, s.nº, Bairro São José, Rio Novo do Sul/ES, RG nº 08.672.883-9-DIC-RJ, CPF nº 616.869.647-49, representante da Igreja Adventista do 7º Dia de Rio Novo do Sul; **LEANDRO JOSÉ SANTOS SANTANA**, brasileiro, solteiro, maior, servidor público municipal, residente e domiciliado na Rua Nelson Oliveira, s/n, Bairro Nossa Senhora da Penha, Rio Novo do Sul/ES, RG nº 1.817.582-SSP-ES, CPF n.º 092.358.397-18, representante da Associação Comunitária do Bairro Nossa Senhora da Penha; **LEAMITA PEÇANHA DOS SANTOS**, brasileira, casada, aposentada, residente e domiciliada na Rua Volpato, s/n, Centro, Rio Novo do Sul/ES, RG nº 1.702.435-ES, SPTC/ES, CPF n.º 762.069.047-68, representante da Igreja Universal do Amor de Deus. **Apresentaram-se os seguintes documentos, que ficam arquivados nesta Serventia:** 1) requerimento de averbação firmado pelo Presidente em 18 de dezembro de 2014, com firma reconhecida no Cartório de Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul/ES, em 20 de fevereiro de 2015; 2) uma via da ata da assembleia, digitada, firmada pelos presentes; 3) lista de qualificação pessoal dos eleitos; 4) cópia do edital de convocação; 5) cópias dos documentos pessoais dos eleitos. Emol. R\$ 149,07; Encargos: R\$ 44,23; Total: R\$ 193,30. Rio Novo do Sul/ES, 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2015 (dois mil e quinze). ===== Selo de Fiscalização: 023093.AFV1401.01354-Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br.

A OFICIALA: 
Pollyana Vieira de Oliveira

1 - **CERTIFICO**, e dou fé, que a presente é cópia de todos os atos constantes do registro a que se refere, extraída nos termos do art. 19, §1º, da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. 2 - **CERTIFICO**, mais, que as alterações havidas no decorrer do tempo constam à margem do registro, por meio das averbações. Rio Novo do Sul-ES, às 09h05min do dia 21 (vinte e um) de julho de 2015 (dois mil e quinze). Eu,  (Adriano Francisco Souza Miranda), Substituto Legal, digitei e assino e Eu,  (Pollyana Vieira de Oliveira) Oficiala, subscrevo na DATA SUPRA.=====

Pollyana Vieira de Oliveira
Oficiala

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização
023093 LUQ150100509

Emolumentos: R\$107,43 Taxas: R\$32,18 Total: R\$139,61

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

CARTÓRIO 1º OFÍCIO

Pollyana Vieira de Oliveira
Oficiala e Tabeliã
Adriano Francisco Souza Miranda
Substituto Legal
Rua José Braz de Mendonça, nº 13 1º Piso
Centro Rio Novo do Sul-ES 29.290-000
Telefone / Fax: (28) 3533-1265



ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA
MENSAGEM FM

CARTÓRIO 1º OFÍCIO
Pollyana Vieira de Oliveira
Oficiante e Tabelião
Adriano Francisco Souza Miranda
Substituto Legal
Rua José Braz de Mendonça, nº 13 - 1º Piso
Centro - Rio Novo do Sul-ES - 29.290-000
Telefone / Fax: (28) 3533-1285

FUNDADA EM 19 DE MAIO DE 1997

RIO NOVO DO SUL/ES



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-57 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53860.003718/1998

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE e DURAÇÃO

Art. 1º. A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, assim denominada, neste estatuto designada, simplesmente, de Associação, fundada em 19 de maio de 1997, com sede e foro no Município de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, inscrita no CNPJ sob o nº 02.309.551/0001-57, é uma associação civil, autônoma, de direito privado, sem fins econômicos, constituída por tempo indeterminado, composta de número ilimitado de associados, sem qualquer distinção de crença, raça, cor, sexo, preferência partidária, categoria social ou financeira, profissão, e reger-se-á pelo presente estatuto e normas de direito que lhes são aplicáveis.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 2º. Constituem finalidades da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM:

- I- Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicação;
- II- Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- III- Dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- IV- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

Rua Ostácio Motta, 4/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0048 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

- V- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- VI- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- VII- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
- VIII- Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;
- IX- Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão, observada a legislação vigente;
- X- Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos;
- XI- Organizar um arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral;
- XII- Promover continuamente o debate, objetivando o avanço dos projetos comunitários;
- XIII- Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária de acordo com o disposto neste Estatuto e conforme a legislação vigente.

CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

Seção I – Da admissão, demissão e exclusão

Art. 3º. Serão admitidos como associados da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM todo e qualquer cidadão maior de 18 (dezoito) anos, domiciliado na área de execução do serviço de radiodifusão, que serão admitidos gratuitamente, a juízo do Presidente da Associação, dentre pessoas idôneas, devendo o interessado:

- I- Apresentar a cédula de identidade;
- II- Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos;

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com – www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 - 1ª A - Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES - CNPJ: 02.309.551/0001-67 - Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 - Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

- III- Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV- Caso seja "associado contribuinte", assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

§ 1º. Fica assegurado a todos os Associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias e no gozo de seus direitos sociais, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, salvo aos cargos da Diretoria Executiva, que somente poderão ser ocupados por brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da Associação, nas instâncias deliberativas existentes.

§ 2º. Fica assegurado o ingresso gratuito, como associados, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço de radiodifusão, desde que devidamente identificadas, conferindo-lhes, inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da Associação, nas instâncias deliberativas existentes.

Art. 4º. O quadro social será composto por número ilimitado de associados e colaboradores. Os associados são distribuídos nas seguintes categorias:

- I- **Associados Fundadores:** os que ajudaram na fundação da Associação e que tenham assinado a respectiva ata de fundação;
- II- **Associados Beneméritos:** os que contribuem com donativos e doações;
- III- **Associados Contribuintes:** os que contribuem, mensalmente, com a quantia fixada pela Assembleia Geral;
- IV- **Associados Beneficiados:** os que recebem gratuitamente os benefícios alcançados pela entidade, junto aos associados contribuintes, órgãos públicos e privados.

Parágrafo único. São colaboradores da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM as pessoas ou organizações afins, definidas em Assembleia Geral, somente com direito a voz.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) - CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 - e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos. Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

Artigo 5º. É permitida a demissão do Associado, desde que manifestada por escrito, diretamente à Presidência da Diretoria Executiva, e que esteja em dia com as obrigações estatutárias.

Parágrafo único. Os associados que se desligarem do quadro social na forma deste artigo poderão ser readmitidos, mediante aprovação da Assembleia Geral.

Art. 6º. A exclusão do Associado dar-se-á, automaticamente, por morte física ou incapacidade civil não suprida.

Parágrafo único. A exclusão também será aplicada pela Diretoria Executiva ao Associado nas hipóteses do inciso III, do art.10, c/c art. 11, deste Estatuto.

Seção II – Dos direitos, deveres e responsabilidades

Art. 7º. São direitos do Associado:

- a) gozar de todas as vantagens e benefícios que a Associação venha a proporcionar;
- b) participar das Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, com direito a voz e voto sobre os assuntos que nelas se tratarem;
- c) participar de qualquer promoção levada a efeito pela Associação;
- d) apresentar moções, propostas e reivindicações a qualquer dos órgãos da Associação;
- e) ter acesso aos livros e documentos da Associação, nas suas épocas próprias;
- f) solicitar, a qualquer tempo, esclarecimento e informações sobre as atividades da Associação, propondo medidas que julgar de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- g) solicitar a convocação de Assembleia Geral, e dela participar, nos termos e condições previstos neste Estatuto;
- h) solicitar sua demissão da Associação quando lhe convier;

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

- i) recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Comunitário;
- j) desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Associação ou através de convênio.

Art. 8º. São deveres do Associado:

- a) observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Assembleia Geral e cumpridas pela Diretoria Executiva;
- b) respeitar os compromissos assumidos para com a Associação;
- c) exercer os cargos para os quais foram eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados;
- d) ao associado contribuinte, pagar pontualmente a contribuição associativa, fixada pela Assembleia Geral, até o último dia útil do mês de competência;
- e) colaborar com sua participação ativa e por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e o progresso da Associação e da comunidade em geral;
- f) comparecer por ocasião das eleições;
- g) votar por ocasião das eleições;
- h) denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências.

Art. 9º. Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da Diretoria Executiva e Conselho Comunitário, não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

Art. 10. Os associados que infringirem as normas estatutárias estarão sujeitos a penalidades, que serão aplicadas pela Diretoria Executiva, garantidos o contraditório e a ampla defesa, e poderá constituir-se em:

I- Advertência por escrito, em caráter confidencial;

II- Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano:

- a) Aos reincidentes em infração punida com advertência;
- b) Aos que estejam em atraso, há três meses ou mais, no pagamento de contribuições associativas.

III- Exclusão do quadro social:

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

- a) Aos reincidentes em infração punida com suspensão;
- b) Em havendo justa causa.

§ 1º. Da penalidade aplicada caberá recurso a ser apresentado e apreciado em Assembleia Geral Extraordinária, o qual não terá efeito suspensivo.

§ 2º. A pena de suspensão não isenta o associado de suas obrigações.

Art. 11. A exclusão de associado em havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, se dará quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I- Violação do estatuto social;
- II- Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III- Atividades contrárias às decisões das Assembleias Gerais;
- IV- Desvio dos bons costumes;
- V- Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais.

§ 1º. Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento desta, apresente sua defesa prévia.

§ 2º. Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente, da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores.

§ 3º. Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral Extraordinária, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que tomar ciência da decisão de sua exclusão, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0045 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com – www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado da Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

§ 4º. Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for.

§ 5º. O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS

Art. 12. São órgãos da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM:

- I- Diretoria Executiva;
- II- Conselho Comunitário.

Parágrafo Único. A entidade não remunera, sob qualquer forma, os membros de sua diretoria e conselho comunitário, bem como as atividades de seus associados, cuja atuação são inteiramente gratuitas.

CAPÍTULO V DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 13. A Diretoria Executiva, órgão administrativo da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, é composta por:

- I- Presidente;
- II- Vice-Presidente;
- III- Secretário Geral;
- IV- Tesoureiro;
- V- Diretor de Patrimônio.

§ 1º. O mandato da Diretoria Executiva é de 04 (quatro) anos, podendo seus membros serem reconduzidos uma única vez para o mesmo cargo.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 –

Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

§ 2º. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente de 06 (seis) em 06 (seis) meses, por convocação do Presidente, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por convocação daquele.

§ 3º. As reuniões da Diretoria Executiva serão presididas pelo Presidente.

Art. 14. Compete à Diretoria Executiva:

- I- Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as decisões tomadas pela Assembleia Geral;
- II- Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social;
- III- Acolher quaisquer reclamações dos associados;
- IV- Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos realizados pela Associação;
- V- Prestar contas anualmente à Assembleia Geral Ordinária das atividades financeiras da Associação referentes ao exercício anterior;
- VI- Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remuneração;
- VII- Exonerar a pedido ou por motivos relevantes, associados do quadro social;
- VIII- Autorizar a aquisição de equipamentos;
- IX- Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da Associação;
- X- Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implantados e/ou administrados pela Associação;
- XI- Interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos, "ad referendum" da Assembleia Geral;
- XII- Analisar as doações feitas à Associação, devendo aceitá-las ou não, respeitando o disposto no § 1º, do Art. 37, deste Estatuto;
- XIII- Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

Parágrafo único. As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria de votos, devendo estar presentes a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

Art. 15. Caberá a cada diretor, individualmente:

- I- Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- II- Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- III- Representar a Associação, externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- IV- Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

Art. 16. Compete ao Presidente:

- I- Representar a Associação, ativa e passivamente, perante a órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, seja em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
- II- Assinar documentos oficiais da Associação, inclusive, contratos e/ou convênios;
- III- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- IV- Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- V- Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
- VI- Examinar e assinar com o Tesoureiro, balancetes mensais e balanços;
- VII- Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas das reuniões da Diretoria e das sessões da Assembleia Geral;
- VIII- Receber doações;
- IX- Alienar, mediante prévia anuência da Assembleia Geral, bens pertencentes à Associação que sejam obsoletos ou sem utilidade para a comunidade;
- X- Assinar, com o Secretário, as correspondências da Associação;
- XI- Aprovar propostas de inscrição de associados;
- XII- Autorizar ou não os atos administrativos da Associação;
- XIII- Fiscalizar e coordenar a programação da Associação e suspender de imediato qualquer programa que esteja ferindo os termos deste Estatuto ou a legislação vigente;
- XIV- Autorizar ou não pedido de inserção na programação da Associação;
- XV- Coordenar e fiscalizar carga horária e trabalho do quadro de funcionários da entidade;

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

XVI- Nomear o Diretor de Programação, que poderá receber pró-labore de acordo com a decisão da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. As propostas de inscrição de associados acaso não aprovadas deverão ser submetidas, com as justificativas cabíveis, à Diretoria Executiva para exame.

Art. 17. Compete ao Vice-Presidente:

- I- Substituir legalmente o Presidente, em suas faltas e impedimentos;
- II- Assumir o cargo de Presidente em caso de vacância, até o término do mandato;
- III- Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente;
- IV- Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

Art. 18. Compete ao Secretário Geral:

- I- Organizar e dirigir todos os assuntos de Secretaria da Associação;
- II- Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e as sessões da Assembleia Geral, lavrando e assinando, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- III- Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente;
- IV- Elaborar relatório descritivo das atividades desenvolvidas pela Associação ao final de cada ano;
- V- Manter os documentos e o arquivo da Associação em dia;
- VI- Manter o cadastro de associados atualizados;
- VII- Manter sob o seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Associação.

Art. 19. Compete ao Tesoureiro:

- I- Manter sob o seu controle toda a movimentação financeira da Associação;
- II- Efetuar os pagamentos e recebimentos devidos à Associação;
- III- Apresentar à Diretoria Executiva no final de cada semestre, um relatório sobre as atividades financeiras do período;

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

- IV- Apresentar os balancetes à Diretoria;
- V- Zelar pela ordem financeira e contábil da Associação;
- VI- Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;
- VII- Supervisionar e ter sob o seu controle a escrituração contábil da Associação;
- VIII- Manter, em estabelecimentos bancários, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;
- IX- Assinar, juntamente com o Presidente, balancetes mensais e balanços;
- X- Outras atribuições que venham a ser estabelecidas pela Assembleia Geral ou Diretoria Executiva.

Art. 20. Compete ao Diretor de Patrimônio:

- I- Manter sob o seu controle todo o patrimônio da Associação, quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;
- II- Implementar o arquivo histórico da Associação.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 21. O Conselho Comunitário, órgão fiscalizador da programação da Associação, será composto por 05 (cinco) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral dentre pessoas representantes da comunidade local, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no Art. 4º, da Lei nº 9.612/98.

§ 1º. Os membros do Conselho Comunitário deverão ser representantes de entidades da comunidade local, tais como, associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria Associação executora do serviço de radiodifusão, desde que legalmente constituídas.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

§ 2º. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§ 3º. A Associação deverá manter disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou Inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

§ 4º. O Conselho Comunitário poderá convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, desde que o assunto seja referente à programação da emissora.

§ 5º. O Conselho Comunitário reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente sempre que se fizer necessário, por convocação do Presidente da Associação, ou pela maioria de seus membros. As decisões deverão ser tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da Associação, em caso de empate, o voto de qualidade.

Art. 22. O mandato do Conselho Comunitário será coincidente com o mandato da Diretoria, podendo seus membros ser reconduzidos uma única vez para o mesmo cargo.

CAPÍTULO VII DO MANDATO

Art. 23. As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Comunitário realizar-se-ão, conjuntamente, de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral.

§ 1º. Em caso de renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva, e demais casos que resultem em vacância, o cargo será preenchido conforme previsão deste Estatuto; nos casos omissos, bem como para os cargos do

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – 1ª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

Conselho Comunitário, far-se-á eleição para preenchimento da vaga até o término do mandato, devendo o eleito completar o período do seu antecessor.

§ 2º. O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria da Associação, a qual, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembleia Geral.

§ 3º. Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Comunitário, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria Executiva ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária, que elegerá uma comissão provisória composta por 05 (cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da referida Assembleia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes.

CAPITULO VIII DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 24. A Assembleia Geral é órgão máximo e soberano da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM e se compõe de todos os associados no pleno gozo de seus direitos, tendo facultado o direito de resolver, dentro da lei e dos dispositivos estatutários, todos os assuntos concernentes às atividades e fins da entidade.

Art. 25. Compete à Assembleia Geral:

- I- designar um presidente e um secretário para coordenar a Assembleia Geral, nos casos previstos neste Estatuto (artigo 30, segunda parte);
- II- Reformar o presente Estatuto Social;
- III- Eleger ou destituir a qualquer tempo membros da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário;
- IV- Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V- Decidir sobre a dissolução da entidade, nos termos do artigo 39;

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

- VI- Fixar o valor da contribuição dos associados;
- VII - Deliberar sobre a prestação de contas da Diretoria Executiva;
- VIII - Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

Art. 26. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente:

- I- uma vez por ano, no decorrer do mês de janeiro, para discutir e homologar as contas da Diretoria Executiva referentes ao exercício anterior; fixar o valor da contribuição dos associados; tomar conhecimento das ações da Diretoria; e
- II- a cada quatro anos, sempre na terceira terça-feira do mês de setembro, para eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário.

Art. 27. A Assembléia Geral poderá ainda se reunir, sempre que as necessidades da comunidade a exigirem, extraordinariamente, quando convocada:

- I- Pelo Presidente;
- II- Pela Diretoria;
- III- Pelo Conselho Comunitário, sendo que nesta hipótese, exclusivamente, quando se tratar de assunto referente à programação da emissora;
- IV- Por requerimento de um quinto dos associados quítes com suas obrigações sociais.

Art. 28. Compete à Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, a destituição de membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Comunitário, sendo, neste caso, necessário o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, somente podendo haver deliberação, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos Associados, ou, em segunda chamada, meia hora após a primeira, com um mínimo de 1/3 (um terço) dos Associados, sendo admissível somente em havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I- Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II- Grave violação deste estatuto;

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br

14



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

III- Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;

IV- Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação;

V- Conduta duvidosa.

§ 1º. Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

§ 2º. Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, onde será garantido o amplo direito de defesa.

§ 3º. O processo de apuração de responsabilidades, relativa a um membro ou vários componentes da Diretoria Executiva ou do Conselho Comunitário, em caso de agirem em fraude ou de má fé no exercício de seus respectivos mandatos, poderá ter início através de denúncia formulada por um terço dos associados, formalizada por escrito e endereçada a um membro da Diretoria Executiva da Associação, para as providências cabíveis.

§ 4º. Ocorrendo destituição, que possa comprometer a regularidade administrativa e financeira da Associação, a Assembleia poderá designar uma Comissão Provisória, de no mínimo 05 (cinco) membros, até a eleição e posse dos novos diretores e conselheiros, dentro dos prazos fixados no presente Estatuto.

Art. 29. As Assembleias Gerais deverão ser convocadas pelo Presidente da Associação, Diretoria Executiva, Conselho Comunitário ou por 1/5 (um quinto) dos associados, através de edital afixado na sede da Associação, com

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br

15



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, fundada em 19/05/97, registrada sob o nº 50 - 1ª A - Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES - CNPJ: 02.309.551/0001-67 - Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2005 - Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53560.000718/1998

divulgação de pelo menos 4 (quatro) chamadas diárias durante a programação da Rádio; as Ordinárias com antecedência mínima de 15 (quinze) dias; e as Extraordinárias com antecedência mínima de 8 (oito) dias de sua realização.

§ 1º. As Assembleias Gerais realizar-se-ão em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos associados; em segunda convocação, a ser realizada trinta minutos após a primeira, com qualquer número de presentes, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto.

§ 2º. Quando a Assembleia Geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de 3 (três) dias, contados da data de entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a Assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação.

§ 3º. Serão tomadas por escrutínio secreto ou por aclamação as deliberações que envolvam eleições da diretoria e conselho comunitário, e por escrutínio secreto o julgamento dos atos da diretoria quanto à aplicação de penalidades.

Art. 30. Preside a Assembleia Geral o presidente da Associação ou, nos casos de ausência e/ou, em havendo impedimento deste, por qualquer associado escolhido por aclamação dos presentes.

CAPÍTULO IX DAS ELEIÇÕES

Art. 31. O Presidente da Associação, 15 (quinze) dias antes do término do mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário, deverá afixar na sede da Associação, com divulgação de pelo menos 4 (quatro) chamadas diárias durante a programação da Rádio, o Edital de Convocação para as eleições, que conterà obrigatoriamente: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamadas, ordem do dia, e o nome de quem a convocou.

Rua Osmário Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) - CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 - e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

Art. 32. O requerimento para o registro de chapa deverá conter o nome completo dos candidatos, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, identidade e CPF, bem como o cargo a que concorre.

Art. 33. A condição para votar e ser votado é ser associado com direito a voto e estar em gozo de seus direitos sociais, entretanto, para concorrer aos cargos da Diretoria Executiva é necessário ser brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.

Art. 34. A eleição para membros da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário dar-se-á por votação direta e secreta ou por aclamação.

Art. 35. Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votos dos associados presentes às eleições, respeitados os quóruns previstos no §1º, do artigo 29, deste Estatuto, para primeira e segunda convocações.

Art. 36. A posse da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário eleitos dar-se-á subsequentemente à apuração dos votos e conhecimento do resultado, na mesma Assembleia.

CAPÍTULO X DO PATRIMÔNIO

Art. 37. O patrimônio da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM será constituído e mantido por:

- I- Contribuições pagas pelos associados;
- II- Doações e subvenções públicas ou privadas;
- III- Bens móveis e imóveis que venham a ser adquiridos com recursos próprios ou doações;
- IV- Convênios e doações provenientes de Organizações Públicas, Privadas, Municipais, Estaduais e Nacionais;
- V- Receitas provenientes de eventos e campanhas realizados pela Associação, desde que revertidos totalmente em benefício desta;
- VI- Verbas provenientes de subsídio oficial;

Rua Osthácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

VII- Contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;

VIII- Patrocínio, sob forma de apoio cultural, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida pelo serviço de radiodifusão;

IX- Outras receita, de qualquer natureza, recebidas ou por ela adquiridas.

§ 1º. Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Associação.

§ 2º. Todas as doações serão analisadas pela Diretoria Executiva, que poderá aceitá-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º. Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após solicitação por escrito ou por força judicial.

§ 4º. Nenhum bem móvel ou imóvel, pertencentes ao patrimônio social da Associação, se reverterá em benefício próprio de associados.

§ 5º. Bens móveis e imóveis poderão ser adquiridos e/ou vendidos pela Associação, através do Presidente, após a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente, convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação.

§ 6º. Os bens da Associação terão total desvinculação dos bens dos diretores e associados.

§ 7º. Não haverá, em hipótese alguma, a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.

Art. 37-A. As despesas da Associação poderão ser destinadas ao pagamento de:

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

- I- despesas operacionais, tais como, aluguel de bens móveis e imóveis, água, luz, internet, telefone, compra de equipamentos, discos, fitas, CDs, entre outras necessárias à manutenção das atividades institucionais da Associação;
- II- mão-de-obra para assessoria técnica ou jurídica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;
- III- funcionários, cuja contratação dependerá da aprovação da Diretoria Executiva;
- IV- patrocínios a projetos ou atividades com fins comunitários.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva é responsável pela boa aplicação dos recursos financeiros da entidade, bem como a preservação dos seus objetivos, devendo cuidar para que não haja desvio quanto a sua finalidade.

CAPÍTULO XI DA PROGRAMAÇÃO MÍNIMA DA ASSOCIAÇÃO

Art. 38. Mínimamente, a programação da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM deverá constar de:

- I- tempo garantido aos segmentos organizados da sociedade para a divulgação de seus trabalhos e reivindicações de quaisquer condições, observada a adequação de horário na programação;
- II- reserva de espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade;
- III- reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro das especificações técnicas definidas pelo Diretor de Programação. Esse espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico.

§ 1º. É proibido o uso de qualquer horário com fins político-partidários, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito, por escrito, pela Associação a todos e protocolado. À exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da lei.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações – Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

§ 2º. É proibido o uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria Executiva.

§ 3º. Toda a irradiação deverá ser gravada e mantida em arquivo durante as vinte e quatro horas subsequentes ao encerramento dos trabalhos diários da emissora, devendo também ser conservados em arquivo, durante sessenta dias, os textos dos programas, inclusive noticiosos, devidamente autenticados pelo responsável legal da entidade.

§ 4º. As gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas, pronunciamentos da mesma natureza e qualquer irradiação não registrada em texto deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de 20 (vinte) dias, a partir da transmissão.

§ 5º. O Diretor de Programação a que se refere o inciso III, deste artigo, bem como o inciso XVI, do Artigo 16, deste Estatuto, é o responsável final pela emissão dos programas transmitidos pela emissora, tendo em vista sua qualidade e a adequação dos horários de transmissão, cabendo a ele:

- I- coordenar, organizar e definir, junto com o Presidente da Associação, a programação da emissora;
- II- suspender de imediato os programas que ferirem os preceitos deste Estatuto e demais normas que regem a matéria;
- III- autorizar ou não a transmissão de novos programas, vinhetas ou anúncios de utilidade pública na programação da emissora.

Art. 38-A. A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM atenderá, em sua programação, aos seguintes princípios:

- I- preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- II- promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

III- respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV- não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º. É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação da emissora.

§ 2º. As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º. Qualquer cidadão da comunidade atendida pelo serviço de radiodifusão da Associação terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado ao Presidente da Rádio.

CAPÍTULO XII DA DISSOLUÇÃO

Art. 39. A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

Parágrafo único. Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade assistencial congênere, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante no município de Rio Novo do Sul/ES e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes, a ser definida pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. As atividades dos Diretores e Conselheiros da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, bem como as dos Associados serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, bonificação ou vantagens no exercício do cargo.

Art. 41. As rendas, recursos e eventuais resultados operacionais serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da Associação.

Art. 42. A associação não poderá intervir em assuntos religiosos ou político-partidários.

Art. 43. O presente estatuto social poderá ser reformado, no todo ou em parte, inclusive quanto à administração, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente, convocada para este fim, composta de associados contribuintes e que estejam em dia com suas obrigações sociais, mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados, e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número de associados.

Art. 44. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembleia Geral.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

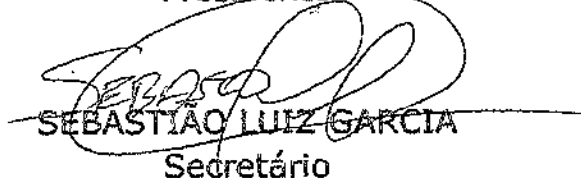
Art. 45. Este Estatuto, para os fins de direito, consolida e altera o anterior, devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, em 22 de dezembro de 1999, sob o n.º 50, Livro "A" – Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Art. 46. Este Estatuto entra em vigor na data da sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

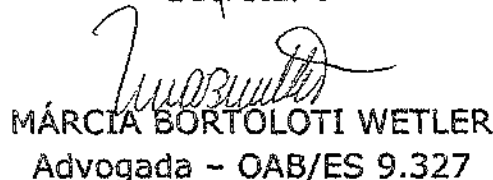
Rio Novo do Sul/ES, 22 de outubro de 2014.


DANIL RODRIGUES ARARIBA

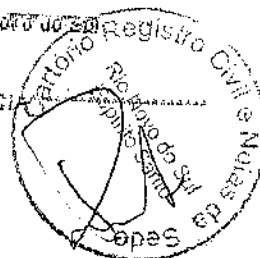
Presidente


SEBASTIAO LUIZ GARCIA

Secretário


MÁRCIA BORTOLOTTI WETLER
Advogada – OAB/ES 9.327

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº 27
Rec. em 20/02/2015, por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
DANIL RODRIGUES ARARIBA, SEBASTIAO LUIZ GARCIA
Em testemunho da verdade
Patricia Mara Moreira Amaral - Substituída - admin
022582.WEG1409.01895, 022582.WEG1409.01897
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emil.: R\$8,42 Tx.Fis.: R\$1,58 Total: R\$10,10



Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



<p>CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Comarca de Rio Novo do Sul-ES REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Belª Pollyana Vieira de Oliveira - Oficiala Rua José Braz de Mendonça, nº 13, 1º piso - Centro Rio Novo do Sul-ES (28) 3533-1265</p> <p>Averbado(a) sob o nº 10, no Livro A, às margens do registro nº 50.</p> <p>Rio Novo do Sul-ES, 26 de fevereiro de 2015.</p> <p>Oficiala: <u><i>Pollyana Vieira de Oliveira</i></u> Pollyana Vieira de Oliveira Oficiala</p>

<p>Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Selo Digital de Fiscalização 023093 AFV140101352</p>
<p>Emolumentos: R\$338,55 Taxas: R\$90,34 Total: R\$428,89</p>
<p>Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br</p>



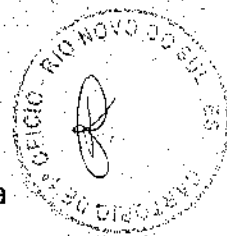
Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Rádio Comunitária FM de Rio Novo do Sul realizada aos **(18) dezoito dias do mês de setembro do ano de (2012)** dois mil e doze em conformidade com o Estatuto Social artigo 9º parágrafos e emendas na sede da Instituição situada à Rua Ostácio Motta s/nº Bairro Café Sereia Rio Novo do Sul-ES. As dezenove horas foi feito a primeira convocação e as dezenove e trinta horas a segunda e ultima convocação conforme edital de convocação fixado na sede da instituição e divulgado durante a programação no prazo legal. Constatada quorum suficiente com a presença dos seguintes associados Danil Rodrigues Arariba, Silvia Cristina Peçanha dos Santos Arariba, Daniel da Silva, Graciane Moreli da Silva, Sebastião Luiz Garcia, Adelson Gomes da Silva, Rogério do Amaral, Jorge Penaforte Menegardo, Fernanda Lorencine Pascoal, Marinete Menegardo, Meire Gleci Menegardo e Romildo Gomes da Silva, constatada a ausência dos seguintes Associados Aloisan Pereira Peixoto, Jurcelino Ferreira, Valdicéia da Conceição Ferreira e Inaldo Polonini Moreli. O Senhor Presidente saudou e agradeceu a todos pela presença e declarou aberta a Assembléia Geral Extraordinária convocada para este dia tudo em conformidade com o Estatuto e Edital de Convocação Publicado no local de costume e divulgado durante a programação da Emissora. Em seguida procedeu a leitura do competente edital e anunciou a ordem do dia que estatutariamente constou com a seguinte pauta: **eleição da Diretoria Executiva**. Em seguida solicitou do Secretário que fizesse a leitura do ato que constituiu a Comissão Eleitoral dentro do prazo legal que ficou assim constituída: **Rogério do Amaral, Graciane Moreli da Silva e Marinete Menegardo** sob a presidência do primeiro. A Seguir passou a direção dos trabalhos para o Presidente da Comissão Eleitoral Senhor Rogério do Amaral declarando impedido a partir deste momento de presidir a presente reunião por se tratar de estar concorrendo o cargo de Presidente. O Senhor Rogério do Amaral auxiliado pelas demais membros da Comissão saudou a todos e fez a leitura do registro da candidatura da Chapa denominada de **CHAPA 01 COMPOSTA PELOS SEGUINTESS ASSOCIADOS Danil Rodrigues Arariba para Presidente; Daniel da Silva Vice Presidente, Graciane Moreli da Silva Tesoureira Sebastião. Luiz Garcia Secretário; Adelson Gomes da Silva Diretor de Patrimônio.** Em

Handwritten signatures and names at the bottom of the page:
Danil Rodrigues Arariba, Adelson Gomes da Silva, Rogério do Amaral, Graciane Moreli da Silva, Marinete Menegardo, Sebastião Luiz Garcia, Daniel da Silva, Jorge Penaforte Menegardo, Fernanda Lorencine Pascoal, Meire Gleci Menegardo, Romildo Gomes da Silva.

Handwritten signature on the right side of the page.



Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato de Poderes
Rua Comendador Joaquim Alves, nº 27
A U T E N T I C A Ç Ã O
Partida nº 031502.004/04
Consulente autenticidade em www.tjpes.jus.br
Eml.: R\$2,33 Tx. Fis.: R\$0,59 Total: R\$2,92



seguida chamou nominalmente a cada associado de acordo com a assinatura de presença para que se dirigisse a cabine de votação e exercesse o voto momento em que foi feito democraticamente a eleição da Diretoria Executiva da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul. A seguir convidou o **Senhor Jorge Penaforte Menegardo e a Senhora Fernanda Lorencine Pascoal** para fiscalizarem a apuração ficando eleita com (11) onze votos a favor a Chapa (01) um e um voto em branco ficando assim constituída: **Presidente: Danil Rodrigues Arariba, brasileiro, Servidor Público Municipal, documento de identidade nº: 735 015-ES, CPF- 892 430 647 20, residente e domiciliado a Rua Ana Rosa Fernandes s/nº, Bairro Borsoi Rio Novo do Sul-ES, Cep- 29 290-000. Vice- Presidente Daniel da Silva, brasileiro Técnico de instalação em Internet, CPF 082 708 327 07, RG 2 345 813-ES residente e domiciliado à Rua Capitão Bley 17, centro, Rio Novo do Sul-ES. Secretário Sebastião Luiz Garcia, brasileiro Funcionário Publico, residente e domiciliado à Rua Projetada s/nº Rio Novo do Sul-ES; CPF 688 506 897 72; RG 502 584-ES. Tesoureira Graciane Moreli da Silva, brasileira, auxiliar de serviços gerais, residente e domiciliada à Rua Capitão Bley, centro, Rio Novo do Sul-ES; CPF 106 139 017 97; RG 2 345 773 ES; Diretor de Patrimônio Adelson Gomes da Silva, Brasileiro, Mecânico, residente e domiciliado à Rua Getulio de Oliveira s/nº, centro, Rio Novo do Sul-ES; CPF- 707 657 667 87; RG 609 479 ES.** Declarando empossa a presente Diretoria Executiva para um mandato de (05) cinco anos. Fraqueada a palavra aos presentes após ser empossado o Presidente Danil Rodrigues Arariba assumiu a direção dos trabalhos e agradeceu em nome dos demais membros da Diretoria Executiva a todos pela confiança depositada em seu nome prometendo honrar com carinho e determinação o cargo que a si foi confiado principalmente com a parceria da comunidade entre elas Associações de classe, de moradores e religiosas garantindo aos ouvintes uma melhor programação recheada de entretenimento, cultura e utilidade pública. Nada mais havendo o Senhor Presidente agradeceu a todos e encerrou a presente assembléia. E para constar foi lavrado esta ata lida e assinada pelos presentes após sua aprovação

Danil Rodrigues Arariba

Jorge Penaforte Menegardo

Fernanda Lorencine Pascoal

Sebastião Luiz Garcia

Graciane Moreli da Silva

Adelson Gomes da Silva

Daniel da Silva

Assinatura

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo

Selo Digital de Fiscalização

023093 ZTJ120200613

DATA: 10/10/2012 PROTOCOLO:

Emolumentos: R\$56,09 Taxas: R\$17,07 Total: R\$73,16

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

OFICIALA: Pollyana Vieira de Oliveira

Rua José Braz de Mendonça, 13 - centro

Rio Novo do Sul - ES - (28)3538-1265

AVERBADO SOB O Nº 09-50 Lº A-F. 50

RIO NOVO DO SUL(ES), 10 / 10 / 2012

OFICILA:

Pollyana Vieira de Oliveira
Pollyana Vieira de Oliveira

Pollyana Vieira de Oliveira

Oficiala

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

AUTENTICAÇÃO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou f., 10/07/2015
Em testemunho da verdade

Patricia Mara Moreira Amaral - Substitut - Admin
022582.XRG1502.00408

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Eml.: R\$2,33 Tx.Fis.: R\$0,59 Total: R\$2,92



Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

AUTENTICAÇÃO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou f., 10/07/2015
Em testemunho da verdade

Patricia Mara Moreira Amaral - Substitut - Admin
022582.XRG1502.00408

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Eml.: R\$2,33 Tx.Fis.: R\$0,59 Total: R\$2,92





DIRETORIA ELEITA PARA UM MANDATO DE (05) CINCO ANOS DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL-ES.

Presidente: *Daniel Rodrigues Arariba, brasileiro, Servidor Público Municipal, documento de identidade nº: 735 015-ES, CPF- 892 430 647 20, residente e domiciliado a Rua Ana Rosa Fernandes s/nº, Bairro Borsoi Rio Novo do Sul-ES, Cep- 29 290-000.*

Vice- Presidente *Daniel da Silva, brasileiro Técnico de instalação em Internet, CPF 082 708 327 07, RG 2 345 813-ES residente e domiciliado à Rua Capitão Bley 17, centro, Rio Novo do Sul-ES.*

Secretário *Sebastião Luiz Garcia, brasileiro Funcionário Público, residente e domiciliado à Rua Projetada s/nº Rio Novo do Sul-ES; CPF 688 506 897 72; RG 502 584-ES.*

Tesoureira *Graciane Moreli da Silva, brasileira, auxiliar de serviços gerais, residente e domiciliada à Rua Capitão Bley, centro, Rio Novo do Sul-ES; CPF 106 139 017 97; RG 2 345 773 ES;*

Diretor de Patrimônio *Adelson Gomes da Silva, Brasileiro, Mecânico, residente e domiciliado à Rua Getúlio de Oliveira s/nº, centro, Rio Novo do Sul-ES; CPF- 707 657 667 87; RG 609 479 ES.*

Daniel Rodrigues Arariba
DANIL RODRIGUES ARARIBA

PRESIDENTE





ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL

Rua Ostácio Mota S/Nº, Bairro Café Sereia Rio Novo do Sul-ES

CNPJ-02 309 551/0001-69

DA: ARCMFMRNS

Assunto: Requerimento

Em 05 de outubro de 2012.

Senhor Oficial.

DANIL RODRIGUES ARARIBA, representante legal da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul residente e domiciliado à Rua Ana Rosa Fernandes s/nº, bairro Borsói, neste Município de Rio Novo do Sul-ES, CPF – 892 430 647-20, RG- 735 015-ES, respeitosamente requer de Vossa Senhoria a averbação do registro Ata da Assembléia Geral Extraordinária que elegeu a Diretoria da Instituição para um mandato de (05) cinco anos em conformidade com o Estatuto Social da referida Associação.

Nestes termos

Pede deferimento.


DANIL RODRIGUES ARARIBA

PRESIDENTE.

AO ILMO SENHOR OFICIAL DO CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

RIO NOVO DO SUL-ES



Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul - ES
Joaquim Alves, nº27
A.J.T. E.N. - I.C.A. e C.O.
Rua Coronel A.J.T. E.N. - I.C.A. e C.O.
Esta cópia contém o original apresentado. Dou-lhe, 10/07/2015
Em testemunha
Patricia Maria Moreira Pinai - Substituta - Admin
022552 XRG-1312.00409
Consulte autenticidade em www.iles.jus.br
Eml.: R\$2,33 TX, R\$5.. R\$10,53 Total: R\$12,82



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital ficam convocados todos os membros associados da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul para Assembléia Geral Extraordinária – AGE – que acontecerá no dia 18 de setembro de 2012 com primeira convocação as 19:00 horas e segunda e última convocação as 19:30 horas na sede social da Instituição situada à Rua Ostácio Motta s/nº Bairro Café Sereia Rio Novo do Sul-ES para ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL, conforme artigo 7º parágrafo primeiro do Estatuto Social.

Publique-se no local de costume e faça divulgação de pelo menos 04 chamadas diárias durante a programação da rádio.

Rio Novo do Sul-ES 10 de agosto de 2012.


Danilo Rodrigues Arariba

Pela Diretoria

Publicado no quadro de aviso em 12/08/2012

Rubrica da Secretária.....

Rubrica do Diretor de Programação.....



Cartório de Registro Civil e Notas da
Rua Córdell, 100 - Jd. Santa Helena - São Paulo
Em 08/08/2015, compareceu ao Cartório de Registro Civil e Notas da
Patricia Maria Moraes, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 035.512.004-10, de
consorte autenticidade em nome de seu marido, Sr. Douglas de
Oliveira, R. nº 333, Tx. P. 15, Subst. 15 - Subst. 15 - Admin.
Em 08/08/2015, compareceu ao Cartório de Registro Civil e Notas da
Douglas de Oliveira, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 035.512.004-10, de
consorte autenticidade em nome de sua esposa, Sr. Patricia Maria Moraes, R. nº 333, Tx. P. 15, Subst. 15 - Subst. 15 - Admin.
Em 08/08/2015, compareceu ao Cartório de Registro Civil e Notas da
Douglas de Oliveira, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 035.512.004-10, de
consorte autenticidade em nome de sua esposa, Sr. Patricia Maria Moraes, R. nº 333, Tx. P. 15, Subst. 15 - Subst. 15 - Admin.

Lista de Associados da Associação de Rádio Comunitária mensagem FM
de Rio Novo do Sul.

DANIL DODRIGUES ARARIBA P

JURCELINO FERREIRA F

SEBASTIÃO LUIZ GARCIA P

DANIEL DA SILVA P

ADELSON GOMES DA SILVA P

SILVIA CRISTINA P. DOS SANTOS ARARIBA P

VALDÍCEIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA F

GLACIANE MORELI DA SILVA P

MARINETE MENEGARDO P

MEIREGLECI MENEGARDO P

ROGÉRIO AMARAL P

JORGÊ PENAFORTE MENEGARDO P

INALDO MORELI F

ALOISAN PEREIRA PEIXOTO F

ROMILDO GOMES DA SILVA P

FERNANDA PASCOAL P

Cantão de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº 27
4.º U. T. B. N. T. C. A. E. C. O. M. E. N. T. O.
Em testeamento
Consulência autenticada em www.fes.jus.br
Eml.: R\$2,33 Tx. Fie.: R\$0,59 Total: R\$2,92





ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, INSCRITA NO CNPJ SOB O N.º 02.309.551/0001-67.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de outubro (10) de dois mil e quatorze (2014), às 19h30min, na sede da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, localizada na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, de acordo com as informações constantes do edital de convocação publicado em 30/09/2014 no Órgão Oficial do Município de Rio Novo do Sul (nº 138 – pág. 01), bem como nos átrios da Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul, da Câmara Municipal de Rio Novo do Sul, da própria Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, inclusive, com quatro pronunciamentos diários da convocação nesta emissora de rádio. Também foi feita a publicação do edital de convocação nas principais casas comerciais do município, na forma do artigo 7º, § 1º, do Estatuto. O Edital de Convocação retro citado sofreu retificações quanto ao objeto da pauta através de outro Edital de Convocação, datado na mesma data do anterior, ou seja, de 30/09/2014, que também foi devidamente publicado nos termos do Estatuto. Às dezenove horas e trinta minutos foi feita a primeira convocação, conforme edital de convocação, estando presentes todos os associados, quais sejam: Danil Rodrigues Arariba, Sílvia Cristina Peçanha dos Santos Arariba, Daniel da Silva, Graciane Morelli da Silva, Sebastião Luiz Garcia, Adelson Gomes da Silva, Rogério Amaral, Marinete Menegardo, Meire Gleci Menegardo, Aloisan Pereira Peixoto, Valdicéia da Conceição Ferreira, Danielle dos Santos Arariba, Rodrigo dos Santos Arariba, Leamita Peçanha dos Santos, Erley Peixoto dos Santos e Rodolfo Souza Moreira. Sendo devidamente verificado o quorum legal para instalação e aprovação dos assuntos a serem tratados, reuniram-se em assembleia os associados, abaixo assinados, devidamente convocados, para aprovação das seguintes pautas: 1- Reformulação e Consolidação do Estatuto, reeditando-o nos seguintes termos: 1.1-Adequação ao Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002; 1.2- Adequação do Estatuto aos termos apresentados pela NOTA TÉCNICA N.º 7126/2014/SEI-MC, da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações, referente ao Processo de Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47; 1.3- Adequação do Estatuto aos termos da Lei Federal n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, bem como da Norma Complementar n.º 1/2011, do Ministério das Comunicações. 2- Definição da denominação da instituição, tendo em vista que as denominações constantes do Estatuto Social, CNPJ e Requerimento de Outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e declarações anexas a este variam uma das

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br

MARCIA BORTOLOTTI WETTER
ADVOGADA
OAB/ES 9327



Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
A L T E M T I C A E C O
da cidade de Vitória - Admin
Este cópia confere com o original apresentado. Dou f. 10/07/2011
Pólice para Matrícula nº 00422
Consulte autenticidade em www.iles-lus.br
Eml.: R\$ 33,33 T.X. Fie.: R\$ 59 Total: R\$ 92,32



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações – Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

outras, conforme citado na Nota Técnica acima citada, em seu Item VII; 4-Adequação do Mandato da Diretoria Executiva ao que dispõe a alínea h.3, do Item 8.2, da Norma Complementar n.º 1/2011, que dispõe que o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria deverá ser limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução; 5- Prestação de outros esclarecimentos necessários para o bom funcionamento da Associação. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Danil Rodrigues Arariba, convidando o Sr. Sebastião Luiz Garcia para secretariá-lo. O Senhor Presidente saudou e agradeceu a presença de todos e declarou aberta a Assembleia Geral Extraordinária. Em seguida, o Senhor Presidente registrou a presença da Dra. Márcia Bortoloti Wetler, advogada inscrita na OAB/ES sob o nº 9327, que esteve presente para prestar esclarecimentos jurídicos quanto aos dispositivos do Estatuto Social a ser aprovado, bem como para assessorar juridicamente a Diretoria Executiva e a própria Assembleia Geral na realização dos trabalhos. Dando início aos trabalhos, o Presidente noticiou a necessidade urgente de se aprovar um novo Estatuto Social, adequando-o às normas apresentadas pela **NOTA TÉCNICA N.º 7126/2014/SEI-MC**, da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações, referente ao Processo de Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47, sob pena de extinção da outorga concedida para funcionamento da Rádio. O Senhor Presidente explicou que além das necessárias adequações ao Código Civil Brasileiro - Lei 10.406/2002 e também aos termos da Lei Federal n.º 9.612/98, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, várias são as adequações exigidas pela Nota Técnica do Ministério das Comunicações, cujo estatuto deverá atender aos dispositivos da Norma Complementar n.º 1/2011, do próprio Ministério das Comunicações. O Senhor Presidente solicitou ao Secretário que fizesse a leitura integral da Nota Técnica n.º 7126/2014/SEI-MC, que em resumo segue nos seguintes termos: "**Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC: Item 1-** Trata-se da análise do pedido de renovação da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rio Novo do Sul/ES. **Item 2-** Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instruiu o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma n.º 1/2011: I- Comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que o Estatuto Social foi devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas, em atendimento ao disposto no subitem 8.1, alínea "b", da Norma Complementar n.º 01/2011. II- Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 9.º, ao disposto no item 8.2, alínea "h".

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telephone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br

MÁRCIA BORTOLOTTI WETLER
ADVOGADA
OAB/ES 9327

Outros (origem externa) 0630849

SEI 53900.037646/2015-50 pg. 62

Santos

Marcete Menegazzo
Rosamir To
Pesando

Pereira

Corli

Valdivia
Santos



Cartório de Registro Civil e Tabelionato
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
Avenida E N I C A e C O
Em testemunho
Patricia Mara Moreira Amaral, substitui - Admin
022582.XRG1502.00421
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Eml.: R\$2,53 TX.Fis.: R\$0,59 Total: R\$2,92



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18, da Lei nº 9.612/1998, conforme transcrito a seguir - Lei nº 9.612/1998: Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. II (continuação)- Além de que, o Estatuto Social ainda deverá conter, conforme Norma nº 1/2011: 8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá: d) estar registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos do artigo . 116, inciso I, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo que qualquer alteração efetuada deverá estar averbada junto àquele Registro; 8.2.e) conter a denominação, os fins e o tempo de duração da entidade e, ainda, quando houver, o fundo social; 8.2.g) indicar entre os seus objetos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme legislação vigente; 8.2.h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo: h.2) o cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial; e h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução; 8.2.i) indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil; 8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que: a) estabeleçam os critérios para ingresso e exclusão dos associados; b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço; c) assegurem a todos os associados, pessoas físicas, em dia com suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes; d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes, inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes; g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados; h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos arts. 59 e 60, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. III- As alterações estatutárias promovidas

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br



Cantão de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
A L T E M T I C A E C O
Em testemunho
Patricia Maria Moreira - Substitui - Admin
022552 XRG1502.00420
Consulte autenticidade em www.tles.jus.br
Eml. R\$2,33 Tx. Fis. R\$0,59 Total: R\$2,92



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação. IV- Comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que a Ata de Eleição datada de 18/09/2012, foi devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmada em Pessoas Jurídicas, em atendimento ao disposto no subitem 8.1, alínea "c", da Norma nº 1/2011. V- Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção as restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2. VI- Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1, da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora. "21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária." VII- Diante da documentação constante dos autos de seu processo, constatou-se que a Entidade indicou, por meio de alguns documentos, denominação que variam uma das outras, conforme abaixo indicado: - No registro do CNPJ consta como denominação da entidade: Rádio Comunitária Mensagem; - No Estatuto Social consta como denominação da entidade: Rádio Comunitária Mensagem FM; - No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e nas declarações apresentadas, consta a seguinte denominação da entidade: Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul. Desta forma a entidade deverá definir qual a sua real denominação e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente. [...] - No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e nas declarações apresentadas consta como endereço da sede: Rua Ostácio Motta, s/n, Rio Novo do Sul/ES; - No CNPJ e no Estatuto Social consta o seguinte endereço da sede: Rua Major Caetano, s/n, Centro, Rio Novo do Sul/ES. Desta forma a entidade deverá definir qual o seu real endereço da sede e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente. Item 3- Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que: I- Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações-partidárias, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9.612/98, vez que o Presidente da entidade,

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br

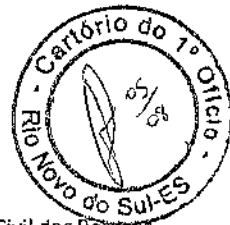
MÁRCIA BORTOLINI WETTER
ADVOGADA
OAB/ES 9327

Outros (origem externa) (0630849)

SEI 53900.037646/2015-50 / pg. 65



Cartório de Registro Civil e Notas da Sec. de Rio Novo do Sul, Espírito Santo
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
A U T E N T I C A D O
Em testemunha com o original apresentado. Dou t. 10/07/2015
Partida Maria Moreira Amaral - Substituído - Admin
023582 X R 01502 00400
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emi: R\$2,53 Tx: R\$1,59 Total: R\$2,92



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

senhor Danil Rodrigues Arariba, é detentor de cargo comissionado na Câmara Municipal de Rio Novo do Sul/ES, conforme site da Câmara (0080503), motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.” Após a leitura de todas as divergências apontadas, o Senhor Presidente esclareceu que foi apresentada defesa ao Ministério das Comunicações justificando as pendências já cumpridas e solicitando a prorrogação de prazo para cumprir as demais, já que para tanto seria necessário a alteração do Estatuto e a devida aprovação da Assembleia Geral. Em seguida, o Senhor Presidente teceu esclarecimentos quanto à necessidade de alteração de todo o Estatuto, o que foi deliberado pela Assembleia e aprovado mediante aclamação. O Senhor Presidente, dando continuidade aos trabalhos, fez referência quanto à denominação da Rádio, afirmando que hoje, legalmente, a denominação correta da Rádio é a que consta no Estatuto Social, ou seja, Rádio Comunitária Mensagem FM, pois é a denominação que consta do registro de pessoas jurídicas. Lembrou que por ocasião da decisão judicial prolatada em 22 de dezembro de 1999, o MMº Juiz determinou que a Rádio Comunitária Mensagem FM (antes registrada sob o n.º 01, Livro B – Pessoas Jurídicas – Rádiodifusão) e todos os seus atos anteriormente registrados e averbados fossem registrados no livro destinado às Associações, para que se adequasse às exigências legais. A partir daí, começaram a se referir à Rádio Comunitária Mensagem FM como ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, sem promover a devida adequação da denominação no Estatuto e respectivo registro, razão pela qual, consta da reforma do Estatuto a denominação que já vem sendo utilizada e que deverá constar do Registro, qual seja, ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, o que foi deliberado pela Assembleia e aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente deu ênfase ao inciso VII, da citada Nota Técnica, no que se refere ao endereço da sede da Associação, já que no registro do CNPJ e no Estatuto Social consta endereço divergente do constante do requerimento para renovação da outorga apresentado ao Ministério das Comunicações. Assim sendo, a Assembleia confirmou por unanimidade que o endereço da sede da Associação é a Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo e que deverá constar do novo Estatuto, bem como dos demais registros da Associação, inclusive, com a devida alteração no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, devendo ser providenciadas as devidas retificações. O Senhor Presidente, por deliberação da Assembleia, fez constar que a atual sede da Associação é própria e foi construída com recursos próprios, estando a ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM sediada na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, desde 27 de março de 2010, data de inauguração da

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com – www.mensagemfm.com.br



Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas
Rua Coronel Joaquim Alves, nº 27
Avenida E. M. T. C. A. S. Q.
Em testemunho
Patricia Maria Moreira Amaral - Substituída de verdade
022552.X.R.G1502.00412
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
EML: R\$2,33 TX Fis: R\$0,59 Total: R\$2,92



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 - Lº A - Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES - CNPJ: 02.309.551/0001-67 - Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 - Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

nova sede. O Senhor Presidente também fez menção às demais pendências apresentadas pelo Ministério das Comunicações, que serão objeto de reforma no estatuto, tais como, fins e tempo de duração da entidade, finalidade, objetivos sociais, constituição dos órgãos deliberativos e administrativos, cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial, o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, que deverá ser limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, condições de alterações estatutárias, critérios para ingresso e exclusão dos associados, entre outras. Após todas as considerações, o Presidente explicou que caso as pendências apresentadas não sejam sanadas, a outorga concedida à Associação para execução do serviço de radiodifusão comunitária será extinta, trazendo prejuízos para o Município de Rio Novo do Sul e para a população em geral. Em seguida, foi feita a leitura da minuta do estatuto social, artigo por artigo, enfatizando os objetivos da associação, sua finalidade, os direitos e deveres dos associados, os órgãos existentes dentro da associação, os termos da programação mínima da Associação e os princípios a serem respeitados quanto à programação. Após discussão de todos os artigos, a assembléia aprovou o estatuto que disciplinará o funcionamento da entidade, por unanimidade e sem emendas ou modificações, mantendo o teor apresentado, conforme segue em apartado, ficando desta forma reformado e consolidado o estatuto social da entidade. Em seguida, o Presidente frisou a todos, que atual Diretoria Executiva, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de setembro de 2012, foi eleita para um mandato de cinco anos, entretanto, com a atual reforma do Estatuto e em obediência aos dispositivos legais que regem a matéria, em especial, a Norma do Ministério das Comunicações nº 01/2011, o mandato dos membros da diretoria é limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução ao mesmo cargo. Assim sendo, o Presidente declarou que a atual diretoria deverá respeitar o mandato de quatro anos, findando o seu mandato em setembro de 2016, nos termos do novo Estatuto, o que foi devidamente deliberado pela Assembleia Geral e aprovado por unanimidade. Após, o Senhor Presidente declarou que o mandato da atual Diretoria Executiva, assim constituída: Presidente: Danil Rodrigues Arariba, Vice-Presidente: Daniel da Silva, Tesoureira: Graciane Moreli da Silva, Secretário: Sebastião Luiz Garcia, Diretor de Patrimônio: Adelson Gomes da Silva, será de quatro anos, tendo iniciado em 18 de setembro de 2012 e findando na terceira terça-feira do mês de setembro de 2016, ou seja, em 20 de setembro de 2016, quando deverá ocorrer novas eleições para a Diretoria Executiva e para o Conselho Comunitário. O Senhor Presidente esclareceu que o diretor que estiver ocupando o mesmo cargo já pela segunda vez, não poderá concorrer novamente ao mesmo cargo. Os termos da

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) - CEP 29290-000

Telephone: (28) 3533-0046 - e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br

MARCIA BORTOLOTTI WETTER
ADVOGADA
OAB/ES 9327

Outorga externa nº 0630849

SEI 53900.037646/2015-50 / pg. 78

conta
Maurício Menegazzo
João Paulo
Conlu Falcão da Costa
e
Pereira



Cartório de Registro Civil e Vital
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
A U T E N T I C A Ç ã O
Esta cópia contém o original apresentado. Dou t. 10/07/2015
Em testemunho
Patricia Maria Moreira Amarel - Substituit - Admin
022552.XRG1502.00402
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Eml: R\$2,33 Tx Fis: R\$0,59 Total: R\$2,92



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

adequação do mandato da atual Diretoria Executiva, acima descritos, foram deliberados e aprovados por unanimidade pela Assembleia Geral. Após, o Senhor Presidente justificou aos Associados que, revendo os registros da Associação, verificou que a Eleição da Diretoria realizada em 18 de setembro de 2012 foi antecipada em (05) cinco meses, tendo a atual Diretoria Executiva esclarecido que os diretores da época entenderam, que por não ter data fixa para realização das eleições no Estatuto à época vigente e por já estar próximo o fim do mandato dos mesmos, poderiam eles realizar as eleições naquela data, a fim de se evitar o tumulto das festividades de fim de ano e por ocasião das férias dos Associados, que geralmente ocorrem nos meses de janeiro e fevereiro, o que foi de imediato deliberado e compreendido pela Assembleia Geral, cuja maioria dos integrantes estavam presentes naquela ocasião. A Assembleia por maioria solicitou que esta justificativa constasse dos termos da presente Ata e assim foi feito. O Senhor Presidente também esclareceu à Assembleia que na data de 18 de setembro de 2012, quando ocorreu a eleição para a atual Diretoria Executiva, não foi feita a eleição para o Conselho Comunitário, pois à época não compareceram candidatos para assumirem os cargos do Conselho. Entretanto, o Presidente esclareceu à Assembleia que uma das pendências exigidas pelo Ministério das Comunicações é o funcionamento do Conselho Comunitário, sob pena de extinção da outorga concedida a esta emissora. Assim sendo, a Assembleia Geral deliberou que deveria ser feita a realização imediata do Conselho Comunitário, nos termos do Estatuto Social aprovado nesta data, o que foi aprovado por unanimidade. A Assembleia deliberou também que o mandato do Conselho Comunitário a ser eleito deverá ser coincidente com o mandato do atual Diretoria Executiva, ou seja, deverá findar em 20 de setembro de 2016, quando ocorrerá novas eleições, o que foi aprovado por unanimidade. Foi deliberado e aprovado em Assembleia que a data para eleição do Conselho Comunitário será no dia 04 de novembro do corrente ano, devendo o Edital de Convocação, a ser feito pelo Presidente (Art. 27, I, do Estatuto), ser afixado na sede da Associação, com divulgação de pelo menos 4 (quatro) chamadas diárias durante a programação da Rádio, nos termos do Artigo 31, do novo Estatuto. Por último, a Assembleia deliberou que provisoriamente não haverá cobrança aos Associados Contribuintes da contribuição social, estando os mesmos isentos, até porque já não vem sendo cobrada por não ter sido fixado anteriormente o seu valor. A Assembleia deliberou que por ocasião da próxima Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em janeiro de 2015 (Artigo 26, I, do novo Estatuto), decidirá se fixará ou não valor a ser pago mensalmente pelos Associados Contribuintes. Cumprida a pauta da convocação, a Assembleia foi suspensa para a lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a presente lida e aprovada por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente

Daniellee dos Santos Araújo

Depressão

Deceit

Manoela Menegatto

Regiane

Exanito

des Santos

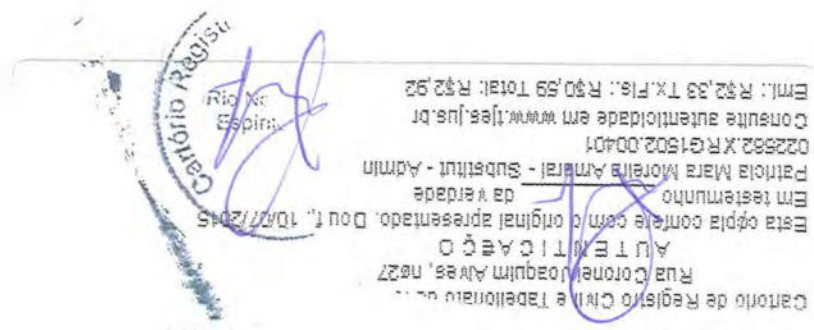
Enli

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br

MARCIA BORTOLOTTI WETTER
ADVOGADA
OAB/ES 9321

Valéria
Ferreira





ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

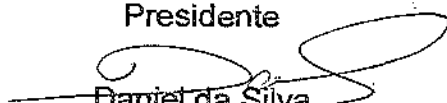
Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

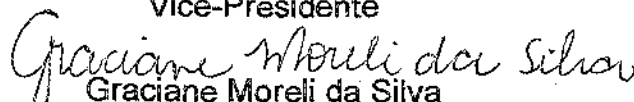
deu por encerrado os trabalhos, agradecendo a presença de todos. Esta transcrição, em duas (02) vias, é fiel ao deliberado em Assembleia nesta data e de inteira responsabilidade de quem a redigiu e de todos os participantes.


Rio Novo do Sul/ES, 22 de outubro de 2014.

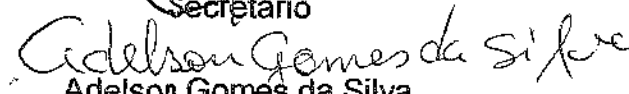
Pela Diretoria Executiva:


Daniel Rodrigues Arariba
Presidente

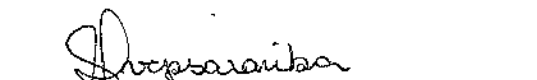

Daniel da Silva
Vice-Presidente


Graciane Moreli da Silva
Tesoureira


Sebastião Luiz Garcia
Secretário


Adelson Gomes da Silva
Diretor de Patrimônio

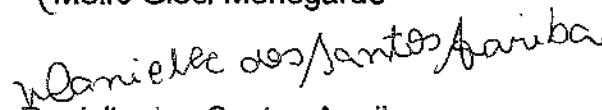
Demais Associados:


Sílvia Cristina P. dos Santos Arariba

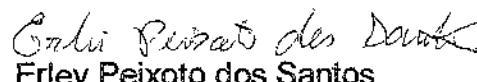

Rogério Amaral


Rodrigo dos Santos Arariba


Meire Gleci Menegardo


Danielle dos Santos Arariba


Aloisân Pereira Peixoto

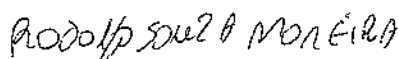

Erley Peixoto dos Santos


Leamita Peçanha dos Santos


Marinete Menegardo


Valdicéia da Conceição Ferreira

Rodolfo Souza Moreira



Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br


MARCIA BORTOLOTTI WETLER
OAB/ES 9327

Cartório de Registro Civil e Tabellionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
Rec. em 20/03/2015, por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
DANIL RODRIGUES RARIEA, SEBASTIAO LUIZ GARCIA
Em testemunho da verdade
Patrícia Mara Moreira Amaral - Substitut - Admin
022552.WEG1409.01894,022552.WEG1409.01895
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emil.: R\$8,42 Tx.Fls.: R\$1,68 Total: R\$10,10



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Comarca de Rio Novo do Sul-ES
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Belª Pollyana Vieira de Oliveira - Oficiala
Rua José Braz de Mendonça, nº 13, 1º piso - Centro
Rio Novo do Sul-ES | (28) 3533-1265
Averbado(a) sob o nº 10, no Livro A, às margens
do registro nº 50.
Rio Novo do Sul-ES, 26 de fevereiro de 2015.
Oficiala: Pollyana Vieira de Oliveira
Pollyana Vieira de Oliveira
Oficiala

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização
023093 AFV140101352

Emolumentos: R\$333,55 Taxas: R\$90,34 Total: R\$423,89

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Cartório de Registro Civil e Tabellionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
AUTENTICAÇÃO
Esta cópia confere com o original apresentado. Dou f., 10/07/2015
Em testemunho da verdade
Patrícia Mara Moreira Amaral - Substitut - Admin
022552.XRG1502.00405
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emil.: R\$2,33 Tx.Fls.: R\$0,59 Total: R\$2,92



Cartório de Registro Civil e Tabellionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
AUTENTICAÇÃO
Esta cópia confere com o original apresentado. Dou f., 10/07/2015
Em testemunho da verdade
Patrícia Mara Moreira Amaral - Substitut - Admin
022552.XRG1502.00403
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emil.: R\$2,33 Tx.Fls.: R\$0,59 Total: R\$2,92





ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, INSCRITA NO CNPJ SOB O N.º 02.309.551/0001-67.

Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro (11) de dois mil e quatorze (2014), às 19h30min, na sede da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, localizada na Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, de acordo com as informações constantes do edital de convocação publicado em 22/10/2014 no átrio da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul, inclusive, com quatro pronunciamentos diários da convocação, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2014, reuniram-se em Assembleia a Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM para Eleição e Posse do Conselho Comunitário, cujo mandato será coincidente com o mandato da atual Diretoria Executiva, ou seja, até 20 de setembro de 2016, quando deverão ocorrer novas eleições. Às dezenove horas e trinta minutos foi feita a primeira convocação, conforme edital de convocação, estando presentes todos os associados, quais sejam: Danil Rodrigues Arariba, Sílvia Cristina Peçanha dos Santos Arariba, Daniel da Silva, Graciane Morelli da Silva, Sebastião Luiz Garcia, Adelson Gomes da Silva, Rogério Amaral, Marinete Menegardo, Meire Gleci Menegardo, Aloisan Pereira Peixoto, Valdicéia da Conceição Ferreira, Danielle dos Santos Arariba, Rodrigo dos Santos Arariba, Leamita Peçanha dos Santos, Erley Peixoto dos Santos e Rodolfo Souza Moreira. Sendo devidamente verificado o quorum legal para instalação e aprovação dos assuntos a serem tratados, deu-se início aos trabalhos. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Danil Rodrigues Arariba, convidando o Sr. Sebastião Luiz Garcia para secretariá-lo. O Senhor Presidente saudou e agradeceu a presença de todos e declarou aberta a Assembleia Geral Extraordinária. Em seguida, o Senhor Presidente registrou a presença da Dra. Márcia Bortoloti Wetler, advogada, inscrita na OAB/ES sob o nº 9327. Dando início aos trabalhos, o Presidente noticiou, conforme já deliberado na última Assembleia Geral Extraordinária da Associação, realizada em 22 de outubro de 2014, que, conforme decidido por unanimidade, a eleição para o Conselho Comunitário deveria ser feita imediatamente, a fim de atender os dispositivos do Estatuto Social e sanar as pendências junto ao Ministério das Comunicações, para que a Associação não seja punida com a pena de extinção da outorga concedida. O Senhor Presidente esclareceu à Assembleia que na data de 18 de setembro de 2012, quando ocorreu a eleição para a atual Diretoria Executiva, não foi feita a eleição para o Conselho Comunitário, pois à época não compareceram candidatos para assumirem os cargos do Conselho. O

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br

MARCIA BORTOLOTTI WETLER
ADVOGADA
OAB/ES 9327

Cartório de Registro Civil e Notas da
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
A U T E N T I C A D O
da seguinte forma:
Esta é a cópia conferida com o original
Em testemunho
Pública Maria Moura Moura
D. 22/03/2015
Consulte e autentique em
Empl.: R. 22/03/2015





ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lª A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

Senhor presidente lembrou ainda, conforme já deliberado na última Assembleia, realizada em 22 de outubro de 2014, que o mandato do Conselho Comunitário a ser eleito será coincidente com o mandato da atual Diretoria Executiva, ou seja, deverá findar em 20 de setembro de 2016, quando ocorrerão novas eleições. Procedendo-se então a eleição do Conselho Comunitário para o período de 04 de novembro de 2014 a 20 de setembro de 2016, o Senhor Presidente apresenta à Assembleia os candidatos aos cargos do Conselho Comunitário, registrados em CHAPA ÚNICA, dando início ao pleito eletivo, e após a contagem dos votos, e respeitados os requisitos estatutários, foi apresentado o resultado pelo Sr. Presidente, que declarou eleita a CHAPA ÚNICA, que obteve votação unânime dos associados, ficando assim composto o Conselho Comunitário, NESTE ATO EMPOSSADO: ROGÉRIO DO AMARAL, brasileiro, divorciado, serígrafo, residente na Rua Luiz Uller, nº 12, Bairro Centro, Rio Novo do Sul/ES, RG nº M-4.654.633-MG, CPF nº 605.520.186-00, Celular nº (28) 99915-0809, representante da Associação de Esporte e Cultura de Rio Novo do Sul; ALOISAN PEREIRA PEIXOTO, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, residente na Avenida Amâncio Martins Athayde, nº 04, Bairro São José, Rio Novo do Sul/ES, RG nº 1.348.827-SPTC-ES, CPF nº 080.007.247-23, Celular nº (28) 99951-4717, representante da Associação Comunitária do Bairro São José; ILCINÉA PINTO DAS DORES ROSA, brasileira, casada, servidora pública municipal, residente na Rua Projetada, s/nº, Bairro São José, Rio Novo do Sul/ES, RG nº 08.672.883-9-DIC-RJ, CPF nº 616.869.647-49, Celular nº (28) 99981-1597, representante da Igreja Adventista do 7º Dia de Rio Novo do Sul; LEANDRO JOSÉ SANTOS SANTANA, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, residente na Rua Nelson Oliveira, s/n, Bairro Nossa Senhora da Penha, Rio Novo do Sul/ES, RG nº 1.817.582-SSP-ES, CPF nº 092.358.397-18, Celular nº (28) 99969-5872, representante da Associação Comunitária do Bairro Nossa Senhora da Penha; LEAMITA PEÇANHA DOS SANTOS, brasileira, casada, aposentada, residente na Rua Volpato, s/n, Bairro Centro, Rio Novo do Sul/ES, RG nº 1.702.435-ES, CPF nº 762.069.047-68, representante da Igreja Universal do Amor de Deus; todos membros efetivos. Os membros do Conselho Comunitário elegeram como seu presidente o Senhor ROGÉRIO DO AMARAL, já qualificado acima. E, para constar, vai assinado pelos conselheiros que prestaram a solenidade e compromisso de respeitar o exercício do mandato, a Constituição Federal, as leis vigentes e o Estatuto da Associação. A Assembleia Geral DECLAROU EMPOSSADOS os referidos eleitos para ocupação dos cargos do Conselho Comunitário. Ato seguinte, o senhor Presidente conclamou aos eleitos para assumirem imediatamente as funções dos respectivos cargos, desejando-lhes a realização de um trabalho profícuo e leal durante o período

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com – www.mensagemfm.com.br

MARCIA BORTOLOTTI WETTER
ADVOGADA
OAB/ES 9327

00000 (origem externa) (0630849)

00000 (origem externa) (0630849)

SEI 3390644-646/2015 SU - pg. 78

Valdinei
Ferreira



Cartório de Registro Civil e Notas da Sede
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
A U T E N T I C A Ç Ã O
Em testemunho
Patricia Maria Moreira Amarel - Substitui - Admin
022582.XRG1502.00427
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Eml.: R\$2,33 T% Fis.: R\$0,59 Total: R\$2,92



ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações – Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

do mandato. Cumprida a pauta da convocação, a Assembleia foi suspensa para a lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a presente lida e aprovada por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, agradecendo a presença de todos. Esta transcrição, em duas (02) vias, é fiel ao deliberado em Assembleia nesta data e de inteira responsabilidade de quem a redigiu e de todos os participantes.

Rio Novo do Sul/ES, 04 de novembro de 2014.

Pela Diretoria Executiva:

Daniel Rodrigues Arariba
Presidente

Daniel da Silva
Vice-Presidente

Graçiane Moreli da Silva
Tesoureira

Sebastião Luiz Garcia
Secretário

Adelson Gomes da Silva
Diretor de Patrimônio

Conselho Comunitário Eleito e Empossado:

Rogério do Amaral

Aloisân Pereira Peixoto

Ilcinea Pinto das Dores Rosa

Leandro José Santos Santana

Leamita P. dos Santos
Leamita Peçanha dos Santos

Demais Associados:

Sílvia Cristina P. dos Santos Arariba

Rogério Amaral

Rodrigo dos Santos Arariba

Leamita P. dos Santos
Leamita Peçanha dos Santos


Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br

Danielle dos Santos Arariba

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul

Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
 A U T E N T I C A Ç ã O
 Esta cópia confere com o original apresentado. Dou t., 10/07/2015


Em testemunho da verdade
 Patrícia Maria Moreira Amaral - Substitui - Admin
 022582.X/RG1502.00425
 Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
 Eml.: R\$3,33 Tx. Fis.: R\$0,59 Total: R\$3,92



Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul

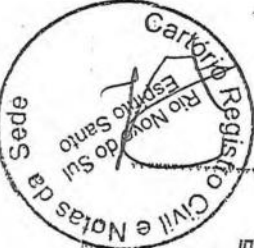
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
 A U T E N T I C A Ç ã O
 Esta cópia confere com o original apresentado. Dou t., 10/07/2015

Em testemunho da verdade
 Patrícia Maria Moreira Amaral - Substitui - Admin
 022582.X/RG1502.00425
 Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
 Eml.: R\$2,33 Tx. Fis.: R\$0,59 Total: R\$2,92



Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul

Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
 Rec. em 20/07/2015, por SEMELHANÇA(s) firma(s) de:
 DANIL RODRIGUES ARAÚJO, SEBASTIAO LUIZ GARCIA
 da verdade
 Patrícia Maria Moreira Amaral - Substitui - admin
 022582.WEG1409.01894.WEG1409.01895
 Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
 Eml.: R\$8,42 Tx. Fis.: R\$1,68 Total: R\$10,10





ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

Marinete Menegardo
Marinete Menegardo

Alois Pereira Peixoto
Alois Pereira Peixoto

Meire Gleci Menegardo
Meire Gleci Menegardo

Erley Peixoto dos Santos
Erley Peixoto dos Santos

Danielle dos Santos Arariba
Danielle dos Santos Arariba

Valdiléia e, Ferreira
Valdiléia da Conceição Ferreira

Rodolfo Souza Moreira

Rodolfo Souza Moreira

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com - www.mensagemfm.com.br

Marcia Bortoloti Wetler
MARCIA BORTOLOTI WETLER
ADVOGADA
OAB/ES 9327

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Comarca de Rio Novo do Sul-ES
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Belª Pollyana Vieira de Oliveira - Oficiala
Rua José Braz de Mendonça, nº 13, 1º piso - Centro
Rio Novo do Sul-ES | (28) 3533-1265

Averbado(a) sob o **nº 11**, no Livro **A**, às margens
do registro nº **50**.

Rio Novo do Sul-ES, 26 de fevereiro de 2015.

Oficiala: Pollyana Vieira de Oliveira
Pollyana Vieira de Oliveira
Oficiala

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização
023093 AFV140101354

Emolumentos: R\$149,07 Taxas: R\$44,23 Total: R\$193,30

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Cartório de Registro Civil e Tabellionato de Notas de Rio Novo do Sul

Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

AUTENTICAÇÃO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou f., 10/07/2015

Em testemunho da verdade

Patrícia Mara Moreira Amaral - Substituta - Admin

022582.XRG1502.00423

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Emi.: R\$2,33 Tx.Fls.: R\$0,59 Total: R\$2,92



Cartório de Registro Civil e Tabellionato de Notas de Rio Novo do Sul

Rua Coronel Joaquim Alves, nº27

AUTENTICAÇÃO

Esta cópia confere com o original apresentado. Dou f., 10/07/2015

Em testemunho da verdade

Patrícia Mara Moreira Amaral - Substituta - Admin

022582.XRG1502.00424

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Emi.: R\$2,33 Tx.Fls.: R\$0,59 Total: R\$2,92





ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Associação Civil, sem fins econômicos, Fundada em 19/05/97, Registrada sob o nº 50 – Lº A – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Rio Novo do Sul-ES – CNPJ: 02.309.551/0001-67 – Reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Rio Novo do Sul através da Lei Municipal nº 113/97 e pelo Estado do Espírito Santo através da Lei Estadual nº 9.361/2009 – Autorizada pelo Ministério das Comunicações - Processo de Outorga nº 53660.000718/1998

CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, ELEITO E EMPOSSADO EM 04 DE NOVEMBRO DE 2014 - GESTÃO: 04/11/2014 à 20/09/2016:

PRESIDENTE: ROGÉRIO DO AMARAL, brasileiro, divorciado, serigrafo, residente na Rua Luiz Uller, nº 12, Bairro Centro, Rio Novo do Sul/ES, RG nº M-4.654.633-MG, CPF nº 605.520.186-00, Celular nº (28) 99915-0809, representante da Associação de Esporte e Cultura de Rio Novo do Sul.

ALOISAN PEREIRA PEIXOTO, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, residente na Avenida Amâncio Martins Athayde, nº 04, Bairro São José, Rio Novo do Sul/ES, RG nº 1.348.827-SPTC-ES, CPF nº 080.007.247-23, Celular nº (28) 99951-4717, representante da Associação Comunitária do Bairro São José.

ILCINÉA PINTO DAS DORES ROSA, brasileira, casada, servidora pública municipal, residente na Rua Projetada, s/nº, Bairro São José, Rio Novo do Sul/ES, RG nº 08.672.883-9-DIC-RJ, CPF nº 616.869.647-49, Celular nº (28) 99981-1597, representante da Igreja Adventista do 7º Dia de Rio Novo do Sul.

LEANDRO JOSÉ SANTOS SANTANA, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, residente na Rua Nelson Oliveira, s/n, Bairro Nossa Senhora da Penha, Rio Novo do Sul/ES, RG nº 1.817.582-SSP-ES, CPF nº 092.358.397-18, Celular nº (28) 99969-5872, representante da Associação Comunitária do Bairro Nossa Senhora da Penha.

LEAMITA PEÇANHA DOS SANTOS, brasileira, casada, aposentada, residente na Rua Volpato, s/n, Bairro Centro, Rio Novo do Sul/ES, RG nº 1.702.435-ES, CPF nº 762.069.047-68, representante da Igreja Universal do Amor de Deus.

Rio Novo do Sul/ES, 18 de dezembro de 2014.


DANIL RODRIGUES ARARIBA
Presidente da Associação de Rádio
Comunitária Mensagem FM

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com – www.mensagemfm.com.br


JARCIA BORTOLOTTI WETLER
ADVOGADA
OAB/ES 9327


Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Novo do Sul
Rua Coronel Joaquim Alves, nº27
A U T E N T I C A Ç Ã O
Esta cópia confere com o original apresentado. Dou f. 10/07/2015
Em testemunho
Patricia Mara Moreira Amaral - Substituí - Admin
022552.XFG1502.00413
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br
Emi.: R\$2,33 Tx Fis.: R\$0,59 Total: R\$2,92




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS PII 520

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

 SOLGADO DIREITO



Rog. d. Amaral

ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO DEH 4.654.633 DATA DE EMISSÃO 03/02/86

NOME ROGERIO DO AMARAL

FILIAÇÃO PEDRO GARCIA DO AMARAL FILHO
MARIA TEREZINHA MOISES DO AMARAL

DATA DE NASCIMENTO 05/08/66

MURIAE-MG

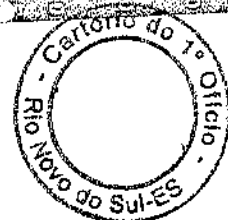
DOC. ORIGEM NGS-LV-73A FL-541 MURIAE-MG
605520186-00

CPF

BELO HORIZONTE, MG

Rog. d. Amaral

LEI Nº 7116 DE 29/06/83



CIC

NASCIMENTO 03-08-66 INSCRIÇÃO NO CPF 605 520 186 00

CONTRIBUINTE

ROGERIO DO AMARAL

Rog. d. Amaral

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCALIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTAL EMPOBOSADO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUENTES FISCALIS

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Rog. d. Amaral

CONFERE COM O ORIGINAL
EM: 04/11/2014

Marcia Bortoloti Wetler

MÁRCIA BORTOLOTTI WETLER
ADVOGADA
OAB/ES 9327



963084192

ALUIZIO PEREIRA PEREIRA

DDC. EMISSÃO/ORG. EMISSOR/UF
1348827 SPTC ES

CPF
080.007.247-23

DATA NASCIMENTO
11/05/1989

PLANO
ALUIZIO PEREIRA

AYLA MARIA PEREIRA
PEREIRA

PERMISSÃO
ACC
CAT. NÚM.
A

Nº REGISTRO
0093507070

DATA
23/05/2019

PLANTÃO
05/05/2019

ASSINATURA

LOCAL
Victoria-Espirito Santo

DATA EMISSÃO
27/05/2014

10683175546

25335171354

963084192

CONFERE COM O ORIGINAL

EM: 04/11/2014

Marcia Bortoloti Wetler

MÁRCIA BORTOLOTTI WETLER
ADVOGADA
OAB/ES 9327



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EMISSÃO: 15/03/2012

CPF: 00.617.883-9

ILCINEA PINTO DAS DORES ROSA

RG: 1.117.117-1

DATA DE NASCIMENTO: 22/11/1960

ENDEREÇO: RUA DE JANEIRO, 147, 113, JARDIM BOTANICAL, RIO DE JANEIRO, RJ, CEP: 22251-000

DATA DE EXPIRAÇÃO: 15/03/2017

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VALIDA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

0225

Polegar Direito

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CARTÃO DE IDENTIDADE

CONFERE COM O ORIGINAL

EM: 04/11/2014

[Assinatura]

MARCIA BORTOLOTTI WETLER

PROCURADORA DA CMRNS/ES

PORTARIA N.º 001/2007

OAB/ES 9327

VALIA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
580889596

PROIBIDO PLASTIFICAR
580889596

NOME
LEANDRO JOSE SANTOS SANTANA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
1817582 SSP ES

CPF
092.358.397-18

DATA NASCIMENTO
02/01/1983

FLUIÇÃO
JOSE LINO DE SANTANA
ARJANE SANTOS SANTANA

PERMISSÃO
PERMISSÃO DE EXERCÍCIO

ACC
ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
05325418906

VALIDADE
09/03/2016

1ª HABILITAÇÃO
21/09/2011

OBSERVAÇÕES

Leandro Jose Santos Santana
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
Vitoria-Espirito Santo

DATA EMISSÃO
06/11/2012

Fabio Henrique Pina Nelsen
Diretor Geral - DEIRA-VES
ASSINATURA DO PREENSAR

55338806971
ES327809590

DEPARTAMENTO DE REGISTRO CIVIL



CONFERE COM O ORIGINAL

EM: 04/11/2014

Marcia Bortoloti Wetler
MÁRCIA BORTOLOTI WETLER
ADVOGADA
OAB/ES 9327


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO *Pia Nova do Sul - ES*

RECEITA DO ESTADO DE MANUTENÇÃO PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL

QUANTO AO PRESENTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



LEAMITA PECANHA DOS SANTOS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MODELO TORNELAR 10/10/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.702.435-ES

DATA DE EXPEDIÇÃO 12.08.1993

NOME LEAMITA PECANHA DOS SANTOS

FILIAÇÃO LEY COSTA PECANHA E CARMELITA GUELHO PECANHA

NATURALIDADE RIO NOVO DO SUL - ES

DATA DE NASCIMENTO 29.12.1947

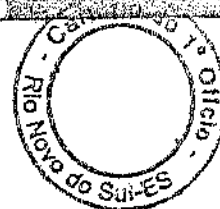
DOC. ORIGEM CERT 245-1803 FL 244-1803 CRC S. S. GUIMARÃES

RIO NOVO DO SUL - ES - 29.08.1993

CPF

Assinatura do Diretor

LEI Nº 418 DE 29/03/83



CIC

NASCIMENTO: 29.12.47

INSCRIÇÃO NO CPF: 762.069.047-68

CONTRIBUINTE

LEAMITA PECANHA DOS SANTOS

Assinatura do Secretário da Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE REGISTRAÇÃO DO CONTRIBUINTE

IDENTIFICANDO O CONTRIBUINTE E ATRIBUINDO O NÚMERO DE INSCRIÇÃO

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Assinatura do Contribuinte

Leamita Pecanha Santos

CONFERE COM O ORIGINAL

EM: 04/11/2014

MÁRCIA BORTOLOTI WETLER
ADVOGADA
OAB/ES 9327



CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM
ELEITO E EMPOSSADO EM 04 DE NOVEMBRO DE 2014
GESTÃO: 04/11/2014 A 20/09/2016

DECLARAÇÃO

O CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, eleito e empossado em 04 de novembro de 2014, no uso de suas atribuições legais e estatutárias (art. 21 e seguintes), a pedido do Presidente da Associação, para fins de renovação da Outorga n.º 53000.014914/2013-47, junto ao Ministério das Comunicações, **DECLARA** que a Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, situada na Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES), atende as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária e os princípios estabelecidos no artigo 4.º, da Lei n.º 9.612/98.

Em anexo segue a Grade de Programação da Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, com sua descrição resumida, a qual vem atendendo o interesse da comunidade local.

Rio Novo do Sul/ES, 21 de julho de 2015.

ROGÉRIO DO AMARAL
PRESIDENTE

**Representante da Associação de Esporte e
Cultura de Rio Novo do Sul**

DEMAIS MEMBROS:

ALOISÂN PEREIRA PEIXOTO
**Representante da Associação
Comunitária do Bairro São José**

LEANDRO JOSÉ SANTOS SANTANA
**Representante da Associação
Comunitária do Bairro Nossa Senhora
da Penha**

ILCINÉA PINTO DAS DORES ROSA
**Representante da Igreja Adventista
do 7º Dia de Rio Novo do Sul**

LEAMITA PEÇANHA DOS SANTOS
**Representante da Igreja
Universal do Amor de Deus**

GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RADIO MENSAGEM FM 87,9

(PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÕES)

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SABÁDO
05:00-GOSPEL	05:00-BOM DIA CIDADE	05:00-BOM DIA CIDADE	05:00-BOM DIA CIDADE	05:00-BOM DIA CIDADE	05:00-BOM DIA CIDADE	05:00-SERTANEJO
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
08:00- FICA CONOSCO SENHOR	08:00- BOM DIA CIDADE com DANIEL SILVA	08:00- BOM DIA CIDADE com DANIEL SILVA	08:00- BOM DIA CIDADE com DANIEL SILVA	08:00- BOM DIA CIDADE com DANIEL SILVA	08:00- BOM DIA CIDADE com DANIEL SILVA	08:00- BOM DIA RIO NOVO Aloisam
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
09:00- FICA CONOSCO SENHOR	09:00- Utilidade Publica= R-Amaral	09:00- Utilidade Publica= R-Amaral	09:00- Utilidade Publica= R-Amaral	09:00- Utilidade Publica= R-Amaral	09:00- Utilidade Publica= R-Amaral	08:00- BOM DIA RIO NOVO Aloisam
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
10:00- GOSPEL	10:00- ESPORTE EM AÇÃO=R-Amaral	10:00- ESPORTE EM AÇÃO=R-Amaral	10:00- ESPORTE EM AÇÃO=R-Amaral	10:00- ESPORTE EM AÇÃO=R-Amaral	10:00- ESPORTE EM AÇÃO=R-Amaral	08:00- BOM DIA RIO NOVO Aloisam
IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
12:00- GOSPEL	12:00- MOMENTO CULTURAL=DANIEL	12:00- MOMENTO CULTURAL=DANIEL	12:00- MOMENTO CULTURAL=DANIEL	12:00- MOMENTO CULTURAL=DANIEL	12:00- MOMENTO CULTURAL=DANIEL	12:00- GOSPEL
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
13:00- GOSPEL	13:00- TARDE TOTAL	13:00- TARDE TOTAL	13:00- TARDE TOTAL	13:00- TARDE TOTAL	13:00- TARDE TOTAL	13:00- SALA ESPERA
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	IDENTIFICAÇÃO
15:00- SALA ESPERA	15:00- CONEXÃO GOSPEL	15:00- ADORAÇÃO	15:00- CONEXÃO GOSPEL	15:00- ADORAÇÃO	15:00- CONEXÃO GOSPEL	15:00- SALA ESPERA
IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
17:00- GOSPEL	17:00- TARDE DE LOUVOR	17:00- CONEXÃO GOSPEL	17:00- TARDE DE LOUVOR	17:00- CONEXÃO GOSPEL	17:00- TARDE DE LOUVOR	17:00- SALA ESPERA
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
19:00- SALA ESPERA	19:00- VOZ BRASIL	19:00- VOZ BRASIL	19:00- VOZ BRASIL	19:00- VOZ BRASIL	19:00- VOZ BRASIL	19:00- SALA ESPERA
IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
20:00- Flash Back	20:00- Flash Back	20:00- Flash Back	20:00- Flash Back	20:00- Flash Back	20:00- Flash Back	20:00- ROMANTICAS
IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
23:00- FECHAMENTO	23:00- FECHAMENTO	23:00- FECHAMENTO	23:00- FECHAMENTO	23:00- FECHAMENTO	23:00- FECHAMENTO	23:00- FECHAMENTO

Programa Pexanha dos Santos



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ n.º 02.309.551/0001-67

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DELEGADO DA DELEGACIA REGIONAL DO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM SÃO PAULO – THIAGO GALVÃO

Cópia

REFERÊNCIA: Ofício n.º 7000/2014/SEI-MC

ASSUNTO: Esclarecimento à Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC, relativa à
análise do processo n.º 53000.014914/2013-47

1

A RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n.º 02.309.551/0001-67, fundada em 19 de maio de 1997, devidamente registrada no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, em 22 de dezembro de 1999, sob o n.º 50, Livro "A" – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por determinação judicial, que deu por encerrado o Registro Anterior realizado em 26 de junho de 1997, sob n.º 01, Livro "B" – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, situada na Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES), através do seu representante legal, **DANIL RODRIGUES ARARIBA**, brasileiro nato, casado, servidor público municipal, com domicílio na Rua Joaquim Alves, 01, centro, Rio Novo do Sul/ES, inscrito no CPF sob o n.º 892.430.647-20, vem com o devido respeito à presença de Vossa Senhoria, em atendimento ao Ofício supracitado, bem como à Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC, expor e ao final requerer o que se segue:

SÍNTESE DOS FATOS:

Em análise ao Processo de Renovação de Outorga n.º 53000.014914/2013-47 da Rádio Comunitária Mensagem FM, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rio Novo do Sul/ES, a Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo observou a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instruiu o Requerimento, além da prestação de esclarecimentos aos itens

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

apontados na Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

DO MÉRITO:

Passando para o mérito dos itens apontados na Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC, passíveis de saneamento, a Requerente passa a esclarecer item por item, providenciando a juntada dos documentos pendentes, a fim de atender os subitens 8.1 e 20.3, da Norma n.º 1/2011:

Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC:

Item 2.I- "Comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que o Estatuto Social foi devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas, em atendimento ao disposto no subitem 8.1, alínea "b", da Norma Complementar n.º 01/2011", cuja certidão cartorária comprovando o registro do Estatuto Social da Associação e suas alterações segue em anexo em 04 (quatro) laudas.

2

Item 2.II- "Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 9.º, ao disposto no item 8.2, alínea "h", subalínea "h.3" da Norma nº 1/2011, artigos 28, "d", 29, "c", pois prevê que a receita e despesa advirá de patrocínio do comércio local, ao disposto no artigo 18, da Lei n.º 9.612/1998, conforme transcrito a seguir.

Lei n.º 9.612/1998

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

A pendência descrita neste Item já foi sanada em Assembleia Geral Extraordinária da Associação realizada em 09 de fevereiro de 2010 e registrada no Cartório do 1º Ofício em 08 de março de 2010, onde o Artigo 28, "d" do estatuto passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. [...]

d) patrocínio sob forma de apoio cultural;

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

E a alínea "c", do artigo 29, foi excluída do Estatuto Social. Cumprindo-se assim as exigências acima apontadas, tudo conforme comprova certidão cartorária em anexo.

Vale esclarecer, que por ocasião da reforma do Estatuto Social da Associação será dada melhor redação aos dispositivos, sempre levando em consideração a Norma n.º 1/2011 e o Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002).

Item 2.11 (continuação)- Além de que, o Estatuto Social ainda deverá conter, conforme Norma n.º 1/2011:

8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

d) estar registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos do artigo . 116, inciso I, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo que qualquer alteração efetuada deverá estar averbada junto àquele Registro;"

3

Conforme comprova certidão em anexo, a Associação encontra-se devidamente registrada no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, em 22 de dezembro de 1999, sob o n.º 50, Livro "A" – Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por determinação judicial, que deu por encerrado o Registro Anterior realizado em 26 de junho de 1997, sob n.º 01, Livro "B" – Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Conforme mesma certidão, todas as alterações feitas no Estatuto Social, bem como o registro das Diretorias Eleitas encontram-se averbadas às margens do respectivo termo.

"8.2.e) conter a denominação, os fins e o tempo de duração da entidade e, ainda, quando houver, o fundo social;

Conforme consta do Estatuto Social, documento anexo, a Requerente possui denominação (Rádio Comunitária Mensagem FM - Art. 1.º, do Estatuto) e sua finalidade encontra-se elencada no artigo 2.º, do Estatuto.

Entretanto, o Estatuto Social da Associação, quando à época de sua elaboração, não previu o tempo de duração da entidade, razão pela qual se compromete desde já a proceder todos os atos necessários para corrigir tal omissão.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

Para tanto, será necessário uma adequação ao Estatuto, que por si só já necessita de outras alterações para se adequar ao Código Civil Brasileiro – Lei 10.406/2002, bem como à própria Norma 1/2011.

Ocorre que para realização desses atos, a Associação deverá seguir o rito do Estatuto em vigor, convocando Assembleia Geral Extraordinária e respeitando os prazos de publicação de Edital, além de submeter a reformulação e consolidação do novo Estatuto à apreciação de advogado, que deverá analisar e visar todos atos, conforme lei dos Registros Públicos, bem como ao tabelião do cartório de registro de pessoas jurídicas, o que demandará um lapso de tempo maior do que concedido no Ofício em referência acima.

Razão pela qual, requer a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias para sanar todas as pendências apontadas na Nota Técnica.

Vale ressaltar que a Diretora Executiva da Rádio Comunitária Mensagem FM já está tomando as providências cabíveis para realização da Assembleia Geral Extraordinária, cujo objeto de pauta são as pendências apontadas na Nota Técnica, bem como a adequação ao Código Civil (Lei 10.406/2002). Segue em anexo Cópia do Edital de Convocação para a Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 22 de outubro de 2014.

"8.2.g) indicar entre os seus objetos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme legislação vigente;

As finalidades da Rádio Comunitária Mensagem FM encontram-se elencadas no artigo 2.º, do Estatuto, estando entre as finalidades, em sua alínea "d", *"Executar serviços de radiodifusão de acordo com o disposto neste estatuto e, à luz da legislação pertinente, quando aplicável"*, atendendo, pois, a exigência deste item.

Esclarece que por ocasião da Reforma do Estatuto, a Associação estará melhorando a redação destes dispositivos, adequando-os ao Código Civil Brasileiro e à Norma n.º 1/2011.

"8.2.h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.2) o cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial; e



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;

Os artigos 9.º e 10 do Estatuto (que sofreram emendas, estando estas averbadas às margens do seu Registro – Certidão Anexa), indicam o modo de constituição dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade.

Já os artigos 14 do Estatuto e seguintes estabelecem as atribuições da Diretoria Executiva e dos respectivos cargos.

Após emenda ao artigo 10 do Estatuto (Certidão anexa), a Diretoria Executiva passou a ser composta de 05 cargos, a saber: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro e Diretor de Patrimônio.

Conforme dispõe o Artigo 16, alínea "c", "compete ao Presidente responder em juízo pela entidade...", logo, poderá ele representar a Associação tanto passiva quanto ativamente em juízo; O Artigo 16, alínea "b", dispõe sobre a representação extrajudicial.

5

Quanto ao limite máximo do mandato, a Associação, por ocasião da reformulação do Estatuto e da Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, estará se adequando ao disposto neste item.

"8.2.i) indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei n.º 10.406, 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

As condições apontadas neste item já foram adequadas ao novo Código Civil, conforme se verifica das emendas feitas ao artigo 7.º, § 2.º, que incluiu as alíneas "a", "b" e "c", averbadas às margens do Registro da Associação, conforme certidão Cartorária em anexo.

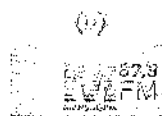
Art. 7º. [...]

§ 2º. A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados presente.

a) A Assembleia Geral ocorrerá para avaliação e prestação de contas da Diretoria, para alterações estatutárias ou destituição dos Dirigentes bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@netmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

b) para as deliberações que se referem à destituição dos administradores e alteração do estatuto é exigida deliberação da Assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo *quorum* mínimo deverá contar da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos, bem como os critérios de eleição dos administradores.

c) A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente por um quinto dos Associados.

"8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

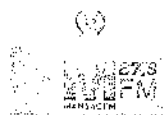
- a) estabeleçam os critérios para ingresso e exclusão dos associados;*
- b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;*
- c) assegurem a todos os associados, pessoas físicas, em dia com suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;*
- d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes, inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;*
- g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;*
- h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos arts. 59 e 60, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.*

Os critérios para ingresso do associado encontra-se no artigo 5.º do Estatuto Social, que também será objeto de reforma no Estatuto Social, assim

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

como serão criados os critérios de exclusão do associado, que hoje inexistem.

As alíneas acima descritas, "b", "c", "d" e "g" também serão objetos de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária e serão incluídas por ocasião da reforma do Estatuto Social, a fim de atender todas as exigências legais.

Quanto às competências da Assembleia Geral, alínea "h", no que se refere às disposições constantes dos arts. 59 e 60, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, estas já foram sanadas por ocasião da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 09 de fevereiro de 2010 e averbada no Cartório do 1.º Ofício em 08 de março de 2010 (AV:7-50), que incluiu as alíneas "a", "b" e "c" ao § 2.º, do artigo 7.º, do Estatuto Social, que passou a vigorar com a seguinte redação, já descrita acima também (Item 8.2.i):

Art. 7º. [...]

§ 2º. A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados presente.

7

a) A Assembleia Geral ocorrerá para avaliação e prestação de contas da Diretoria, para alterações estatutárias ou destituição dos Dirigentes bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário.

b) para as deliberações que se referem à destituição dos administradores e alteração do estatuto é exigida deliberação da Assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo *quorum* mínimo deverá contar da maioria absoluta dos Associados que estiverem no gozo de seus direitos, bem como os critérios de eleição dos administradores.

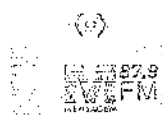
c) A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente por um quinto dos Associados.

Item 2.III- *"As alterações estatutária promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação". Segue em anexo Certidão Cartorária comprovando as alterações estatutárias feitas até a presente data.*

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hoimai.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

Item 2.IV- "Comprovação, por meio de Certidão Cartorária de que a Ata de Eleição datada de 18/09/2012, foi devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmada em Pessoas Jurídicas, em atendimento ao disposto no subitem 8.1, alínea "c", da Norma nº 1/2011". Segue Certidão cartorária comprovando o registro da Ata de Eleição datada de 18/09/12, bem como cópia da própria Ata.

Item 2.V- "Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2". Todos os diretores são brasileiros NATOS, conforme comprovam os documentos em anexo.

Item 2.VI- "Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1, da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora."

8

"21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária."

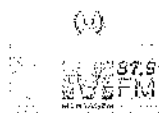
Segue em anexo, o último relatório do Conselho Comunitário, nos termos do item acima, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

Item 2.VII- "Diante da documentação constante dos autos de seus processo, constatou-se que a Entidade indicou, por meio de alguns documento, denominação que variam uma das outras, conforme abaixo indicado:

- No registro do CNPJ consta como denominação da entidade: *Rádio Comunitária Mensagem;*

- No Estatuto Social consta como denominação da entidade: *Rádio Comunitária Mensagem FM;*

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com
www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

- No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e nas declarações apresentadas, consta a seguinte denominação da entidade: Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul.

Desta forma a entidade deverá definir qual a sua real denominação e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente."

Realmente essas divergências existem, mas conforme determina a Legislação em vigor, hoje, a denominação correta é a que consta no Estatuto Social, Rádio Comunitária Mensagem FM, pois é a denominação que consta do registro de pessoas jurídicas.

Ocorre que com a decisão judicial prolatada em 22 de dezembro de 1999, o MMº Juiz determinou que a Rádio Comunitária Mensagem FM (antes registrada sob o n.º 01, Livro B – Pessoas Jurídicas – Radiodifusão) e todos os seus atos anteriormente registrados e averbados fossem registrados no livro destinado às Associações, para que se adequasse às exigências legais.

9

A partir daí, começaram a se referir à Rádio Comunitária Mensagem FM como ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, sem promover a devida adequação da denominação no Estatuto e respectivo registro, o que também constará da pauta da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 22 de outubro de 2014, especialmente convocada para sanar todas as pendências apontadas na Nota Técnica que dependem da aprovação da Assembleia Geral, por se tratar de tramitação legal disposta no próprio estatuto.

Após aprovação em Assembleia, será feita a devida alteração no respectivo CNPJ.

[...]

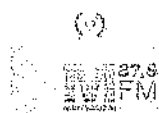
- No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária e nas declarações apresentadas consta como endereço da sede: Rua Ostácio Motta, s/n, Rio Novo do Sul/ES;

- No CNPJ e no Estatuto Social consta o seguinte endereço da sede: Rua Major Caetano, s/n, Centro, Rio Novo do Sul/ES.

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemim.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

Desta forma a entidade deverá definir qual o seu real endereço da sede e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente."

Antigamente, a Rádio Comunitária Mensagem FM era situada no endereço Rua Major Caetano, s/n, Centro, Rio Novo do Sul/ES. Atualmente, o endereço da Rádio é Rua Ostácio Motta, s/nº, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul/ES.

Oportunidade em que esclarece que todos os documentos serão retificados, especialmente, o CNPJ, que será providenciado logo após a realização da Assembleia Geral, já que esta deverá definir a denominação a ser usada pela entidade, ocasião em que serão feitas todas as retificações necessárias.

Item 3- "Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

10

1- Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações-partidárias, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 5.612/98, vez que o Presidente da entidade, senhor Danilo Rodrigues Arariba, é detentor de cargo comissionado na Câmara Municipal de Rio Novo do Sul/ES, conforme site da Câmara (0080503), motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar."

A Requerente não mantém qualquer vínculo que a sujeite à gerência, administração, domínio, comando ou orientação de outra entidade, muito menos possui quaisquer compromissos ou relações-partidárias com qualquer partido ou político que seja.

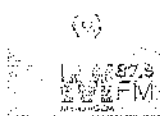
A Requerente é ímpar no que faz e respeita na íntegra os objetivos e finalidades descritos no Estatuto Social, sendo uma associação civil de objetivos culturais, APARTIDÁRIA, DEMOCRÁTICA e sem fins lucrativos.

No que se refere ao Presidente da Requerente, Senhor Danilo Rodrigues Arariba, este realmente é servidor público municipal, EFETIVO, tendo sido nomeado para o cargo efetivo de Assistente Administrativo em 07 de dezembro de 1998, sendo que, logo após a sua nomeação, em 28 de dezembro

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

de 1998, foi nomeado ao cargo comissionado de Diretor Administrativo, no qual está até a presente data, conforme comprova Certidão e demais documentos em anexo.

Vale ressaltar, que o fato de o Presidente da Rádio/Requerente ser servidor público municipal não configura que a associação está submetida gerência, administração, domínio, comando ou orientação de outra entidade, nem possui compromissos com partido políticos ou quaisquer partidários, estando a Requerente aberta a quaisquer pessoas desde que concordem com os dispositivos do seu Estatuto Social e respeitem os seus objetivos e finalidades.

Conforme disciplina o Artigo 3.º, do Estatuto Social da Rádio Comunitária Mensagem FM, "Poderá associar-se às atividades da Rádio Comunitária Mensagem FM qualquer pessoa, independente de cor, raça, sexo, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste estatuto".

Já o § 4.º, do Artigo 8.º, do Estatuto Social, dispõe que "somente poderão ser eleitos os associados que tenham pelo menos 02 anos de filiação e, somente poderão votar os associados que tenham pelo menos 01 ano de filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias".

11

CONCLUSÃO, qualquer pessoa, independente da sua condição pessoal e social, poderá ser associada à Rádio Mensagem Comunitária Mensagem FM e, conseqüentemente, desde que tenha dois anos de filiação, poderá ser eleita a quaisquer dos seus cargos, desde é claro, que esteja em dia com suas obrigações estatutárias.

Isto posto, ficam comprovados que os indícios apontados no Item 3 não procedem, não merecendo serem levados em consideração como fator impeditivo do pedido de renovação da outorga.

Insta constar, que por ocasião da Reforma do Estatuto, o § 4º, do Artigo 8º, do Estatuto Social da Rádio Comunitária Mensagem FM, também sofrerá alteração, no sentido de que qualquer associado poderá votar e ser votado, independentemente, do tempo de filiação.

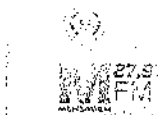
DIANTE DE TODO O EXPOSTO, verificou-se que muitas são as adequações a serem feitas no Estatuto Social da Rádio Comunitária Mensagem FM, bem como em seus documentos, o que demanda um lapso temporal superior ao estabelecido no Ofício nº 7000/2014/SEI-MC.

Até porque para fazer as alterações já citadas acima, é necessária a deliberação da Assembleia Geral, respeitando os prazos de convocação

Rua Ostácio Motia, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000

Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com

www.mensagemfm.com.br



RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Fundada em 19 de maio de 1997

CNPJ nº 02.309.551/0001-67

ANEXOS:

- 1- Cópia do Ofício n.º 7000/2014/SEI-MC;
- 2- Cópia da *Nota Técnica 7126/2014/SEI-MC, relativa à análise do processo n.º 53000.014914/2013-47*;
- 3- Certidão emitida pelo Cartório do 1.º Ofício de Rio Novo do Sul/ES (4 laudas frente e verso);
- 4- Cópia da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Rádio Comunitária Mensagem FM realizada em 18 de setembro de 2012;
- 5- Cópia do Ofício n.º. 001/97, de 09/06/97 e cópia do Estatuto Social da Associação (sem as emendas, que constam da certidão cartorária) (7 laudas);
- 6- Declaração do Presidente da Rádio Comunitária Mensagem FM informando que todos os diretores são brasileiros natos, acompanhada dos respectivos documentos pessoais dos diretores, devidamente autenticados (6 laudas);
- 7- Parecer do Conselho Comunitário da Rádio Comunitária Mensagem FM, com relatório resumido contendo a descrição da grade de programação (2 laudas);
- 8- Certidão de associados da Rádio Comunitária Mensagem FM, certificando que o Presidente da Rádio não possui laços com políticos ou detentores de cargos políticos, não causando influência em sua administração na Instituição (1 lauda);
- 9- Certidão do Presidente da Câmara Municipal de Rio Novo do Sul/ES, com os seguintes anexos: Decreto Legislativo n.º 004/98, Portaria n.º 007/98, Portaria n.º 007/2009 e Portaria n.º 008/2013 (5 laudas);
- 10- Cópia da publicação do Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária para a Assembleia Geral, que será realizada em 22/10/14, feita no Diário Oficial do Município de Rio Novo do Sul/ES;
- 11- Cópia das publicações do Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária para a Assembleia Geral, que será realizada em 22/10/14, feitas em comércios do município e na sede própria da Instituição (7 laudas);
- 12- Cópia da Lei Municipal n.º 113/97, de 11 de agosto de 1997;
- 13- Cópia da Lei Estadual n.º 9.361, de 14 de dezembro de 2009.

13

Rio Novo do Sul/ES, 08 de outubro de 2014.


DANIL RODRIGUES ARARIBA
PRESIDENTE DA RÁDIO COMUNITÁRIA
MENSAGEM FM

Rua Ostácio Motta, s/n, Bairro Felipe Marcon, Rio Novo do Sul (ES) – CEP 29290-000
Telefone: (28) 3533-0046 – e-mail: radio.mensagem@hotmail.com
www.mensagemfm.com.br

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Av: 14/04/2014 - AO RIO NOVO DO SUL
RIO NOVO DO SUL - ES
CNPJ....: 34028316289502 Ins Est.: 060252257

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento.: 10/10/2014 Hora.....: 12:08:32
Caixa.....: 59927673 Matrícula.: 82803781
Lancamento.: 011 Atendimento.: 000000
Modalidade.: A Vista

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
ENVELOPE PLÁSTICO E	1	2,70+
Preço Unitário(R\$)...	2,70	
COMBO SEDEX A VISTA	1	48,95+
Valor do Portex(R\$)...	45,00	
Cep Destino: 05311-900 (SP)		
Peso real (KG).....	0,327	
Peso Tarifado:.....	0,327	
OBJETO.....	SF82109815788	
AVISO DE RECEBIMENTO:	3,20	
Valor AdValorem.....	0,75	
Valor Declarado(R\$):	100,00	
VALOR EM DINHEIRO(R\$):		51,65
VALOR RECEBIDO(R\$)=>		60,00

TROCO(R\$)=====> 8,35

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

CAC - Capitais e Regiões Metrop. 30030100
Demais Localidades: 00007257282 Sugestões e
Reclamações: 08007250100-www.correios.com.br

VIA-CLIENTE SARA 7.0.00

GRACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SÃO PAULO.

MERGENTHALER, 592, BLOCO 1, MEZANINO (ECT)
LEOPOLDINA - SÃO PAULO.

- 05311-900



REM: ASSOCIAÇÃO De RÁDIO COMUNITARIA MENSAGEM F
De RIO NOVO DO SUL

RUA OSTAÇÃO MOTTA S/Nº BAIRRO FELIPE MARCON
RIO NOVO DO SUL - ES

CEP - 29290-000

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 2528/2015/SEI-MC

São Paulo, 05 de agosto de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação de Outorga**

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>Entidade</u>	<u>CNPJ</u>	
<u>Localidade</u>		
1. Associação Comunitária de Rádio FM Cristo Redentor Áudio e Vídeo		
Itaperuna/RJ	02.054.537/0001-60	
2. Associação Porto Real		Porto
Nacional/TO	02.518.335/0001-21	
3. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória de Goitá		Glória de
Goitá/PE	02.978.687/0001-60	
4. Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi		
Itamogi/MG	02.349.814/0001-61	
5. Associação Rádio Grupo Conesul		Santana do
Livramento/RS	92.914.472/0001-78	
6. União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado		
Lajeado/RS	91.570.671/0001-43	
7. Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul		Rio Novo do
Sul/ES	02.309.551/0001-67	
8. Associação "Comunidade Vida" de Dom Pedro		Dom
Pedro/MA	01.551.702/0001-26	
9. Associação Comunitária Venturosa FM		
Venturosa/PE	02.651.746/0001-90	
10. Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Educação, Cultura e Desporto de Pereiro		Pereiro/CE
	02.681.109/0001-67	

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 05/08/2015, às 10:28, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0643086** e o código CRC **FF83DA29**.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: ES
Município: Rio Novo do Sul
Canal: 200
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO - RADIO COMUNITARIA MENSAGEM FM
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA VOLPATO
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.309.551/0001-67
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02309551000167 ◀

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIACAO - RADIO COMUNITARIA MENSAGEM FM
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 29290000
Número: .
Município: Rio Novo do Sul
Telefone:

Logradouro: RUA VOLPATO
Complemento: 2º ANDAR
Distrito:

Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

UF: ES

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 29290000
Número: S/N
Município: Rio Novo do Sul

Logradouro: RUA VOLPATO
Complemento: 2º ANDAR
Distrito:

Bairro: CENTRO
SubDistrito:

UF: ES**Telefone:** **Fax:** **E-mail:**

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 18/08/2003

Data Limite Instalação: **Número do Processo:** 536600007181998 ◀**Fistel:** 50011346094**Caixa:** **Sequência:**

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza					
<input type="text"/>	377	◀	<div>Portaria</div>	◀	<div>MC</div>	◀	<div>31/07/2000</div>	◀	<div>10/08/2000</div>	Autoriza Executar Serviço	◀	<div>Jur.</div>	◀
<input type="text"/>	19179	◀	<div>ATO</div>	◀	<div>SCM</div>	◀	<div>27/09/2001</div>	◀	<div>01/10/2001</div>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	◀	<div>Téc.</div>	◀
<input type="text"/>	551	◀	<div>Decreto Legislativo</div>	◀	<div>CN</div>	◀	<div>15/08/2003</div>	◀	<div>18/08/2003</div>	Deliber. do C. Nacional	◀	<div>Jur.</div>	◀
<input type="text"/>	43010	◀	<div>ATO</div>	◀	<div>SCM</div>	◀	<div>09/03/2004</div>	◀	<div>11/03/2004</div>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	◀	<div>Téc.</div>	◀
<input type="text"/>	19	◀	<div>Despacho</div>	◀	<div>MC</div>	◀	<div>15/01/2010</div>	◀		Advertência	◀	<div>Jur.</div>	◀

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação**Entidade:** ASSOCIACAO - RADIO COMUNITARIA MENSAGEM FM - CNPJ/CPF
(02.309.551/0001-67)**Município/UF:** RIO NOVO DO SUL/ES**Indicativo:** ZYL418**Situação:** [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)**Canal:** 200**Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Domingo ▼

Sábado ▼

05:00 ▼

24:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHOProcesso nº: **53900.065028/2015-08**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM DE RIO NOVO DO SUL**

Em atenção ao Memorando nº 2528/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e/ou no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.009026/2007	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0840040);• Despacho nº 19, de 15/01/2010 - ADVERTÊNCIA;• Infração: Transmissão de publicidade ou propaganda comercial a qualquer título (data de ocorrência: 21/11/2006).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 26/11/2015, às 12:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0840042** e o código CRC **AADC3672**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 16495/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.014914/2013-47**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Rio Novo do Sul/ES**, por meio da Portaria nº **377**, publicada no DOU de 10/08/2000, e Decreto Legislativo nº **551**, publicado no DOU de 18/08/2003.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 18/08/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, protocolou seu pedido de renovação de outorga em 26/11/2013, (página 06 do evento SEI 0077137), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM

QUADRO DIRETIVO
<p>Danil Rodrigues Arariba - Presidente</p> <p>Daniel da Silva - Vice-Presidente</p> <p>Sebastião Luiz Garcia - Secretário Geral</p> <p>Graciane Moreli da Silva - Tesoureira</p> <p>Adelson Gomes da Silva - Diretor de Patrimônio</p>

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 24 a 47 do evento SEI (0630849) do documento 53900.037646/2015-50
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 48 a 51 do evento SEI (0630849) do documento 53900.037646/2015-50

3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, evento SEI (0080197) Páginas 46 a 50 do evento SEI (0191370) do documento 53900.021607/2014-50
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 08 do evento SEI (0077137)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 09 do evento SEI (0077137)
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 04 do evento SEI (0630849) do documento 53900.037646/2015-50

7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 91 e 92 do evento SEI (0630849) do documento 53900.037646/2015-50
----	--	---

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0840042 processo anexado 53900.065028/2015-08.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 10/12/2015, às 15:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 11/12/2015, às 07:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 15:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 16/12/2015, às 12:51, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 31/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0632360** e o código CRC **57A301AF**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.014914/2013-47**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à **Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014914/2013-47 e nº 53660.000718/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

- ## II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

- Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.					
1.1.		O requerimento é tempestivo?				

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.014914/2013-47

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, evento SEI 0855284), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	X		Ok, página 02 do evento SEI (0077137)
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		Ok, página 08 do evento SEI (0077137)
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		Ok, página 09 do evento SEI (0077137)
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	X		Ok, página 04 do evento SEI (0630849) do documento 53900.037646/2015-50
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		Ok, páginas 24 a 47 do evento SEI (0630849) do documento 53900.037646/2015-50
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	X		Ok, páginas 48 a 51 do evento SEI (0630849) do documento 53900.037646/2015-50
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		Ok, evento SEI (0080197) Páginas 46 a 50 do evento SEI (0191370) do documento 53900.021607/2014-50
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X		Ok, páginas 91 e 92 do evento SEI (0630849) do documento 53900.037646/2015-50

9	Relatório de apuração de infrações	X	Evento SEI (0840042) processo nº 53900.065028/2015-08
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?	X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.	X	



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 15:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0855294** e o código CRC **CB44F5BD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 146/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014914/2013-47 e nº 53660.000718/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0913555** e o código CRC **BE665806**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.014914/2013-47**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à **Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0913560** e o código CRC **5AC7C87E**.



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 141, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059219/2013-12 e nº 53710.000807/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19/03/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIONOVENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Novo / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 142, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.051651/2013-57 e nº 53770.002215/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIO FM CRISTO REDENTOR ÁUDIO E VÍDEO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Itaperuna / RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 143, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.007049/2013-82 e nº 53665.000041/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PORTO REAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Porto Nacional/TO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 144, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046267/2013-32 e nº 53103.000218/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOI-TÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Glória do Goitá/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 145, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.028888/2013-34 e nº 53790.000801/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à RADIO GRUPO CONESUL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santana do Livramento/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 146, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014914/2013-47 e nº 53660.000718/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 147, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.021263/2013-41 e nº 53710.001298/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO TAPIRENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ATAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tapira/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 148, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058124/2011-10 e nº 53710.000874/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26/06/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES DE DIAMANTINA - AMPODI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Diamantina / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 149, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.021323/2012-45 e nº 53700.001185/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/06/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO EDUCATIVA CIDADE FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Batayporã/MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 150, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.050945/2013-61 e nº 53760.000691/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DA RADIO COMUNITÁRIA BOM CONSELHO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São João da Fronteira/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 151, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.047886/2011-82 e nº 53710.001424/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/11/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PRÓ-CIDADANIA - APC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Guaxupé/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 152, DE 1º FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.070516/2013-19 e nº 53103.000180/2001, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/10/2013, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cabaceiras/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 153, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.015608/2013-28 e nº 53780.000192/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/12/2012, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO OBRA ASSISTENCIAL PARA INTEGRAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Vicente/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.014914/2013-47**

Entidade: **Radio Comunitária Mensagem**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 146, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 15/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Rio Novo do Sul/ES**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº **53000.014914/2013-47**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0979466** e o código CRC **DC2E466C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.014914/2013-47**

Entidade: **Radio Comunitária Mensagem**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 146, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 15/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Rio Novo do Sul/ES**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.014914/2013-47**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0979466** e o código CRC **DC2E466C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Recebi
Em, 16/03/16

Nome legível

Brasília, 4 de Maio de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.014914/2013-47, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à **Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de

renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI	NÃ	Fls. /
		M	O	nº do
				doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.

2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.

3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



RECIBO ORIGINAL	
Em: 11/05/2016	12:16
Nome: [Assinatura]	
Assinatura: [Assinatura]	



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242/6225

Ofício nº 16135/2016/SEI-MC

Ao Senhor

JOÃO PAULO BACHUR

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da
Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original:

✓ EM nº 247/2016 MC
- 53000.006751/2002

✓ EM nº 250/2016 MC
- 53000.019002/2013

✓ EM nº 251/2016 MC
- 53000.054055/2013

✓ EM nº 252/2016 MC
- 53000.030353/2009

✓ EM nº 253/2016 MC

- 53000.053977/2012

EM nº 254/2016 MC
- 53000.013444/2010

EM nº 255/2016 MC
- 53000.014137/2010

EM nº 256/2016 MC
- 53000.007049/2014

EM nº 257/2016 MC
- 53000.022913/2013

EM nº 258/2016 MC
- 53000.075017/2013

EM nº 262/2016 MC
- 53000.028353/2009

EM nº 263/2016 MC
- 53000.022892/2010

EM nº 264/2016 MC
- 53000.005810/2014

EM nº 265/2016 MC
- 53000.072966/2013

EM nº 266/2016 MC
- 53000.057718/2012

EM nº 267/2016 MC
- 53000.036682/2009

EM nº 268/2016 MC
- 53000.023966/2010

EM nº 269/2016 MC
- 53000.014142/2010

EM nº 270/2016 MC
- 53000.016097/2012

EM nº 273/2016 MC
- 53000.007104/2013

EM nº 274/2016 MC
- 53000.006656/2013

EM nº 277/2016 MC
- 53000.019020/2014

EM nº 278/2016 MC
- 53000.003928/2014

EM nº 279/2016 MC
- 53000.009899/2013

EM nº 280/2016 MC
- 53000.007039/2013

✓ EM nº 281/2016 MC
- 53000.070516/2013

✓ EM nº 282/2016 MC
- 53000.071797/2013

✓ EM nº 283/2016 MC
- 53000.007045/2013

✓ EM nº 284/2016 MC
- 53000.061548/2013

✓ EM nº 285/2016 MC
- 53000.015608/2013

✓ EM nº 286/2016 MC
- 53000.007049/2013

✓ EM nº 287/2016 MC
- 53000.021788/2012

✓ EM nº 288/2016 MC
- 53000.057858/2013

✓ EM nº 289/2016 MC
- 53000.015823/2013

✓ EM nº 290/2016 MC
- 53000.054438/2013

✓ EM nº 291/2016 MC
- 53000.059286/2011

✓ EM nº 292/2016 MC
- 53000.003434/2014

✓ EM nº 293/2016 MC
- 53000.014914/2013

✓ EM nº 294/2016 MC
- 53000.059291/2011

✓ EM nº 295/2016 MC
- 53000.060438/2013

✓ EM nº 296/2016 MC
- 53900.034453/2015

✓ EM nº 297/206 MC
- 53000.042938/2009

Atenciosamente,

BRUNO LINS
Coordenador-Geral, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Alves Cruz Luna Lins**,
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete, Substituto, em 10/05/2016, às 15:39,
conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **1124883** e o código CRC **9605049F**.



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 141, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059219/2013-12 e nº 53710.000807/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19/03/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIONOVENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Novo / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 142, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.051651/2013-57 e nº 53770.002215/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIO FM CRISTO REDENTOR ÁUDIO E VÍDEO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Itaperuna / RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 143, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.007049/2013-82 e nº 53665.000041/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PORTO REAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Porto Nacional/TO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 144, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046267/2013-32 e nº 53103.000218/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOI-TÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Glória do Goitá/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 145, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.028888/2013-34 e nº 53790.000801/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à RADIO GRUPO CONESUL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santana do Livramento/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 146, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014914/2013-47 e nº 53660.000718/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 147, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.021263/2013-41 e nº 53710.001298/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO TAPIRENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ATAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tapira/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 148, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058124/2011-10 e nº 53710.000874/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26/06/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES DE DIAMANTINA - AMPODI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Diamantina / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 149, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.021323/2012-45 e nº 53700.001185/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/06/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO EDUCATIVA CIDADE FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Batayporã/MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 150, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.050945/2013-61 e nº 53760.000691/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DA RADIO COMUNITÁRIA BOM CONSELHO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São João da Fronteira/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 151, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.047886/2011-82 e nº 53710.001424/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/11/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PRÓ-CIDADANIA - APC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Guaxupé/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 152, DE 1º FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.070516/2013-19 e nº 53103.000180/2001, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/10/2013, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cabaceiras/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 153, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.015608/2013-28 e nº 53780.000192/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/12/2012, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO OBRA ASSISTENCIAL PARA INTEGRAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Vicente/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 16634/2016/SEI-MC

Ao Senhor
DANIL RODRIGUES ARARIBA
Representante Legal da Rádio Comunitária Mensagem FM
Rua Joaquim Alves, s/n
29290-000 / Rio Novo do Sul – ES
CNPJ nº 02.309.551/0001-67

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.014914/2013-47.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Radio Comunitária Mensagem, sediada em **Rio Novo do Sul / ES**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **18 de agosto de 2013**, conforme Portaria nº 146, de 1º de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 15 de fevereiro de 2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 12/05/2016, às 16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1129047** e o código CRC **F421EAF4**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

DESPACHO

Processo nº: 53000.014914/2013-47

Referência: Ofício nº 16135/2016/SEI-MC, de 10 de maio de 2016.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 16135/2016/SEI-MC, de 10 de maio de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 16 de maio de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 16/05/2016, às 14:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1136592** e o código CRC **55DA31E4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 16634/2016/SEI-MC

Ao Senhor
DANIL RODRIGUES ARARIBA
Representante Legal da Rádio Comunitária Mensagem FM
Rua Joaquim Alves, s/n
29290-000 / Rio Novo do Sul – ES
CNPJ nº 02.309.551/0001-67

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.014914/2013-47.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Radio Comunitária Mensagem, sediada em **Rio Novo do Sul / ES**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **18 de agosto de 2013**, conforme Portaria nº 146, de 1º de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 15 de fevereiro de 2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta, em 12/05/2016, às 16:56,
conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1129047** e o código CRC **F421EAF4**.



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 141, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059219/2013-12 e nº 53710.000807/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19/03/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIONOVENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Novo / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 142, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.051651/2013-57 e nº 53770.002215/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIO FM CRISTO REDENTOR ÁUDIO E VIDEO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Itaperuna / RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 143, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.007049/2013-82 e nº 53665.000041/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PORTO REAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Porto Nacional/TO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 144, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046267/2013-32 e nº 53103.000218/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOIÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Glória do Goitá/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 145, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.028888/2013-34 e nº 53790.000801/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à RADIO GRUPO CONESUL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santana do Livramento/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 146, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014914/2013-47 e nº 53660.000718/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITARIA MENSAGEM FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 147, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.021263/2013-41 e nº 53710.001298/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO TAPIRENSE DE ASSISTENCIA SOCIAL - ATAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tapira/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 148, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058124/2011-10 e nº 53710.000874/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26/06/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES DE DIAMANTINA - AMPODI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Diamantina / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 149, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.021323/2012-45 e nº 53700.001185/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/06/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO EDUCATIVA CIDADE FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Batayporã/MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 150, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.050945/2013-61 e nº 53760.000691/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DA RADIO COMUNITARIA BOM CONSELHO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São João da Fronteira/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 151, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.047886/2011-82 e nº 53710.001424/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/11/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PRO-CIDADANIA - APC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Guaxupé/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 152, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.070516/2013-19 e nº 53103.000180/2001, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/10/2013, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CABACEIRAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cabaceiras/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 153, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.015608/2013-28 e nº 53780.000192/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/12/2012, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO OBRA ASSISTENCIAL PARA INTEGRAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Vicente/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016021500049

SCC/CGRC

OFÍCIO nº 16634/2016/SEI-MC, de 12/05/2016

Nº DO PROCESSO: 53000.014914/2013-47

DANIL RODRIGUES ARARIBA

Rádio Comunitária Mensagem FM

Rua Joaquim Alves, s/n

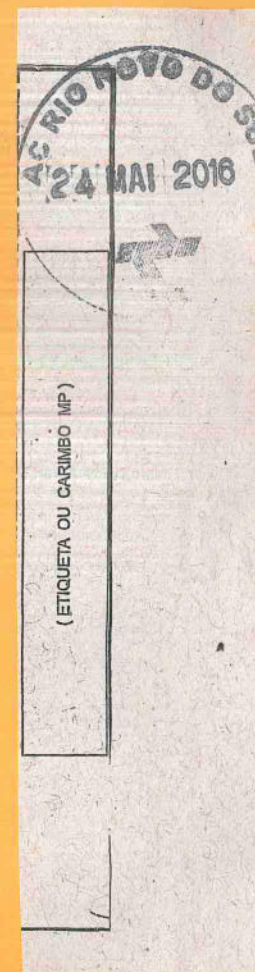
29290-000

Rio Novo do Sul

AO REMETENTE



		REGISTRADO URGENTE REGISTERED PRIORITY	
AR <input type="checkbox"/>	MP <input type="checkbox"/>	PESO / WEIGHT (kg)	
JO 39168008 2 BR			



EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS

<input type="checkbox"/> Malhada	<input type="checkbox"/> Falado
<input type="checkbox"/> Descurtido	<input type="checkbox"/> Ausente
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não Produzido
<input checked="" type="checkbox"/> Endereço Inexistente	
<input type="checkbox"/> Não existe o nº inscrito	
<input type="checkbox"/> Informação escrita pelo portador ou usuário	

REINTEGRADO AO SERVIÇO PORTAL

EM _____

EM _____



Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

82285457

NOME OU RAZÃO SOCIAL		SCE/CGRC	
ENDEREÇO / ADDRESS		OFÍCIO nº 16634/2016/SEI-MC, de 12/05/2016	
CEP / CODE POSTAL		Nº DO PROCESSO: 53000.014914/2013-47	
		DANIL RODRIGUES ARARIBA	
		Rádio Comunitária Mensagem FM	
		Rua Joaquim Alves, s/n	
		29290-000 Rio Novo do Sul - ES	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
		7/ /	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JO 39168008 2 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MAS.COM

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DEVOLUÇÃO
RETOUR

NC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

CI

UF

BRASIL

--	--	--	--	--	--	--	--



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 21135/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Radio Comunitária Mensagem
Rua Ostácio Mota, s/n - Bairro Felipe Marcon
29290-000 - Rio Novo do Sul/ES

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 53000.014914/2013-47.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 16634/2016/SEI-MC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: (...) endereço insuficiente.
2. Dessa forma, solicitamos que a entidade atualize junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://www.comunicacoes.gov.br/sei/cadsei> ou duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.

Atenciosamente,

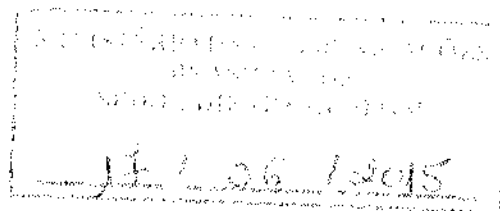


Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/06/2016, às 11:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1176753** e o código CRC **C0E81B2C**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 21135/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.014914/2013-47 - Nº SEI: 1176753



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Ofício nº 295 /2016 - SAG/Casa Civil - PR

Brasília, 15 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 8º andar

70.044-900 – Brasília – DF

Assunto: **Devolução de processos de radiodifusão.**

Senhor Secretário-Executivo,

Cumprimentando-o cordialmente, restituo a Vossa Excelência as Exposições de Motivos listadas em anexo, acompanhadas dos respectivos processos, para reavaliação, tendo em vista a recente incorporação da Pasta Comunicações por esse Ministério.

Atenciosamente,



ANDRÉ BUCAR

Subchefe Adjunto

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414 - Praça dos Três Poderes
Telefone: (55) (61) 3411-1453 - CEP 70150-900 - Brasília - DF
E-mail: sagcasacivil@presidencia.gov.br



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
1	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR).	Santa Tereza do Oeste	PR	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	169	2016	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR). - EM nº 169/2016 MC - 53000.058848/2011
2	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE).	Gravatá	PE	2008	Renovação	Rádio FM	171	2016	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE). EM nº 171/2016 MC - 53000.012652/2008
3	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA).	Marabá	PA	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	172	2016	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA). EM nº 172/2016 MC - 53000.059087/2011
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	173	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).EM nº 173/2016 MC - 53000.057408/2011
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).	Juazeiro do Norte	CE	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	174	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).EM nº 174/2016 MC - 53000.058765/2011
6	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).	Anápolis	GO	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	175	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).EM nº 175/2016 MC - 53000.059431/2011
7	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).	Matias Cardoso	MG	2001	Outorga	Rádio FM	176	2016	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).EM nº 176/2016 MC - 53710.000579/2001
8	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).	Montalvânia	MG	2001	Outorga	Rádio FM	177	2016	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).EM nº 177/2016 MC - 53710.000579/2001
9	Associação Comunitária Matienense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).	Matias Barbosa	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	178	2016	Associação Comunitária Matienense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).EM nº 178/2016 MC - 53000.025761/2013
10	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).	Goiás	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	179	2016	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).EM nº 179/2016 MC - 53000.074982/2013
11	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).	Lagoa Formosa	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	181	2016	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).EM nº 181/2016 MC - 53000.056205/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
12	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).	Miraima	CE	2011	Outorga	Rádio FM Comunitária	182	2016	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).EM nº 182/2016 MC - 53000.027302/2011
13	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).	Faxinal do Soturno	RS	2013	Renovação	Rádio OM	183	2016	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).EM nº 183/2016 MC - 53000.072343/2013
14	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio e TV	184	2016	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).EM nº 184/2016 MC - 53000.063406/2011
15	Associação Cultural do Município de Indiará – Indiará (GO)	Indiará	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	186	2016	Associação Cultural do Município de Indiará – Indiará (GO).EM nº 186/2016 MC - 53000.043084/2012
16	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).	Antônio Gonçalves	BA	1998	Outorga	Rádio FM Comunitária	187	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).EM nº 187/2016 MC - 53640.000775/1998
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).	Santana do Livramento	RS	2012	Outorga	Rádio FM Educativa	188	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).EM nº 188/2016 MC - 53000.004500/2012
18	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).	Catalão	GO	2010	Alteração contrato social	Rádio e TV	189	2016	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).EM nº 189/2016 MC - 53000.025225/2010
19	Fundação Champagnat – Curitiba (PR)	Curitiba	PR	2015	Renovação	Rádio FM Educativa	190	2016	Fundação Champagnat – Curitiba (PR) EM nº 190/2016 MC - 53900.007781/2015
20	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA)	São Luís	MA	2005	Alteração contrato social	Rádio e TV	191	2016	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA) EM nº 191/2016 MC - 53000.019876/2005
21	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).	Hortolândia	SP	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	192	2016	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).EM nº 192/2016 MC - 53000.003804/2013
22	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).	Rio Branco	AC	2014	Renovação	Rádio FM	193	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).EM nº 193/2016 MC - 53000.003954/2014
23	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).	Barcelos	AM	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	194	2016	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).EM nº 194/2016 MC - 53000.019131/2013
24	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).	Palestina	SP	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	195	2016	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).EM nº 195/2016 MC - 53000.058130/2011
25	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).	Itaocara	RJ	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	196	2016	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).EM nº 196/2016 MC - 53000.057301/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
26	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências - Porangaba (SP).	Porangaba	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	197	2016	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências - Porangaba (SP). EM n° 197/2016 MC - 53000.067258/2013
27	Abrigo Luz do Amanhã - Itajaí (SC).	Itajaí	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	198	2016	Abrigo Luz do Amanhã - Itajaí (SC). EM n° 198/2016 MC - 53000.019194/2014
28	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG).	Carmo do Paranaíba	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	199	2016	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG). EM n° 199/2016 MC - 53000.056268/2011
29	Associação Comunitária Abadiânia - Abadiânia (GO).	Abadiânia	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	200	2016	Associação Comunitária Abadiânia - Abadiânia (GO). EM n° 200/2016 MC - 53000.031941/2012
30	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES - Autazes (AM).	Autazes	AM	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	201	2015	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES - Autazes (AM). EM no 201/2016 MC - 53000.058079/2011
31	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).	Santa Helena de Goiás	GO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	202	2016	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO). EM n° 202/2016 MC - 53000.059476/2011
32	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI - Ferreira Gomes (AP).	Ferreira Gomes	AP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	203	2016	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI - Ferreira Gomes (AP). EM n° 203 /2016 MC - 53000.006809/2013
33	Rádio Comunitária Cruz das Armas - João Pessoa (PB)	João Pessoa	PB	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	204	2016	Rádio Comunitária Cruz das Armas FM. EM n° 204/2016 MC - 53000.048665/2012
34	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA).	Lagedo do Tabocal	BA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	205	2016	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA). EM n° 205/2016 MC - 53000.033271/2013
35	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA).	Rio Maria	PA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	206	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA) EM n° 206/2016 MC - 53900.029909/2015
36	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. - Viamão (RS).	Viamão	RS	2013	Renovação	Radio FM	207	2016	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. - Viamão (RS). EM n° 207/2016 MC - 53000.025205/2013
37	Universidade Federal do Paraná- UFPR - Paranaguá (PR).	Paranaguá	PR	2011	Cutorga	Rádio e TV	208	2016	Universidade Federal do Paraná- UFPR - Paranaguá (PR). EM n° 208/2016 MC - 53000.061813/2011
38	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO)	Aparecida de Goiânia	GO	2008	Renovação	Rádio OM	209	2016	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO). EM n° 209/2016 MC - 53000.028016/2008
39	Associação dos Moradores de Aracruz - Luis Eduardo Magalhães (BA).	Luis Eduardo Magalhães	BA	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	210	2016	Associação dos Moradores de Aracruz - Luis Eduardo Magalhães (BA). EM n° 210/2016 MC - 53000.056622/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
40	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEF) – Pacaembu (SP).	Pacaembu	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	211	2016	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEF) – Pacaembu (SP). EM n° 211/2016 MC - 53000.051845/2012
41	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis – Palmeirópolis (TO).	Palmeirópolis	TO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	212	2016	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis – Palmeirópolis (TO). EM n° 212/2016 MC - 53000.058099/2011
42	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA).	Vargem Grande	MA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	213	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA). EM n° 213/2016 MC - 53000.062221/2013
43	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ – Botuporã (BA).	Botuporã	BA	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	214	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ – Botuporã (BA). EM n° 214/2016 MC - 53900.032165/2014
44	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO – Macajuba (BA).	Macajuba	BA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	215	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO – Macajuba (BA). EM n° 215/2016 MC - 53900.016191/2015
45	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR).	Jataizinho	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	216	2016	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR). EM n° 216/2016 MC - 53000.057355/2011
46	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetiba (ES).	Santa Helena de Jetiba	ES	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	217	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetiba (ES). EM n° 217/2016 MC - 53000.030297/2012
47	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS.	Aquidauana	MS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	218	2016	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS. EM n° 218/2016 MC - 53000.034031/2012
48	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE.	Camocim	CE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	219	2016	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE. EM n° 219/2016 MC - 53000.053921/2012
49	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC.	Lebon Régis	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	220	2016	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC. EM n° 220/2016 MC - 53900.018692/2014
50	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN	Apodi	RN	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	221	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN. EM n° 221/2016 MC - 53000.056632/2011
51	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS.	Vera Cruz	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	222	2016	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS. EM n° 222/2016 MC - 53000.027685/2013
52	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP.	Pereiras	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	223	2016	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP. EM n° 223/2016 MC - 53000.040771/2013
53	Assocab-Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO.	Cabixi	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	224	2016	Assocab-Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO. EM n° 224/2016 MC - 53000.022289/2013
54	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT.	Vila Rica	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	225	2016	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT. EM n° 225/2016 MC - 53000.040656/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
55	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG	São Gotardo	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	226	2016	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG. EM n° 226/2016 MC - 53000.040721/2013
56	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG.	São João Del Rei	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	227	2016	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG. EM n° 227/2016 MC - 53000.047754/2013
57	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE.	Salgueiro	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	228	2016	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE. EM n° 228/2016 MC - 53000.024854/2013
58	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP.	Jales	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	229	2016	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP. EM n° 229/2016 MC - 53000.051651/2012
59	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP	Igarapava	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	230	2016	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP. EM n° 230/2016 MC - 53000.039925/2013
60	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE.	Glória do Goitá	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	231	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE. EM n° 231/2016 MC - 53000.046267/2013
61	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE.	Belo Jardim	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	232	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE. EM n° 232/2016 MC - 53000.056210/2011
62	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG.	Itanhandu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	233	2016	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG. EM n° 233/2016 MC - 53000.055441/2013
63	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG	Machado	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	234	2016	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG. -EM n° 234/2016 MC - 53000.041601/2013
64	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP.	Getulina	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	235	2016	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP. EM n° 235/2016 MC - 53000.021370/2013
65	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE.	Venturosa	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	236	2016	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE. EM n° 236/2016 MC - 53000.055725/2012
66	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN.	Patu	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	237	2016	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN. EM n° 237/2016 MC - 53000.049242/2012
67	Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA - Araújo / MG	Araújo	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	238	2016	Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA - Araújo / MG. - EM n° 238/2016 MC - 53000.025272/2013
68	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - Barro Duro (PI).	Barro Duro	PI	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	239	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - EM n° 239/2016 MC - 53000.05623/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
69	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.	Carpina	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	240	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.EM nº 240/2016 MC - 53000.044838/2012
70	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.	Santana do Livramento	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	241	2016	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.EM nº 241/2016 MC - 53000.028888/2013
71	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.	Apodi	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	242	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.EM nº 242/2016 MC - 53000.035879/2012
72	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaigaba/CE.	Itaigaba	CE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	243	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaigaba/CE.EM nº 243/2016 MC - 53000.027789/2013
73	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.	Ji-Paraná	RO	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	244	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.EM nº 244/2016 MC - 53900.013869/2014
74	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.	Coromandel	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	245	2016	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.EM nº 245/2016 MC - 53000.047332/2013
75	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.	Boqueirão	PB	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	246	2016	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.EM nº 246/2016 MC - 53000.041226/2011
76	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC	Criciúma	SC	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	248	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC. - EM nº 248/2016 MC - 53000.059022/2011
77	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE.	Milhã	CE	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	249	2016	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE. - EM nº 249/2016 MC - 53000.065119/2010
79	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL).	Maceió	AL	2007	Renovação	Rádio FM	180	2016	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL). - EM nº 180/2016 MC - 53000.041498/2007
80	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP).	Engenheiro Coelho	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	305	2016	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP). - EM nº 305/2016 MC - 53000.058874/2013
81	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE).	Sanharó	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	306	2016	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE). - EM nº 306/2016 MC - 53000.057907/2011
82	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG).	Patrocínio	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	307	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG). - EM nº 307/2016 MC - 53.000.007574/2014
83	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS).	Manoel Viana	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	308	2016	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS). - EM nº 308/2016 MC - 53000.065762/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
84	Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas (SP).	Campinas	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	309	2016	Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas (SP). - EM nº 309/2016 MC - 53000.009819/2014
85	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO).	Jaru	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	310	2016	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO). - EM nº 310/2016 MC - 53000.014554/2013
86	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT).	Lucas do Rio Verde	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	311	2016	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT). - EM nº 311/2016 MC - 53000.049700/2013
87	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG).	Lagamar	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	312	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG). - EM nº 312/2016 MC - 53000.065118/2013
88	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI - Diamantina (MG).	Diamantina	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	313	2016	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI - Diamantina (MG). - EM nº 313/2016 MC - 53000.058124/2011
89	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE).	Vitória de Santo Antão	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	314	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE). - EM nº 314/2016 MC - 53000.057908/2011
90	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS).	São Pedro do Sul	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	315	2016	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS). - EM nº 315/2016 MC - 53000.065763/2013
91	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG).	São José da Barra	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	317	2016	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG). - EM nº 317/2016 MC - 53000.070514/2013
92	Associação Rádio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE).	Tabira	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	318	2016	Associação Rádio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE). - EM nº 318/2016 MC - 53000.014521/2013
93	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPUJUNA - Ipujuna (MG).	Ipujuna	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	319	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPUJUNA - Ipujuna (MG). - EM nº 319/2016 MC - 53000.063885/2013
94	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RADIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP).	Ipaussu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	320	2016	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RADIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP). - EM nº 320/2016 MC - 53000.070500/2013
95	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaçu - Itatiaçu (MG).	Itatiaçu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	321	2016	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaçu - Itatiaçu (MG). - EM nº 321/2016 MC - 53000.065566/2013
96	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO).	Nerópolis	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	322	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO). - EM nº 322/2016 MC - 53000.055907/2013
98	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG).	Pará de Minas	MG	2002	Outorga	Rádio e TV	247	2016	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG). - EM nº 247/2016 MC - 53000.005751/2002

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
99	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA).	Aramari	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	250	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA). - EM nº 250/2016 MC - 53000.019002/2013
100	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibassucê - Ibassucê (BA).	Ibassucê	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	251	2016	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibassucê - Ibassucê (BA). - EM nº 251/2016 MC - 53000.054055/2013
101	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA).	Ibirapitanga	BA	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	252	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA). - EM nº 252/2016 MC - 53000.030353/2009
102	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO).	Campestre de Goiás	GO	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	253	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO). - EM nº 253/2016 MC - 53000.053977/2012
103	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR).	Campo Magro	PR	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	254	2016	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR). - EM nº 254/2016 MC - 53000.013444/2010
104	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA).	Marituba	PA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	255	2016	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA). - EM nº 255/2016 MC - 53000.014137/2010
105	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA).	Prainha	PA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	256	2016	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA). - EM nº 256/2016 MC - 53000.007049/2014
106	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI).	Manoel Emídio	PI	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	257	2016	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI). - EM nº 257/2016 MC - 53000.022913/2013
107	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG).	Itabirinha	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	258	2016	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG). - EM nº 258/2016 MC - 53000.075017/2013
108	Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCI - João Pessoa (PB).	João Pessoa	PB	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	262	2016	Associação Cultural Comunitária Jampa- ACCI - João Pessoa (PB). - EM nº 262/2016 MC - 53000.028353/2009
109	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RÁDIO DIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG).	Contagem	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	263	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RÁDIO DIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG). - EM nº 263/2016 MC - 53000.022892/2010
110	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA).	Wagner	BA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	264	2016	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA). - EM nº 264/2016 MC - 53000.005810/2014
111	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG).	São João do Paraíso	MG	2015	Outorga	Rádio FM Comunitária	265	2016	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG). - EM nº 265/2016 MC - 53000.072966/2013
112	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA).	São Sebastião do Passé	BA	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	266	2016	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA). - EM nº 266/2016 MC - 53000.057718/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
113	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE).	Jupi	PE	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	267	2016	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE). - EM nº 257/2016 MC - 53000.036682/2009
114	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG).	Boa Esperança	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	268	2016	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG). - EM nº 263/2016 MC - 53000.023966/2010
115	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA).	Humberto de Campos	MA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	269	2016	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA). - EM nº 269/2016 MC - 53000.014142/2010
116	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT).	Pontal do Araguaia	MT	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	270	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT). - EM nº 270/2016 MC - 53000.016097/2012
117	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR).	Mariluz	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	273	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR). - EM nº 273/2016 MC - 53000.007104/2013
118	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN).	Lucrécia	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	274	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN). - EM nº 274/2016 MC - 53000.006556/2013
119	Associação Pró-Cidadania Avaréense - Avaré (SP).	Avaré	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	277	2016	Associação Pró-Cidadania Avaréense - Avaré (SP). - EM nº 277/2016 MC - 53000.019020/2014
120	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG).	Conselheiro Pena	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	278	2016	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG). - EM nº 278/2016 MC - 53000.003928/2014
121	Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão - Dianópolis (TO).	Dianópolis	TO	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	279	2016	Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão - Dianópolis (TO). - EM nº 279/2016 MC - 53000.009899/2013
122	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP).	Nuporanga	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	280	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP). - EM nº 280/2016 MC - 53000.007039/2013
123	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB).	Cabaceiras	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	281	2016	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB). - EM nº 281/2016 MC - 53000.070516/2013
124	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB).	Pocinhos	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	282	2016	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB). - EM nº 282/2016 MC - 53000.071797/2013
125	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB).	Cacimba de Dentro	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	283	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB). - EM nº 283/2016 MC - 53000.007045/2013
126	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE).	Triunfo	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	284	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE). - EM nº 284/2016 MC - 53000.061548/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
127	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN).	São Vicente	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	285	2016	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN). - EM nº 285/2016 MC - 53000.015608/2013
128	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO).	Porto Nacional	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	286	2016	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO). - EM nº 286/2016 MC - 53000.007049/2013
129	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS).	São João da Urtiga	RS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	287	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS). - EM nº 287/2016 MC - 53000.021788/2012
130	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR).	Quatro Pontes	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	288	2016	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR). - EM nº 288/2016 MC - 53000.057858/2013
131	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP).	Jarinu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	289	2016	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP). - EM nº 289/2016 MC - 53000.015823/2013
132	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2013	Transferência direta	Rádio e TV	290	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE). - EM nº 290/2016 MC - 53000.054438/2013
133	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã - Ibiporã (PR).	Ibiporã	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	291	2016	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã - Ibiporã (PR). - EM nº 291/2016 MC - 53000.059286/2011
134	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP).	São José do Rio Preto	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	292	2016	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP). - EM nº 292/2016 MC - 53000.003434/2014
135	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES).	Rio Novo do Sul	ES	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	293	2016	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES). - EM nº 293/2016 MC - 53000.014914/2013
136	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE).	Bom Conselho	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	294	2016	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE). - EM nº 294/2016 MC - 53000.059291/2011
137	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC).	Sombrio	SC	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	295	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC). - EM nº 295/2016 MC - 53000.060438/2013
138	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2015	Renovação	Rádio e TV	296	2016	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE). - EM nº 296/2016 MC - 53000.034453/2015
139	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR).	Francisco Beltrão	PR	2009	Transferência direta	Rádio e TV	297	2016	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR). - EM nº 297/2016 MC - 53000.042938/2009

135

53000.014914/2013-47

EM nº 00293/2016 MC

Brasília, 4 de Maio de 2016



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.014914/2013-47, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à **Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará

prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o

pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI M	NÃ O	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros			

- técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
 - 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
 - 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
 - 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
 - 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
 - 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
 - 9 Relatório de apuração de infrações.
 - 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
 - 9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



A large, stylized handwritten signature in blue ink, likely belonging to Cacilda Lanuza da Rocha Duque, written over the stamp area.

AO REMETENTE

AO REMETENTE



SCE/CGRC
Of. nº 21135/2016/SEI-MCTIC, 10/06/2016
53000.014914/2013-47
RADIO COMUNITÁRIA MENSAGEM
RUA OSTÁCIO MOTA, S/N - BAIRRO FELIPE MARCON
29290-000 RIO NOVO DO SUL/RS

2215
17106

AO REMETENTE





NÃO PROCURADO

AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JO 39168516 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE ORIGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MÍNICA

PREENCHER COM LETRAS DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Tráfego e Serviços de Comunicação Eletrônica

Espanada dos Trabalhadores, Bloco R, Anexo B Sala 300-0

CIDADE / LOCALITÉ

044-900 - Brasília - DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Controle de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 306-C
70044-900 - Brasília - DF



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 32686/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Radio Comunitária Mensagem FM
Rua Joaquim Alves, 01 - Centro
29290-000 - Rio Novo do Sul/ES

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 53000.014914/2013-47.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 21135/2016/SEI-MC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: (...) não procurado.
2. Dessa forma, solicitamos que a entidade atualize junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://www.comunicacoes.gov.br/sei/cadsei> ou duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 29/08/2016, às 14:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1319274** e o código CRC **5300E7D0**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 32686/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.014914/2013-47 - Nº SEI: 1319274

NOME OU RAZÃO SOC

SCE/CGRC

Of. nº 32686 /2016/SEI-MCTIC, 29/08/2016

ENDEREÇO / ADRE

53000.014914/2013-47

RADIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

CEP / CODE POSTAL

RUA JOAQUIM ALVES, 01 - CENTRO

29290-000

RIO NOVO DO SUL/ES

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DESTINO
EMPRÉSE DE DESTINATION

x M. D. D. Carvalho

08/09/16

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Luo 8278456



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JG 09142939 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINISTRO

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Av. ...

...

...

...

...

CIDADE / LOCALITÉ

Brasília - DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DESPACHO

Processo nº: 53000.014914/2013-47

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 16495/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1246187** e o código CRC **766A97C7**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.014914/2013-47, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.014914/2013-47**

Entidade: **Radio Comunitária Mensagem**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/03/2017, às 14:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1725264** e o código CRC **DA353DD0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.014914/2013-47

SEI nº 1725264

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.014914/2013-47**

Entidade: **Radio Comunitária Mensagem**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 15/03/2017, às 09:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1725267** e o código CRC **F9E9940B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.014914/2013-47

SEI nº 1725267

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.014914/2013-47**

Entidade: **Radio Comunitária Mensagem**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 16495/2015/SEI-MC (0632360) e do Parecer Conjur nº 475/2015/SEI-MC (0855284), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 16/03/2017, às 21:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1725717** e o código CRC **0AE34B94**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.014914/2013-47**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2013, a autorização outorgada à **Associação**

de Rádio Comunitária Mensagem FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.014914/2013-47

SEI nº 1725717

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.014914/2013-47, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/05/2017, às 13:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1765906** e o código CRC **DADE262E**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1883807** e o código CRC **58D7E9E5**.

Referência: Processo nº 53000.014914/2013-47

SEI nº 1883807

Brasília, 01 de Agosto de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.014914/2013-47, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

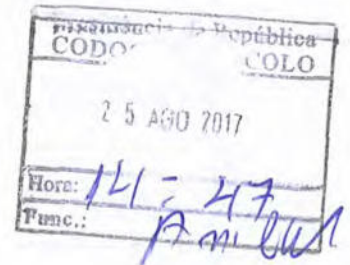
Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 34420/2017/SEI-MCTIC



Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

512/2017	53000.014142/2010-09	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (tribal Folia)	
513/2017	53000.016224/2012-41	Associação Comunitária de Radiodifusão Cidade FM	
527/2017	53569.000463/2014-16	Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá	
529/2017	53000.043084/2012-84	Associação Cultural do Município de Indiará	
531/2017	53900.006868/2014-40	Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Posse - Adepe	
534/2017	53900.006389/2014-23	Associação comunitária de comunicação de Paranaiguara	
557/2017	53000.048402/2013-84	Associação Comunitária de Radiodifusão Metropolitana FM para Desenvolvimento Cultural de Pote (Rádio Metropolitana)	

558/2017	53000.021334/2013-14	Associação Comunitária de Comunicação Feliz Deserto	
559/2017	53000.014914/2013-47	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM	
560/2017	53000.069868/2013-13	Associação Rádio Comunitária Voz da Promissão Mega FM de Divinópolis de Goiás	
561/2017	53000.007056/2013-84	Associação Rádio Clube Jornal Meia Ponte	
562/2017	53000.008640/2012-76	Rádio Clube da Vida - Vida FM	
563/2017	53000.019647/2013-02	Fundação Cultural e Comunitária Luminense	
564/2017	53000.031924/2012-66	Associação e Movimento Comunitário Rádio Positiva FM	
565/2017	53000.029031/2013-31	Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM 92,1	
566/2017	53900.034197/2015-98	Associação Comunitária Esperança de Ruy Barbosa	
567/2017	53000.003793/2012-27	Associação Rádio Comunitária Porto Grande FM	
568/2017	53000.052684/2013-14	Associação de Rádio Difusão Comunitária de Antas	

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017**, em 10/08/2017, às 10:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2103190** e o código CRC **AC0EB404**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.014914/2013-47
Referência: Ofício nº 34420/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 34420/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 08/09/2017, às 15:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2176998** e o código CRC **A58C8351**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.014914/2013-47

SEI nº 2176998

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.014914/2013-47.**

Entidade: **Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/07/2019, às 13:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 15/07/2019, às 16:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 16/07/2019, às 18:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4399715** e o código CRC **E022C6C3**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.014914/2013-47, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, inscrita no CNPJ nº 02.309.551/0001-67, explore pelo prazo de dez anos a partir de 18 de Agosto de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rio Novo do Sul, estado do Espírito Santo, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16495/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 146, de 01 de Fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.014914/2013-47

SEI nº 4399715

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53000.014914/2013-47

Referência: Despacho SEARC (4399715)

Interessado: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM

Assunto: Renovação de Outorga

Trata-se de minuta de exposição de motivos referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica (parecer jurídico referencial) acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 23/08/2019, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4489361** e o código CRC **A3D20A0F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.014914/2013-47

SEI nº 4489361

Brasília, 19 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.014914/2013-47, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, inscrita no CNPJ nº 02.309.551/0001-67, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 18 de Agosto de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rio Novo do Sul, estado do Espírito Santo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16495/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 146, de 01 de Fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 33981/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, processo nº 53000.014914/2013-47.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 19/09/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4648691** e o código CRC **621429E8**.